



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II



ANO XXXIV — Nº 106

QUINTA-FEIRA, 6 DE SETEMBRO DE 1979

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu Luiz Viana, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 1979

Suspende a execução do inciso II do art. 119 da Lei nº 5.406, de 16 de dezembro de 1969, do Estado de Minas Gerais.

Artigo único. É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em 29 de março de 1979, nos autos do Recurso Extraordinário nº 89.194-3, do Estado de Minas Gerais, a execução do inciso II do art. 119 da Lei nº 5.406, de 16 de dezembro de 1969, daquele Estado.

Senado Federal, 5 de setembro de 1979. — Senador Luiz Viana, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso V, da Constituição, e eu, Luiz Viana, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 1979

Aprova as Contas do Governo do Distrito Federal relativas ao Exercício de 1977.

Artigo único. São aprovadas as Contas do Governo do Distrito Federal, relativas ao exercício financeiro de 1977, na forma do Parecer Prévio aprovado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, na sessão de 28 de setembro de 1978.

Senado Federal, 5 de setembro de 1979. — Senador Luiz Viana, Presidente.

SUMÁRIO

I — ATA DA 146ª SESSÃO, EM 5 DE SETEMBRO DE 1979

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando autógrafo de projeto de lei sancionado:

— Projeto de Lei da Câmara nº 103/78 (nº 438/75, na Casa de origem), que regulamenta as profissões de Biólogo e de Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biologia e Biomedicina, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979.)

1.2.2 — Expediente recebido

— Lista nº 4, de 1979.

1.2.3 — Comunicação

— Do Sr. Senador Pedro Simon, que se ausentará do País.

1.2.4 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 263/79, de autoria do Sr. Senador Orestes Quêrcia, que altera dispositivo da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, de modo a estender ao empregado doméstico a legislação acidentária do trabalho.

1.2.5 — Comunicações da Presidência

— Arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 139 e 204/75; e 113/77, por terem recebido pareceres contrários, quanto ao mérito, das comissões a que foram distribuídos.

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.6 — Discursos do Expediente

SENADOR HENRIQUE SANTILLO — Observações sobre portaria baixada pelo Sr. Ministro das Minas e Energia, nomeando servidores para cargos em comissão naquele Ministério.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Palestra proferida pelo Ministro da Educação e Cultura, por ocasião da instalação do VI Encontro Nacional de Diretores e Técnicos de Estabelecimentos de Ensino Agropecuário, realizado no Município de São Cristovão— SE.

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Registro da travessia do Canal da Mancha pela brasileira Kay Francis. Homenagem aos esportistas Djan Madruga e João Carlos de Oliveira, pelos lauréis conquistados respectivamente, nas modalidades de natação e salto triplo.

SENADOR BERNARDINO VIANA — Problema energético brasileiro.

1.2.7 — Comunicação da Presidência

Recebimento de Relatório do Sr. Senador Humberto Lucena, referente aos trabalhos desenvolvidos na 65ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 284/79, de autoria do Sr. Senador Orestes Quêrcia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 1978, de sua autoria, que altera a redação do § 1º do art. 6º, da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS. **Aprovado.**

— Requerimento nº 286/79, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado *Odylo*, de autoria de Josué Montello, publicado no *Jornal do Brasil*, de 22 de agosto de 1979. **Aprovado.**

— Requerimento nº 287/79, de autoria do Sr. Senador Orestes Quêrcia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 1978, de sua autoria, que acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972. **Aprovado.**

— Requerimento nº 289/79, de autoria do Sr. Senador Aloysio Chaves, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 61/79, de sua autoria, que especifica as hipóteses em que as decisões, nos dissídios coletivos, poderão estabelecer normas e condições de trabalho, trata do exercício do direito de greve, e dá outras providências. **Votação adiada** para a sessão do dia 20 do mês corrente, nos termos do Requerimento nº 324/79, após usar da palavra no encaminhamento de sua votação o Sr. Humberto Lucena.

— Requerimento nº 295/79, de autoria do Sr. Senador Henrique de La Rocque, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 31/79, do Sr. Senador Humberto Lucena, que altera o Regimento Interno do Senado Federal e 34/79, do Senador Franco Montoro, que assegura às entidades de classe o direito de se pronunciarem sobre proposições em andamento no Senado e disciplina esse direito. **Aprovado.**

— Projeto de Lei do Senado nº 91/79, de autoria do Sr. Senador Humberto Lucena, que isenta o salário mínimo de descontos para a Previdência Social, e dá outras providências. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Rejeitado**, após usarem da palavra os Srs. Mauro Benevides e José Lins. Ao Arquivo.

— Projeto de Lei do Senado nº 96/79, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que modifica a redação do art. 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Rejeitado.** Ao Arquivo.

— Projeto de Lei do Senado nº 112/79, de autoria do Sr. Senador Cunha Lima, que considera não tributáveis para efeito de Imposto de Renda, os proventos e pensões nas condições que indica. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Rejeitado.** Ao Arquivo.

— Projeto de Lei do Senado nº 157/79, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que dispõe sobre amparo ao trabalhador desempregado, garantindo-lhe o direito ao auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez. (Apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade.) **Discussão adiada**, para diligência junto ao Instituto Nacional de Previdência Social, nos termos do Requerimento nº 319/79.

1.4 — DISCURSOS APÓS ORDEM DO DIA

SENADOR MARCOS FREIRE, como Líder — Documento aprovado pela Bancada de Senadores do MDB, em reunião realizada ontem, no qual são fixadas diretrizes básicas de orientação político-econômico-social para o País.

SENADOR ALMIR PINTO — Reparo a observações feitas pelo Sr. Henrique Santillo, em discurso proferido no Expediente da presente sessão.

SENADOR JOSÉ LINS, pela Liderança — Considerações relativas ao pronunciamento feito pelo Sr. Roberto Saturnino, na sessão de ontem, sobre a redução das taxas de juro.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Centenário do Município de Camocim — CE.

SENADOR FRANCO MONTORO — Estudo apresentado por S. Exª ao participar, na Escola Superior de Guerra, de painel sobre o tema "Sindicalismo e Democracia".

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — ATA DA 147ª SESSÃO, EM 5 DE SETEMBRO DE 1979

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Pareceres

Referentes à seguinte matéria:

— Projeto de Lei da Câmara nº 60/78 (nº 2.100-C/76, na Casa de origem), que dilata o prazo previsto na letra "d" do § 5º do art. 6º do Decreto-lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974.

2.2.2 — Expediente recebido

— Lista nº 5, de 1979.

2.2.3 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 264/79, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que dispõe sobre a reintegração dos dirigentes e representantes sindicais beneficiados pela anistia.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 131/79 (nº 251/79, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Renato Bayma Denis, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Senegal. **Apreciado em sessão secreta.**

2.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

3 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

- Do Sr. Senador Dirceu Cardoso, proferido na sessão de 31-8-79.
- Do Sr. Senador Marcos Freire, proferido na sessão de 4-9-79.
- Do Sr. Senador Almir Pinto, proferido na Sessão de 4-9-79.
- Do Sr. Senador José Lins, proferido na sessão de 4-9-79.

4 — ATOS DO PRESIDENTE

— Ns 27, 28 e 29, de 1979.

5 — ATAS DE COMISSÕES

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 146ª SESSÃO, EM 5 DE SETEMBRO DE 1979

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. LUIZ VIANA E LOURIVAL BAPTISTA

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Alberto Silva — Bernardino Viana — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Cunha Lima — Humberto Lucena — Marcos Freire — Arnon de Mello — Lourival Baptista — Passos Porto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Franco Montoro — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 437/79, de 05 do corrente, encaminhando autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1978 (nº 438/75, na Casa de origem), que regulamenta as profissões de Biólogo e de Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biologia e Biomedicina, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979).

EXPEDIENTE RECEBIDO

LISTA Nº 04, DE 1979

EM 05 DE 09, DE 1979

Comunicação de eleição e posse de Mesa Diretora.

— da Câmara Municipal de Barra—BA;
— da Câmara Municipal de Boa Vista do Tupim—BA;
— da Câmara Municipal de Canápolis—BA;
— da Câmara Municipal de Carinhanha—BA;
— da Câmara Municipal de Guanambi—BA;
— da Câmara Municipal de Iaqu—BA;
— da Câmara Municipal de Ibirapóã—BA;
— da Câmara Municipal de Jaguaripe—BA;
— da Associação Comercial Industrial e Agrícola de Juazeiro—BA;
— da Câmara Municipal de Lajedão—BA;
— da Câmara Municipal de Muritiba—BA;
— da Câmara Municipal de Porto Seguro—BA;
— da Câmara Municipal de São Sebastião do Passé—BA;
— da Câmara Municipal de Uauá—BA;
— da Câmara Municipal de Vitória da Conquista—BA;
— da Câmara Municipal de Xique-Xique—BA;
— da Câmara Municipal de Itapuranga—GO;
— da Câmara Municipal de Leopoldo de Bulhões—GO;
— da Câmara Municipal de Cabeceiras—GO;
— da Casa do Estudante Norte Goiano—Goiânia—GO;
— da Câmara Municipal de Novo Acordo—GO;
— da Câmara Municipal de Turiaçu—MA;
— da Câmara Municipal de Afuá—PA;
— da Câmara Municipal de Barra do Jacaré—PR;
— da Sociedade "Socorro aos Necessitados" — Curitiba—PR;
— da Câmara Municipal de Flores—PE;
— da Associação de Empresas Distribuidoras de Eletricidade do Nordeste — AEDENE — Recife—PE;
— da Câmara Municipal de Açu—RN;
— da Câmara Municipal de Guaratinguetá—SP;
— da Câmara Municipal de Santa Rosa de Viterbo—SP;
— da Câmara Municipal de Neópolis—SE.

Manifestações sobre Projetos:

— da Associação Comercial do Estado do Amazonas, solicitando a rápida tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 117/79;

— da Confederação Nacional da Indústria—RJ; manifestando a sua opinião contrária à aprovação dos Projetos de Lei do Senado nºs. 46/79 e 66/79;
— do Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Casas de Saúde do Rio de Janeiro, manifestando-se pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 94/79;
— da Associação Rio-grandense de Imprensa, apresentando sugestões ao Projeto de Lei do Senado nº 116/79.

Manifestações favoráveis à extensão da imunidade parlamentar aos Vereadores:

— da Câmara Municipal de Aiquara—BA;
— da Câmara Municipal de Ipororó—BA;
— da Câmara Municipal de Mauá—SP;
— da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo—SP.

Manifestações contrárias à prorrogação de mandatos de Prefeitos e Vereadores:

— da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais;
— da Câmara Municipal de Sete Lagoas—MG;
— da Câmara Municipal de Indianópolis—PR;
— da Câmara Municipal de Estância Velha—RS;
— da Câmara Municipal de Guaíba—RS;
— da Câmara Municipal de Itaquí—RS;
— da Câmara Municipal de Rio Claro—SP.

Diversos:

— do Dr. Juracy Pires Gomes, de Brumado—BA, solicitando que seja estabelecido aos ex-Prefeitos, o direito de receberem subsídios;
— da Câmara Municipal de Lavras—MG, sugerindo às autoridades competentes, maior controle na fabricação e venda de armas, tendo em vista o índice crescente de criminalidade no País;
— da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sugerindo que 1980 seja declarado o "Ano Internacional da Ecologia";
— da União dos Legislativos da Fronteira Oeste—ULFRO, Itaquí—RS, solicitando a revogação da Lei Falcão;
— da Câmara Municipal de Santiago—RS, solicitando a revisão da Lei Orgânica da Magistratura Nacional;
— da Câmara Municipal de Guaratinguetá—SP, propondo a criação do Ministério da Família e do Menor Desamparado;
— da Câmara Municipal de Rio Claro—SP, protestando contra o aumento nas tarifas do pedágio dos sistemas Anchieta/Imigrantes e Anhanguera/Bandeirantes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Senador Luiz Viana Filho

Senado Federal — DF

Comunico V. Exª e a esta Casa que me ausentarei do País nos dias 6 e 7 do corrente em viagem particular ao exterior.

Atenciosamente. — Senador **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — A Presidência fica ciente. Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 1979

Altera dispositivo da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, de modo a estender ao empregado doméstico a legislação acidentária do trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 1º da Lei nº 6.367 de 19 de outubro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Esta lei não se aplica ao titular de firma individual, ao diretor, sócio-gerente, sócio-solidário, sócio-cotista e sócio de in-

dústria de qualquer empresa, que não tenha a condição de empregado, nem ao trabalhador autônomo."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Sob o aspecto formal o projeto faz apenas eliminar do texto do § 2º do art. 1º da Lei nº 6.367/76 a expressão "e ao empregado doméstico".

Disto resultará a obrigatória extensão da legislação acidentária do trabalho, a cargo da Previdência Social, também ao empregado doméstico, dela inexplicavelmente excluído.

A vigente exclusão envolve discriminação inaceitável, uma vez que o trabalho doméstico apresenta inúmeros riscos que deveriam ser segurados pela Previdência Social.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 1979. — **Orestes Quêrcia.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.367, DE 19 DE OUTUBRO DE 1976

Dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS e dá outras providências.

Art. 1º O seguro obrigatório contra acidentes do trabalho dos empregados segurados do regime de Previdência Social da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), e legislação posterior, é realizado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

§ 2º Esta lei não se aplica ao titular de firma individual, ao diretor, sócio-gerente, sócio-solidário, sócio-cotista e sócio de indústria de qualquer empresa, que não tenha a condição de empregado, nem ao trabalhador autônomo e ao empregado doméstico.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — A Presidência comunica que, nos termos do art. 278 do Regimento Interno, determinou o arquivamento, por terem recebido pareceres contrários, quanto ao mérito, da comissão a que foram distribuídos, das seguintes matérias:

Projeto de Lei do Senado nº 139, de 1975, do Senador Vasconcelos Torres, que dá nova redação ao § 3º do artigo 67 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971;

Projeto de Lei do Senado nº 204, de 1975, do Senador Orestes Quêrcia, introduzindo alterações na Lei nº 5.782, de 6 de junho de 1972, que fixou os prazos de filiação partidária; e

Projeto de Lei do Senado nº 113, de 1977, do Senador Otto Lehmann, que altera dispositivos do Código de Processo Civil, atinentes à intimação do devedor para a arrematação de bens penhorados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Através da Mensagem nº 131, de 1979, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Renato Bayma Denis, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Senegal.

Para a apreciação da matéria, a Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às dezoito horas e trinta minutos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (MDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Este é um País onde coisas interessantes acontecem, e bastante interessantes. A ninguém é dado desconhecer, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que o problema energético do País é grave, é sério. E, nesse contexto, adquire o Ministério das Minas e Energia uma importância verdadeiramente extraordinária, excepcional. Pois é esse o Ministério que se destinaria a adequar à nova realidade criada pelo problema do petróleo, uma política energética consentânea com os interesses do Brasil.

E evidente que nesse quadro avulta-se aí o problema tecnológico, já que é indispensável à Nação, não apenas absorver tecnologia transferida dos países desenvolvidos para cá, mas também propiciar todas as condições indispensáveis para a criação de tecnologia própria.

O Ministério das Minas e Energia, na sua estrutura organizativa, possui uma Secretaria de Tecnologia. Importantíssima é esta Secretaria de Tecnologia, diante da realidade presente, da atualidade brasileira.

Seria de supor-se, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que, em vista da gravidade do problema, esta Secretaria de Tecnologia que tem a sua estrutura fundamentada em várias divisões, como a Divisão de Recursos Minerais Não-Metálicos, a Divisão de Acompanhamento Financeiro, a Divisão de Difusão Científica e Tecnológica, a Divisão de Recursos Energéticos Convencionais, a Divisão de Projetos e Programas, a Divisão de Recursos Minerais Metálicos e a Divisão de Inspeção Administrativa, seria de supor-se que esta Secretaria de Tecnologia do Ministério das Minas e Energia pudesse estar equipada por técnicos de real competência, que este País já possui em todos os ramos do problema energético, quer seja ele convencional ou de fontes alternativas de energia, ou não convencionais. Lamentavelmente, não é isso que ocorre.

Tenho em mãos, vejam bem, não uma seção assinada pelo genial Ziraldo, nem tampouco uma página brilhante do imortal Barão de Itararé, nem tampouco uma página escrita e assinada pelo famosíssimo Pitigrilli.

Tenho em mãos, Srs. Senadores, uma página do *Diário Oficial* do dia 17 de agosto deste ano, que publica, em todas as suas linhas, a Portaria assinada pelo Ministro das Minas e Energia, Sr. César Cals, datada de 7 de agosto de 1979, que passarei a ler neste exato momento para que conste dos Anais desta Casa:

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Gabinete do Ministro

PORTARIA DE 7 DE AGOSTO DE 1979

O Ministro de Estado das Minas e Energia, usando da competência que lhe foi conferida através do art. 12 do Decreto número 72.912, de 10 de outubro de 1973, publicado no *D.O.U.* de 11 subsequente, e tendo em vista o disposto no Decreto número 79.540, de 15 de abril de 1977 (Suprimento do *D.O.U.* de 20 seguinte. Resolve:

Nº 1608 — Designar a servidora Nídia Carvalho de Oliveira, ocupante do emprego de Agente Administrativo, Código LT.SA.801.A, Referência 26, da Tabela Permanente desta Secretaria de Estado, para exercer a função de Chefe da Divisão de Recursos Minerais Não-Metálicos, da Coordenadoria de Recursos Minerais, Código DAI.111.3, da Secretaria de Tecnologia, da Secretaria-Geral, em caráter provisório, enquanto houver insuficiência de servidores ocupantes de cargos ou empregos integrantes da lotação das Categorias Funcionais correlatas com a referida função, de acordo com o que consta do Anexo I, do aludido Decreto número 79.540/77.

Nº 1609 — Designar a servidora Zilda Darci Reis, ocupante do emprego de Agente Administrativo, código LT.SA.801.A, Referência 24, da Tabela Permanente desta Secretaria de Estado, para exercer a função de Chefe da Divisão de Acompanhamento Financeiro, da Coordenadoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Código DAI.111.3, da Secretaria de Tecnologia, da Secretaria-Geral, em caráter provisório, enquanto houver insuficiência de servidores ocupantes de cargos ou empregos integrantes da lotação das categorias funcionais correlatas com a referida função, de acordo com o que consta do Anexo I, do aludido Decreto número 79.540-77.

Nº 1610 — Designar a servidora Kátia Regina Máximo Vasconcelos, ocupante do emprego de Agente Administrativo, Código LT.SA.801.2.A, Referência 24, da Tabela Permanente desta Secretaria de Estado, para exercer a função de Secretária Administrativa, Código DAI.111.1, do Coordenador da Coordenadoria de Recursos Minerais, da Secretaria de Tecnologia da Secretaria-Geral do Ministério das Minas e Energia.

Nº 1611 — Designar o servidor Edson Nascimento Silva, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Código SA.801.A, Referência 25, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente — desta Secretaria de Estado, para exercer a função de Chefe da Divisão de Difusão Científica e Tecnológica, Código DAI.111.3, da Secretaria de Tecnologia, da Secretaria-Geral do Ministério das Minas e Energia.

em caráter provisório, enquanto houver insuficiência de servidores ocupantes de cargos ou empregos integrantes da lotação das Categorias Funcionais correlatas com a referida função, de acordo com o que consta do Anexo I, do aludido Decreto nº 79.540/77.

Nº 1612 — Designar a servidora Eva Vieira Nogueira, ocupante do emprego de Datilógrafo, Código LT.SA.802.A, Referência 16, da Tabela Permanente desta Secretaria de Estado, para exercer a função de Chefe da Divisão de Recursos Energéticos Convencionais, da Coordenadoria de Recursos Energéticos, DAI.111.3, da Secretaria de Tecnologia, da Secretaria-Geral do Ministério das Minas e Energia, em caráter provisório, enquanto houver insuficiência de servidores ocupantes de cargos ou empregos integrantes da lotação das Categorias Funcionais correlatas com a referida função, de acordo com o que consta do Anexo I, do aludido Decreto nº 79.540/77.

Nº 1613 — Designar o Bacharel em Ciências Jurídicas — Jamil Amorim, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Código SA.801.B, Referência 30, do Quadro Permanente desta Secretaria de Estado, para exercer a função de Chefe da Divisão de Projetos e Programas, da Coordenadoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Código DAI.111.3, da Secretaria de Tecnologia, da Secretaria-Geral do Ministério das Minas e Energia, em caráter provisório, enquanto houver insuficiência de servidores ocupantes de cargos ou empregos integrantes da lotação da categoria funcional correlata com a referida função, de acordo com o que consta do Anexo I, do aludido Decreto nº 79.540/77.

Nº 1615 — Designar a servidora Zilene Leonel de Paula Alves, ocupante do emprego de Agente Administrativo, Código LT.SA.801.A, Referência 25, da Tabela Permanente desta Secretaria de Estado, para exercer a função de Chefe da Divisão de Recursos Minerais Metálicos, da Coordenadoria de Recursos Minerais, Código DAI.111.3, da Secretaria de Tecnologia, da Secretaria-Geral do Ministério das Minas e Energia, em caráter provisório, enquanto houver insuficiência de servidores ocupantes de cargos ou empregos integrantes da lotação das Categorias Funcionais correlatas com a referida função, de acordo com o que consta do Anexo I, do aludido Decreto nº 79.540/77.

O Ministro de Estado das Minas e Energia, usando da competência que lhe foi conferida através do artigo 12 do Decreto nº 72.912, de 10 de outubro de 1973, publicado no *DOU* de 11 subsequente, e tendo em vista o disposto na alínea b do item 5 da Instrução Normativa DASP nº 46, de 19 de agosto de 1975, Resolve:

Nº 1614 — Designar a servidora Neuza Bizerra Canuto da Silva, ocupante do emprego de Datilógrafo, Código LT.SA.802.A, Referência 17, da Tabela Permanente desta Secretaria de Estado, para exercer a função de Chefe da Divisão de Inspeção Administrativa, Código LT.DAI.111.3, da Secretaria de Modernização Administrativa e Informática, da Secretaria-Geral do Ministério das Minas e Energia, em caráter provisório, enquanto houver insuficiência de servidores ocupantes de cargos e empregos integrantes da lotação das Categorias Funcionais correlatas com a referida função, de acordo com o que consta do Anexo I, do Decreto nº 79.540, de 15 de abril de 1977 (Suplemento do *DOU* de 20 seguinte): — Cesar Cals.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, tenho a impressão de que bastaria esta leitura, não sendo preciso entrar em outras considerações. Ou se entende que o problema do Ministério das Minas e Energia é o de assumir a responsabilidade total, ou quase total, pelo estabelecimento de uma política energética capaz de atender aos interesses nacionais, ou este País se transformará, nas mãos deste Governo, em um problema insolúvel, em uma questão sem solução. Ou se trata do problema com a seriedade necessária, sobretudo pela sua gravidade, convocando-se brasileiros competentes dos mais variados setores das ciências praticadas no País, em nossas universidades, em nossos institutos tecnológicos, para que eles possam realmente encontrar conosco os verdadeiros caminhos para a solução dos gravíssimos problemas econômicos e sociais, dentro dos quais está inserido, sem dúvida alguma, o problema energético, ou, na verdade, não haverá saída para este País, a não ser que se faça aquilo que a esmagadora maioria dos brasileiros ou a totalidade não pretende fazer, que é o de usar de meios, muitas vezes não democráticos, para alterar uma situação que já perdura em termos de má fé e de incompetência. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista, por cessão do nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No último dia 3, o Ministro da Educação e Cultura, Professor Eduardo Portela, esteve em Sergipe, onde presidiu a instalação do VI Encontro Nacional de Diretores e Técnicos de Estabelecimentos de Ensino Agropecuário, na Escola Agrícola Benjamin Constant, no Município de São Cristóvão.

No seu discurso, o Ministro ressaltou, inicialmente, o processo de profissionalização do ensino brasileiro e, considerando as expectativas até hoje realizadas, o Ministro Eduardo Portela reconheceu a sua ineficiência, "se consideradas as necessidades globais do País", porém, comentou, enquanto persistia este espaço em branco em profissionalização, as escolas técnicas e as escolas agrícolas, mantiveram aquela chama presente e fizeram à sua maneira".

Por outro lado, continuou o Ministro, "esta profissionalização sofria uma certa pressão urbana. Os técnicos metropolitanos alimentavam uma tendência de transferir para os meios rurais os padrões e os modelos urbanos. Frequentemente havia uma esperada rejeição, poderíamos até dizer, uma saudável rejeição; é que o campo precisa ser pensado do ponto de vista do campo e não nos contentarmos com estas transposições, que resultam em mecanismos puramente automatizados sem nenhuma relação com a realidade".

O Ministro ainda destacou a ênfase especial que terá de ser dada ao ensino agrícola, no momento em que a agricultura se converte em meta prioritária do Governo, "agora que nos preparamos para dar uma ênfase toda especial à agricultura, estes pioneiros do reconhecimento da revelação do campo precisam ser reconhecidos. Talvez até possamos dizer que precisam ser considerados, já que o volume de consideração até aqui vigente, embora louvável é resultado do esforço pioneiro de algumas pessoas extremamente dedicadas."

Após sua palestra, o Ministro visitou as instalações do Colégio Agrícola Benjamin Constant, e presidiu a instalação da Cooperativa Escolar de Trabalho do Centro Acadêmico daquela Escola e inaugurou o 1º Posto de Material Escolar da FENAME, em convênio com a cooperativa de alunos, duas iniciativas de grande significado para aquela tradicional Escola Agrícola de Sergipe.

O VI Encontro Nacional de Diretores e Técnicos de Estabelecimentos de Ensino Agropecuário teve como objetivo geral analisar a profissionalização em nível de 2º grau no setor primário da economia. E, como objetivos específicos, discutir a formação do técnico em agropecuária no Sistema Escola-Fazenda, em nível federal, estadual e municipal; examinar a problemática de trabalho para o egresso do curso de agropecuária; mostrar o funcionamento das escolas agrícolas e sua integração com a comunidade; definir com as Secretarias de Educação dos Estados as alternativas de implantação e ou implementação de habitações profissionais no setor primário. É evidente a importância desse temário para a atuação das escolas agropecuárias, e toda a ação da COAGRI em favor da profissionalização, em nível de 2º grau, daqueles que se dão à atividade agropecuária, o mais importante setor primário de nossa economia, cuja valorização constitui preocupação dominante do Governo do eminente Presidente João Baptista Figueiredo.

Côncio da importância do evento, o Governador Augusto Franco prestigiou o Encontro, comparecendo à solenidade de sua abertura, e discursou na referida sessão, prestando um valioso testemunho do interesse do povo sergipano em relação ao esforço que vem desenvolvendo o Ministro Eduardo Portela, para levar a educação a todos os segmentos da população brasileira.

Ao Encontro compareceram representantes de colégios agrícolas de todos os Estados, cumprindo-se a bem organizada programação com grande objetividade. Ainda no dia 3, a Professora Zilda Gomes Parente de Barros, Secretária de Ensino de 1º e 2º Graus do MEC, fez palestra sobre "Diretrizes para o Ensino de 1º e 2º Graus na função formal e não formal", enquanto o Professor Oscar Lamounier Godofredo Júnior, Diretor-Geral da COAGRI, discorreu sobre "A profissionalização no setor primário da economia".

Hoje, às 17:00 horas, deverá ser encerrado o Encontro pelo Arcebispo Metropolitano de Aracaju, Dom Luciano Cabral Duarte, Membro do Conselho Federal de Educação, que representará o Professor Lafayette de Azevedo Pondê, Presidente do referido Conselho.

Para o êxito do VI Encontro Nacional de Diretores e Técnicos de Estabelecimentos de Ensino Agropecuário, contribuiu o integral apoio e incentivo dado pelo Ministro Eduardo Portela, em sua atuação à frente do Ministério da Educação e Cultura.

Sr. Presidente, foi com satisfação que compareci à abertura do Encontro, tendo assistido à palestra do Ministro Eduardo Portela e, com ele, regressei a Brasília.

A iniciativa do Encontro considero da maior importância, porque trará os melhores resultados para o aprimoramento do ensino profissional em nosso País e, especialmente, sua integração na comunidade.

Senhor Presidente:

Solicito a Vossa Excelência, que faça parte integrante deste meu pronunciamento, o discurso proferido pelo Ministro Eduardo Portella, na instalação do Encontro. (Muito bem! Palmas.)

Discurso pronunciado pelo Ministro Eduardo Portella, na instalação do VI Encontro Nacional de Diretores e Técnicos de Estabelecimentos de Ensino Agropecuário, no dia 3 de setembro, na Escola Agrícola Benjamin Constant, no Município de São Cristóvão — Sergipe.

Senhor Governador Augusto Franco,

Senhor Senador Lourival Baptista

Autoridades presentes:

“Vim aqui com uma finalidade precípua: dizer aos senhores, que conduzem o ensino Agrícola no Brasil, ao nosso Diretor e a todos os Diretores de Colégios Agrícolas, por todo este amplo Brasil, que os senhores não estão sós, que nós estamos convencidos e cada vez mais convencidos de que o desenvolvimento do ensino agrícola é particularmente importante para o desenvolvimento nacional. Alguns anos nós falamos com uma certa frequência em profissionalização. Tenho dúvida se esta profissionalização foi realmente posta em funcionamento no Brasil. Hoje o que existem são experiências, embora relevantes, mas extremamente isoladas e até minoritárias, se consideradas as necessidades globais do País. Enquanto persistia este espaço em branco da profissionalização, as Escolas Técnicas e as Escolas Agrícolas mantiveram aquela chama presente e fizeram à sua maneira a possível profissionalização no Brasil. Por outro lado esta profissionalização sofria uma certa pressão urbana. Os técnicos metropolitanos alimentavam uma tendência de transferir para os meios rurais os padrões e os modelos urbanos.

Freqüentemente havia uma esperada rejeição, poderíamos até dizer uma saudável rejeição. É que o campo precisa ser pensado do ponto de vista do campo e não nos contentarmos com estas transposições que resultam em mecanismos puramente automatizados, sem nenhuma relação com a realidade. Agora que nós nos preparamos para dar uma ênfase toda especial à agricultura, estes pioneiros do reconhecimento da revelação do campo precisam ser reconhecidos. Talvez até possamos dizer que precisam ser considerados, já que o volume de consideração até aqui vigente, embora louvável, é resultado do esforço pioneiro de algumas pessoas extremamente dedicadas. Tornar-se-ão cada vez mais reduzidas, no momento em que a agricultura se converte em meta prioritária do Governo. De maneira que nós temos que criar situações próprias para evitar imigrações impróprias. Isso, as Escolas Agrícolas já vêm fazendo, mas precisam ser estimuladas, precisam ser fortalecidas. Este trabalho dos pioneiros tem de ser uma espécie de legião de cada um de nós, e sempre animado pelo compromisso fundamental da qualidade. Nós temos que fazer atravessar este esforço de uma educação para a construção de uma permanente pedagogia da qualidade. Por isso, fiz questão de vir aqui e me sinto muito honrado no meio dos senhores que vejo, em cada um, um servidor constante da causa da educação nacional. E aqui, não exatamente de forma solene, porque acredito pouco nas solenidades, acredito muito nos recursos, informações que saem de cada um de nós. Aqui, portanto, e agora, eu quero assumir, em nome do Ministério da Educação, dos meus companheiros do Ministério da Educação, que conosco vivem este dia-a-dia áspero e difícil, procuram dar um novo rumo à educação, à cultura e aos desportos no Brasil, nós assumimos o compromisso de formar, ao lado dos senhores, e de dizer aos senhores, que terão sempre em nós um companheiro atento nesta tarefa cotidiana de construção qualificada do novo Brasil.”

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gabriel Hermes. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carreira. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso, para uma comunicação.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Brasil tem sido o país do futebol e, ultimamente, não fazendo boa figura nesse esporte, mas é o país do futebol. Quero registrar, para a Casa, com a presença aqui e aquiescência da nobre bancada paraibana, o nome de uma brasileira que conquistou para o Brasil um lugar de destaque na natação do Mundo. Uma menina da Paraíba, Kay Francis Pontes, de 16 anos de idade, que há 3 anos se dedicava ao nado de resistência e que, no princípio do mês passado, conseguiu atravessar o Canal da Mancha, que separa a França da Inglaterra, em 11 horas e 30 minutos de esforço contínuo, sendo a primeira sul-americana e, conseqüentemente, a primeira brasileira a deter tal proeza.

Sr. Presidente, uma menina dedicada e que, anonimamente, através de um treinamento com o seu pai, professor de Educação Física, e filha de uma médica conhecida em João Pessoa, sem auxílio dos órgãos oficiais do esporte do Brasil, apenas com o auxílio do Governo da Paraíba e de particulares, conseguiu essa proeza inédita para a natação sul-americana.

O Sr. Cunha Lima (MDB — PB) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Com muito prazer.

O Sr. Cunha Lima (MDB — PB) — Nobre Senador Dirceu Cardoso, as minhas palavras serão de agradecimento em nome da Paraíba, em nome de João Pessoa à exaltação que V. Ex^a faz à jovem desportista Kay Francis. A Paraíba, na Praia de Tambaú, há muito vem, com assombro, observando os seus gestos e a sua perseverança em, partindo daquele litoral, percorrer grandes distâncias, sob as vistas admiradas dos seus patrícios e familiares. E, na sua obstinação, essa jovem de 16 anos obteve este laurel à Paraíba e ao Brasil, de atravessar o Canal da Mancha, começando pelas praias lindas de Tambaú, do Cabo Branco, às distâncias mais longínquas do nosso litoral paraibano. Agradeço, em nome da Paraíba e no da família, a exaltação que V. Ex^a faz de Kay Francis, a jovem desportista paraibana, que ganhou lugar de destaque no cenário esportivo mundial. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Eu é que agradeço o aparte de V. Ex^a, que trouxe o carinho da gente paraibana à proeza magnífica de que Kay Francis foi detentora, na travessia do Canal da Mancha e, como salientou V. Ex^a, nadando horas e horas seguidas, trazendo até ao desespero os seus pais que a perdiam de vista durante 10 a 12 horas, quando nadava em praias infestadas até por tubarões, mas com a sua perseverança e a sua força de vontade, Sr. Presidente, consegue um laurel que nenhuma sul-americana antes dela havia conseguido.

Quero registrar, Sr. Presidente, que os meios oficiais não lhe tributaram as homenagens de estilo. Então, eu solicitaria ao Presidente do Congresso que, numa época que S. Ex^a houvesse por bem designar, chamasse essa heroína brasileira que, com o sacrifício pessoal, com o sacrifício da sua família, conseguiu esse laurel tão cobiçado por nadadores do mundo, a fim de que ela, com outros, aqui recebesse as homenagens do Brasil.

Sr. Presidente, além de Kay Francis, deveríamos homenagear outro brasileiro que, agora, em Tóquio consegue duas medalhas de ouro.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — V. Ex^a me permite?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Um instante. Djan Madruga, outro nadador excepcional, conseguiu duas medalhas de ouro, também se impondo aos nadadores do mundo. Se fosse uma equipe de futebol, a CBD jogaria o dinheiro todo da loteria esportiva para homenagear os seus elementos; mas, como se trata de esportes que, individualmente, registram o esforço, o sacrifício desses brasileiros, eles não receberam a devida recompensa e o aplauso nacional.

Tem o aparte o nobre Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Desejo solidarizar-me com V. Ex^a pelas homenagens que está prestando, da tribuna do Senado, à minha conterrânea Kay Francis, sem dúvida alguma, uma jovem desportista brasileira que merece todos os aplausos pela sua extraordinária façanha, atravessando o Canal da Mancha.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — E veja V. Ex^a, Sr. Presidente, que não faltou a palavra da Paraíba, através do nobre Senador Humberto Lucena, que vem trazer a sua solidariedade à homenagem que estou prestando à ilustre paraibana de 16 anos, Kay Francis, que conseguiu vencer uma diferença de temperatura da água de 9 graus até 15 graus durante o dia e parte da noite, em onze horas e meia de natação contínua, para atravessar cinquenta quilômetros do Canal da Mancha, de águas mais turbulentas e revoltas que nós temos no mundo.

Sr. Presidente, ainda mais, quero tributar também uma homenagem a João Carlos de Oliveira, o magnífico saltador brasileiro, que também não tem recebido aqui dos Poderes as homenagens. Esse atleta tornou-se campeão mundial do salto triplo, conquistado em competição com os grandes saltadores do mundo.

Gostaria que o Senado, ou o Congresso Nacional, homenageasse estes três grandes brasileiros. Nós não temos time de futebol agora, mas temos estes desportistas que, individualmente, têm granjeado para o Brasil o respeito de nações desportistas da terra, pelo seu esforço pessoal, pelo seu denodo e pelo seu sacrifício.

Assim, Sr. Presidente, a minha homenagem hoje a esses três brasileiros humildes, que merecem a consideração do Senado, porque eu me refiro a eles como se me referisse a um grande general que vencesse uma guerra, a um grande intelectual que escrevesse um livro, a um grande literato que conseguisse seu lugar na Academia Brasileira de Letras, porque expõem o corpo, Sr. Presidente, que também é uma criação divina.

Assim, são as minhas palavras de exaltação a Kay Francis, a seu pai, sua mãe e à gente paraibana, a Djan Madruga, conquistador de duas medalhas nos torneios de natação de Tóquio, e a João Carlos de Oliveira, o campeão de salto triplo, também outro brasileiro ilustre que conseguiu esses galardões com seu esforço e seu sacrifício.

E faço um apelo, Sr. Presidente, para que as autoridades esportivas do Brasil, que só jogam o dinheiro da loteria esportiva em cima do futebol, estimulem e consagrem esses atletas.

E devo registrar que quando o Sr. Presidente da Confederação, que recebeu esta semana Kay Francis, no Rio de Janeiro, convidou-a a continuar no esporte, ela disse "eu abandonei a natação". Abandonada como esteve do apoio das entidades oficiais, ela não quer mais continuar a prestar a sua colaboração à natação brasileira, desiludida com a falta de apoio das autoridades desportivas deste País.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardino Viana.

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI. Lê o seguinte discurso.)
— Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Antes de tudo, eu quero ressaltar que vou abordar um tema que é muito polêmico, que está causando as maiores controvérsias nos meios políticos, sociais e científicos, porém, o estudo que exponho, neste instante, do programa energético brasileiro, representa uma pesquisa que tenho feito através de documentos oficiais, não só do País, mas, também, do exterior.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, alguns parlamentares da Oposição responsabilizam o Governo por não haver previsto a crise mundial do petróleo, e bem assim pelo atraso em que se arrasta o nosso programa energético.

Quanto à previsão da crise, o nobre Líder da Maioria lançou da tribuna do Senado desafio a quem lhe apresentasse país no mundo ocidental que tivesse com ela sonhado.

No que se refere ao atraso do programa energético, permitam-me prestar alguns esclarecimentos que comprariam o contrário.

As pesquisas para encontrar petróleo em território brasileiro e no mar territorial brasileiro não retrocederam, e as jazidas já identificadas prometem uma produção de 500 mil barris/dia para 1985.

O Brasil, após inaugurar a hidrelétrica de Sobradinho, está empenhado na construção de quatro outras, entre as quais se destaca a de Itaipu, que se apresenta como uma das maiores do mundo.

No mesmo sentido já foi concluído o projeto de levantamento do potencial dos principais rios da Amazônia.

O PROÁLCOOL criado pelo Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975 — isto é, há 4 anos que nós já estávamos prevendo o problema da crise do petróleo concretamente, através de decreto — já apresenta seus primeiros frutos. Para a safra deste ano, a produção prevista é de 3,8 bilhões de litros de álcool para a sua adição, na base aproximada de 20%, nos 15 bilhões de litros consumidos pelos 7 milhões de veículos da frota nacional.

Até fins do primeiro semestre deste ano, o PROÁLCOOL já havia aplicado 24 bilhões de cruzeiros em financiamento para implantação de 104 destilarias, das quais 89 anexas, mas o programa está em fase febril de aceleração, pois, já em 1978, as aplicações do Banco do Brasil, por conta do PROÁLCOOL, atingiram a 7 bilhões e 200 milhões de cruzeiros, com o incremento sobre os valores de 1977, de 134,9%.

O ambicioso Programa prevê para 1985 a produção equivalente a 170 mil barris de petróleo/dia, com investimentos previstos da ordem de 5 bilhões de dólares.

Na área do carvão, a produção prevista para 1985, é também o equivalente a 170 mil barris/dia, com investimentos previstos de 7,3 bilhões de dólares. O Grupo Executivo do Carvão Nacional, em sua última reunião, aprovou o Plano de Aproveitamento Energético do Carvão Nacional que prevê a elevação da produção atual de 3 milhões e 800 mil toneladas para 35 milhões e 500 mil toneladas em 1985, incluindo carvão metarlúgico.

O Plano como foi aprovado, segundo o *Jornal do Brasil*, de 29-8-79, prevê a utilização do carvão não só em estado sólido, como amplo programa de gaseificação. Serão construídas nove unidades industriais de gaseificação, com uma capacidade nominal de produção de 2 milhões 645 mil toneladas equivalentes de petróleo. As usinas serão assim distribuídas: uma no Rio, de 410 mil TEP/ano; uma no Nordeste, para 260 mil TEP/ano; duas em São Paulo, sendo uma com capacidade de 450 mil e outra de 700 mil TEP/ano; e cinco na Região Sul, sendo duas de 400 mil TEP/ano; duas com 225 mil TEP/ano e uma de 200 mil TEP/ano.

Para que a produção seja elevada de menos de 4 milhões para mais de 35 milhões de toneladas/ano, 29 minas deverão ser abertas nos dois primeiros anos de implantação do plano. O aproveitamento das atuais, visaria apenas dobrar a produção atual.

A previsão de consumo para este ano de óleo pela indústria cimenteira é, o equivalente a 400 milhões de dólares. Já se encontra em discussão com os industriais do ramo a substituição do óleo por carvão mineral.

O Programa Nuclear Brasileiro, um dos temas polêmicos da atualidade, e por vezes criticado, está em andamento, não parou.

As pesquisas em torno de fontes alternativas de energia, incluindo a solar estão em curso nas principais universidades brasileiras e nos órgãos científicos e especializados.

Como bem disse Joelmir Beting em artigo publicado na *Manchete* de 25 do corrente "A indústria automobilística mundial estabelecida no Brasil anunciou seu programa de carro a álcool, que simplesmente expulsa da linha de montagem, pela primeira vez na história do automóvel, o motor a gasolina".

No Brasil, já há, trabalhando com capacidade ociosa, cinco unidades industriais fornecedoras de equipamentos destinados a produção de álcool, a partir da cana-de-açúcar, da mandioca e de outros produtos.

É evidente, pois, que o Programa está em pleno desenvolvimento, creio mesmo que acima das nossas possibilidades financeiras. E agora tendo à frente o eminente homem público engenheiro Aureliano Chaves, as nossas esperanças tomam corpo e se avolumam.

Não é fácil implantar-se um programa dessa amplitude sujeito que está a várias condicionantes.

O Poder Executivo dos Estados Unidos só agora definiu sua política energética, mas ainda pende de algumas deliberações do Congresso, principalmente no que tange a aprovação da lei que cria uma Corporação, independente de segurança energética, que teria por objetivo o desenvolvimento da capacidade interna de produção de carvão, gás de carvão, turfa, biomassa, petróleo de xisto betuminoso e gás natural convencional e, bem assim, de uma Junta de Mobilização de Energia, cujo projeto submeterá ao Congresso, que funcionaria dentro do Gabinete do Presidente como órgão de cúpula para assuntos energéticos.

O Sr. Almir Pinto (ARENA — CE) — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Almir Pinto (ARENA — CE) — Estou ouvindo, com muita atenção, o importante pronunciamento de V. Exª, nesta tarde, da tribuna do Senado da República. Em uma passagem do seu discurso, quando V. Exª afirma que só agora os Estados Unidos da América fixaram o seu modelo energético, poderia, talvez, V. Exª dizer, também, que o Brasil, a essa altura, já tem definido o seu modelo energético.

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) — Mas é claro. Muito obrigado, Senador Almir Pinto. O Governo dos Estados Unidos, o Poder Executivo, definiu a sua política energética, mas o Congresso daquele país amigo, ainda não a aprovou, segundo o discurso que eu li, do Presidente Carter, do dia 14 de julho deste ano.

O Sr. Almir Pinto (ARENA — CE) — Se me permite V. Exª, posso dizer ainda que o Ministro César Cals foi convidado a comparecer a uma reunião, na Costa Rica, viajando num HS da FAB, com 16 horas de ida e 16 horas de volta com uma permanência de oito horas — podemos dizer que foi

uma viagem violentíssima — para, justamente, apresentar perante os representantes das nações latino-americanas o modelo energético do Brasil. E esse modelo foi apoiado por todas as nações ali presentes. Já agora, S. Ex^a é convidado a ir a Los Angeles, nos Estados Unidos, à Alemanha, à Polônia e ao Japão, tendo ido à Romênia, justamente porque o Brasil está, nesta altura, definido quanto ao seu modelo energético.

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) — Mais uma vez, muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) — Pois não, é com muito prazer, eminente Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Seria ideal também que o Governo enviasse ao Congresso Nacional, da mesma forma como fez o Governo dos Estados Unidos em relação ao seu parlamento, uma proposição contendo todas essas normas básicas da política energética brasileira. Aí, de uma forma sistematizada, teríamos a oportunidade de debater e de colaborar, enfim, sairia um trabalho harmônico dos dois Poderes, objetivando a superação da crise energética que envolve o País e, de resto, o Mundo.

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) — Agradeço sensibilizado a V. Ex^a Mas, quero adiantar-lhe que este Congresso Nacional aprovou o II PND, no qual estava inserida a política energética nacional e incluído nela o PROÁLCOOL e a política do carvão.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Sabe V. Ex^a que, em termos de cumprimento de meta do II PND, essas metas estão muito distantes daquilo que foi previsto naquela programação governamental. E com o novo Governo, segundo enunciado do brilhante discurso de V. Ex^a, trouxe uma série de inovações no campo da política energética, seria o caso de o Congresso ser instado a se manifestar uma vez mais dentro desse novo modelo que veio de ser concebido com as alterações propostas na atual administração.

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) — Mais uma vez agradeço a V. Ex^a E sei que, como parlamentar muito arguto, que está presente a todos os problemas de interesse nacional, como vi que V. Ex^a o é, não só quanto aos problemas relativos à sociedade brasileira, mas, também, à vida pública de um modo geral, sei que V. Ex^a tem razão ao fazer algumas críticas com relação às colocações iniciais contidas no II PND, porque elas eram de modo generalizado. Mas, acredito que, já no III Plano Nacional de Desenvolvimento, elas serão mais detalhadas, ainda assim porque foi criada agora a Comissão Nacional de Energia. Muito obrigado a V. Ex^a

Continuando:

Tem-se dito que, apesar da crise energética mundial, os Governos Revolucionários não deram a importância devida, aos transportes ferroviários e hidroviários.

Mas o esforço governamental pode ser evidenciado através dos números significativos colhidos do Relatório das Realizações do Governo Geisel, publicado pelo IPEA, que passarei a alinhar.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) — Pois não, com muito prazer, nobre Senador pelo Espírito Santo.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Nobre Senador, a Casa está ouvindo, com atenção, o discurso que V. Ex^a vem proferindo, com dados, informes e argumentos sobre o problema energético brasileiro. V. Ex^a prestou homenagem ao Presidente da Comissão Brasileira de Energia Elétrica, o ex-Governador Aureliano Chaves, em quem repousam grandes esperanças brasileiras, de que S. Ex^a encaminhe devidamente a solução deste problema. Mas devo dizer a V. Ex^a: gostaria o Senado de receber comunicação da PETROBRÁS do número de poços abertos no País; de receber, através do Ministério das Minas e Energia, o número das usinas produtoras de álcool que estão sendo instaladas no País. Porque tememos que muitas dessas usinas serão entregues a cavalheiros de indústria que vão receber dinheiro do Banco do Brasil e não vão resolver o problema do álcool. Vão, se enriquecer com o dinheiro da Nação, sem dar ao País a solução energética de que tanto carece. Quero louvar V. Ex^a pela colocação que está fazendo do problema, manifestando a minha esperança de que, dentro de pouco, o Brasil possa ter, de fato, uma política orgânica de energia.

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) — Agradeço a V. Ex^a e Deus permita que não aconteça o que V. Ex^a está prevendo. Que seja o contrário: que nós possamos implantar as 89 destilarias anexas que já foram fi-

nanciadas e as 15 outras autônomas que estão sendo implantadas em todo o Território Nacional.

E continuo Sr. Presidente:

No setor ferroviário, as taxas de crescimento do tráfego no período 1973/1978, passando de aproximadamente de 31 milhões de toneladas geradas e 14,1 bilhões de toneladas — quilômetros para cerca de 55 milhões e 26 bilhões, representando, respectivamente, um crescimento de 77% e 84%.

Deveu-se este resultado ao aumento da oferta de serviços de transporte, política comercial mais agressiva, de crescimento do transporte de minério de ferro de Águas Claras, do aumento da produção agrícola e de seletividade das cargas transportadas.

O transporte suburbano de passageiros apresentou crescimento de 37%, passando de 234 milhões de passageiros, em 1973, para 320 milhões em 1978.

No transporte interurbano, devido à política de redução dos serviços deficitários, apresentou redução de 33% no período.

O crescimento significativo dos serviços executados pela RFFSA apresentaram um crescimento de 126%, no período, ou seja, de 125 mil t.km por empregado em 1973, para 283 mil em 1978.

Como indicadores físicos, destacam-se as seguintes realizações:

- projetos de engenharia: 2.880 km;
- construção de linhas: 600 km;
- remodelação de linhas: 5.300 km;
- eletrificação: 20 km;
- comunicação: 2.040 km;
- sinalização: 510 km;
- estações remodeladas: 190;
- aquisição de locomotivas: 303;
- aquisição de vagões: 16.597;
- aquisição de trens-unidade: 100;
- carros de passageiros: 140.

É bom salientar que essas locomotivas, vagões e trens-unidades são de fabricação nacional e as unidades implantadas em território brasileiro, que hoje exportam para o exterior, deveu-se a financiamento externo.

Já a movimentação portuária apresentou crescimento baixo devido ao próprio comportamento da conjuntura internacional e à política de restrições às importações.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) — Com muito prazer, nobre Senador pela Paraíba.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex^a e antes que V. Ex^a entre no tópico referente ao sistema portuário, eu gostaria de ater-me, ainda, ao problema do nosso parque ferroviário. V. Ex^a faz algumas considerações sobre o papel que a Rede Ferroviária Federal vem desempenhando no País. Desejo colocar, no seu discurso, aquele ponto que tem sido objeto da preocupação permanente do Senado, o de apelar, através de V. Ex^a às autoridades encarregadas do setor de transportes no País, notadamente, o Sr. Ministro dos Transportes e o Sr. Presidente da Rede Ferroviária Federal, no sentido de que pensem seriamente na possibilidade da restauração dos chamados ramais antieconômicos de estradas de ferro que foram assim desativados. Evidentemente, eles foram considerados antieconômicos numa outra fase de nossa política energética; hoje, como aqui teve oportunidade de dizer, em pronunciamentos outros, já não ocorreria isso, pois, pelo contrário, o seu restabelecimento viria atenuar, sobremaneira, o problema energético brasileiro.

O SR. BERNARDINO VIANA (ARENA — PI) — Disse V. Ex^a muito bem, Senador Humberto Lucena: foi um grande erro brasileiro se desativar alguns ramais ferroviários neste País; aí, elogio a colocação de V. Ex^a porque, realmente, se tivéssemos presentes a crise energética que o País iria atravessar, não teríamos desativado alguns trechos ferroviários deste País.

E quero louvar também o Senado e a Câmara pelas grandes figuras da representatividade brasileira, aqui estão os homens mais ilustres deste País, dentre todas as profissões e de todas as atividades científicas.

Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador.

Continuo, Sr. Presidente:

De 176,7 milhões de toneladas movimentadas em 1974, elevou-se para, respectivamente, 221,3, 206,4 e 208,5 milhões de toneladas em 1976, 1977 e 1978.

O setor hidroviário apresentou crescimento de 39,3%, com substancial reforço na Bacia Sudeste, correspondendo, no período 1973/1978, a uma mo-

vimentação de 1 milhão 550 mil toneladas em 1974 para 2 milhões 158 mil toneladas em 1977.

As principais realizações do setor: a) prolongamento do cais do Porto do Rio de Janeiro e construção do pier e da ponte de acesso ao Porto de Sepetiba; b) construção do Porto de Itaquí; c) corredor de transportes de Vitória/Tubarão, compreendendo construção de silo com capacidade de 30.000 toneladas estáticas, construção do complexo portuário e do acesso rodoferroviário a Capuava; d) corredor dos transportes de Santos; e) corredor de transportes de Paranaguá; f) corredor de transportes de Rio Grande; g) porto de Imbituba; h) Porto de Recife; i) Porto de Mucuri; j) Porto de Luís Correa.

No que tange a hidroviárias, destaca-se: a) construção da eclusa de Sobradinho; b) balizamento e drenagem do rio São Francisco, no trecho Pirapora-Sobradinho; c) construção da barragem e eclusa do Bom Retiro do Sul, no rio Taquari; d) conclusão do entroncamento rodo-ferro-hidroviário de Estrela, no rio Taquari; e) construção do porto fluvial de Ladário, no rio Paraguai; f) consolidação da barragem eclusada do anel Dom Marco no rio Jacuí e proteção das margens.

No setor de construção naval, basta citar o fato de que a frota mercante brasileira aumentou de 556 embarcações (2.980 tpb) em 1973, para 987 embarcações (5.834 tpb), perfazendo um crescimento de 95%.

Nos transportes urbanos, destacaria o apoio às obras e projetos dos sistemas ferroviários suburbanos, através do qual foram destinados recursos da ordem Cr\$ 1 bilhão não reembolsáveis, e os destinados às companhias metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo, no valor de 4,8 bilhões de cruzeiros.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Todos esses programas de elevado alcance econômico e social estão vinculados ao programa energético brasileiro pelas opções que oferece ao consumo do petróleo e seus derivados.

Sei que não avultam em grandiosidade ante o muito que se tem de realizar num País de dimensão continental, onde os problemas são muitos e os recursos são escassos.

Mas aqui fica o meu apelo à consciência dos meus pares, ante o inaudito esforço que se vem fazendo em prol do desenvolvimento harmônico brasileiro. Se esse julgamento for injusto, temos certeza, estamos tranquilos, quanto ao julgamento das gerações vindouras, que nos farão justiça.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — A Presidência recebeu do nobre Senador Humberto Lucena, Relatório referente aos trabalhos da 65ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, à qual compareceu na qualidade de Observador Parlamentar.

O documento será publicado.

É o seguinte o relatório encaminhado à Mesa:

Brasília, 30 de agosto de 1979.

Exmº Sr.
Senador Luiz Viana Filho
DD. Presidente do Senado Federal
Nesta

Por indicação de V. Exª, após entendimento com a Liderança do MDB nessa Casa, fui designado pelo Sr. Presidente da República, para integrar, como Observador Parlamentar do Senado Federal, a Delegação do Brasil à 65ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, Suíça, no período compreendido entre 6 e 27 de junho próximo passado.

O referido conclave reuniu 138 Estados-Membros, sendo admitidos, durante os seus trabalhos, como membros da OIT, Cabo Verde e Camoras.

A propósito, convém salientar a grande repercussão que continua obtendo, no seio da Organização, o desligamento dos Estados Unidos que, pelo seu alto prestígio no concerto das Nações, vem recebendo sucessivos apelos, no sentido do seu retorno aos quadros daquela instituição internacional.

Um dos pontos altos da 65ª Conferência, a nível de plenário, foi a visita do Rei Dom João Carlos, da Espanha que, em seu discurso, enfatizou o extraordinário esforço de humanização desenvolvido pela OIT, visando a uma ordem internacional criadora de condições de paz, pela aceitação de normas uniformes de proteção do trabalho, antes sujeitas ao discricionismo dos Estados soberanos, no âmbito de cada direito interno.

Saliente-se, de um modo um tanto genérico, alguns aspectos mais importantes do desenrolar da 65ª Conferência da OIT, para se ter bem presente uma idéia de como essa entidade exerce, na prática, o policiamento moral de suas deliberações, sobretudo quando elas tomam a forma de convenções.

Os debates sobre o *apartheid*, por exemplo, não de despertar os espíritos daqueles que o praticam, principalmente na África do Sul, contribuindo para o seu próximo desaparecimento da face da terra; por sua vez, as manifestações sobre as novas nações africanas e bem assim, a casos específicos da América Latina, como a Argentina, o Chile e o Uruguai, no que tange aos direitos sindicais, no âmbito da Comissão de Aplicação de Normas e do Plenário, deverão ter o seu desdobramento interno, em cada um desses países, contribuindo para a abertura de novos caminhos em busca da paz social.

Vale ressaltar ainda que tanto a Comissão de Normas, como o Plenário, registraram, com interesse, a evolução favorável, na Indonésia, do processo de abolição do seu antiquado sistema penal, em cujo contexto ainda se dispõe inclusive sobre o trabalho forçado. Igual procedimento ocorreu quanto a Libéria.

Além desse sentido fiscalizador da execução das normas inseridas nas Convenções e Recomendações da OIT, as Conferências anuais, por outro lado, propiciam um amplo debate, entre as diversas nações do mundo capitalista e do mundo socialista, em torno dos temas relacionados ao trabalho e aos trabalhadores, ilustrados por experiências bastante peculiares de cada uma delas, o que, sem dúvida, deixa um saldo bastante positivo para novas e constantes avaliações.

Em suma, nós sabemos o que representam as deliberações da OIT como fonte perene de direito internacional do trabalho.

No caso do Brasil, por exemplo, o nosso direito positivo absorve permanentemente, de um modo geral, os textos aprovados pela OIT, como se pode observar na vigente Consolidação das Leis do Trabalho.

E pena que, até hoje, por razões técnicas que, a meu ver, porém, tem um fundo político, não tenhamos ratificado uma das principais convenções da OIT, qual seja a que dispõe sobre a liberdade sindical.

Merece menção especial a segunda parte do Informe apresentado pelo Conselho de Administração à 65ª Conferência, pelo que ele contém de honroso ao Brasil. Está assim redigido:

"Na sua 208ª reunião (novembro de 1978), o Conselho de Administração decidiu, tendo em conta as conclusões a que *unanimemente chegaram um grupo de peritos em estatísticas e sua própria mesa que o Brasil era um dos dez Membros da Organização de maior importância industrial*. O Brasil ocupou, em consequência, o posto do Conselho Administrativo que ficou vago com a retirada dos Estados Unidos, da Organização."

Ordem do Dia

A ordem do Dia da Conferência, por decisão do plenário, foi a seguinte:

I — Informe do Conselho de Administração e Relatório do Diretor-Geral, que se submeterá à discussão na sessão plenária.

II — Proposição de programas, orçamento e outras questões financeiras.

III — Informações e memoriais sobre a aplicação de Convenções e Recomendações.

IV — Revisão da Convenção nº 32 sobre a proteção dos portuários contra acidentes.

V — Duração do trabalho e períodos de descanso nos transportes por rodovias.

VI — Trabalhadores de idade madura: trabalho e aposentadoria.

VII — Continuação das discussões sobre as conclusões da Conferência Mundial de Emprego e necessidades essenciais.

VIII — Estrutura da OIT.

Com a ausência do Ministro Murilo Macedo, coube ao Dr. Julio Cesar Prado Leite, Delegado Governamental, falar, em plenário, sobre o 1º Ponto da Ordem do Dia, em discurso que foi publicado nas Atas Provisionais nº 29 (documento anexo).

No pronunciamento do Senhor Francis Blanchard, Diretor-Geral da OIT, o Brasil foi alvo de uma referência expressa ao lado do México, "como um dos países que, no mundo contemporâneo, conseguiram romper a barreira do atraso econômico e passaram a se alinhar com os países industrializados".

As proposições sobre programa, orçamento e questões financeiras preparadas pela RIT foram aprovadas.

O Brasil teve mantido o seu percentual de contribuições para a OIT, correspondente à 1,03% das contribuições globais, representando US\$ 1.399.284.

O relatório da Comissão de Aplicação de Convenções e Recomendações compõe-se de duas partes. Uma parte geral, contendo apreciação sobre os trabalhos da Comissão, face aos debates travados e ao informe da Comissão

de Peritos em Aplicação de Convenções e Recomendações, e uma parte especial, com os quatro anexos seguintes:

Anexo I — Observações e informações relativas aos relatórios anuais sobre Convenções Ratificadas.

Anexo II — Observações e informações sobre a aplicação das Convenções nos territórios não metropolitanos.

Anexo III — Submissão às autoridades competentes das Convenções e Recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho.

Anexo IV — Informações Complementares.

O plenário aprovou o relatório, havendo pronunciamentos que exigiam maior rigor da Comissão em relação à situação sindical na Argentina, Chile e Uruguai.

O informe geral da Comissão de Aplicação de Convenções e Recomendações não incluiu qualquer menção ao Brasil.

Quanto à parte especial do relatório, foram objeto de apreciação as informações prestadas pelo Governo brasileiro sobre a aplicação das Convenções nºs 98 e 107, solicitadas previamente pela Comissão de Peritos. Referidas convenções relacionam-se, respectivamente, com "Direito de Sindicalização e Negociação Coletiva" e "Populações Indígenas e Tribais".

O Conselheiro Técnico Lustosa da Costa, da Delegação dos Trabalhadores do Brasil, por ocasião da discussão da matéria impugnou as informações governamentais, alegando que o Brasil não vem observando as normas da Convenção nº 98, tanto assim que o anteprojeto da nova CLT conteria dispositivos incompatíveis com a mencionada Convenção.

Por sua vez, o Conselheiro Técnico Vieira Marques, da Delegação dos Empregadores do Brasil, contestou a afirmação do Sr. Lustosa da Costa, argumentando que agora mesmo estavam se processando movimentos de paralisação de trabalho no País, sem interferência do Governo.

O Conselheiro Técnico Governamental, Sra. Silva Barros, lembrou à Comissão que, na conformidade das informações prestadas pelo Governo, a intervenção nos sindicatos do ABC, visar ao prestigiar decisão judicial desobedecida, foram suspensas, voltando os dirigentes sindicais às suas funções.

O Sr. Lustosa da Costa, em outra oportunidade, afirmou, perante a Comissão, que a legislação sobre a negociação coletiva datava de 1964 e que, a partir daí, o que tem havido são reduções salariais.

A Comissão registrou os pontos de vista emitidos pelos representantes do Governo, dos trabalhadores e dos empregadores e concluiu, diante das dúvidas suscitadas, quanto a conformidade das disposições legislativas com a Convenção nº 98, que, por ocasião da próxima reforma da CLT, no Brasil, fossem empreendidos esforços no sentido de compatibilizar melhor as normas do direito interno com as da aludida Convenção.

Parece-me que as intervenções do Sr. Lustosa da Costa, seguida de debates com representantes do Governo e dos empregadores foi salutar, tanto assim que o líder do grupo dos trabalhadores, Sr. Hauthuys, da Bélgica, expressou o júbilo de sua bancada "por ver representantes sindicais opostos à política do Governo autorizados a participar da delegação para expor seus conflitos com a posição governamental."

Quanto à Convenção nº 107, a Comissão afirmou "grande preocupação no sentido de que a integração das populações indígenas na comunidade nacional possa destruir sua cultura original. Tomou nota, ainda, de que o Governo brasileiro está disposto a enviar novas informações no ano vindouro sobre o assunto e sobre os progressos de sua política indianista."

O Plenário da 65ª Conferência aprovou a revisão da Convenção sobre a Proteção dos Carregadores Portuários Contra Acidentes.

Ao apreciar o assunto, a Comissão de Proteção de Carregadores Portuários, admitiu algumas emendas, visando sobretudo o tratamento especial para os barcos de pesca.

A delegação Governamental brasileira, segundo instruções superiores, votou favoravelmente o texto original do projeto de convenções, com ligeiras alterações.

Foi objeto de apreciação também pela 65ª Conferência a "Duração do Trabalho e o Período de Descanso nos Transportes por Rodovia".

Os representantes dos empregadores opuseram-se tenazmente, no seio da Comissão de Transportes por Rodovia, à aprovação não só do texto do projeto de Convenção, como do projeto de Recomendação.

Em Plenário, o projeto de Convenção não sofreu alterações substanciais. Já o projeto de Recomendação foi modificado, no tocante à fixação da duração da jornada semanal de trabalho. Enquanto a Convenção a manteve em 48 horas semanais, a Recomendação preconizou um limite de 40 horas semanais.

O tema "Trabalhadores de Idade Madura: Trabalho e Aposentadoria" preocupou também à 65ª Conferência.

A Comissão sugeriu uma Resolução, afinal aprovada pelo Plenário, fazendo incluir a matéria, em segunda discussão, na Ordem do Dia da próxima reunião ordinária da Conferência.

Discutiu-se durante a Conferência sobre as conclusões da Conferência Mundial Sobre Emprego e as necessidades básicas da comunidade.

Em reunião do Grupo Latino Americano, a Delegação Governamental do Brasil opinou no sentido da manutenção da Convenção nº 122 que orientou os trabalhos da Comissão Revisora da CLT, quanto à valorização da mão-de-obra.

Nas conclusões da Comissão adotadas pelo Plenário da 65ª Conferência observou-se que as questões relativas ao emprego e desemprego devem ser encaradas pela OIT sob o ângulo especificamente trabalhista.

A 65ª Conferência, examinando relatório da Comissão de Estrutura, aprovou o prosseguimento dos estudos sobre Estrutura da OIT e a renovação dos mandatos dos membros da referida comissão, para que as suas conclusões possam vir a ser apreciadas pela 66ª Conferência, em 1980.

Foi constituída pela 65ª Conferência uma Comissão de Proposições para decidir sobre as propostas apresentadas à Conferência, no prazo regulamentar.

As cinco propostas classificadas foram:

- a) Resolução sobre a utilização de árabe como língua oficial da OIT.
- b) Resolução sobre o trabalho do menor.
- c) Resolução sobre a melhoria das relações de trabalho.
- d) Resolução sobre a liberdade sindical em Túnis.
- e) Resolução sobre a reabilitação profissional.

A Delegação Governamental do Brasil aprovou todas as resoluções, com exceção de e).

Observações Finais

Cumprir salientar, por um dever de justiça, o trabalho realizado pelos componentes da Delegação do Brasil à 65ª Conferência da OIT.

A começar pelo Dr. Júlio Cesar do Prado Leite, Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho e que substituiu o Sr. Ministro Murilo Macedo, no pronunciamento lúcido e equilibrado que proferiu no Plenário da Conferência, por ocasião da discussão do Informe do Conselho de Administração e Relatório do Diretor-Geral.

Em todos os momentos daquele conclave aquele ilustre servidor público se conduziu com reconhecida seriedade, altivez e competência, não só coordenando a participação da delegação Governamental, como mantendo entendimentos permanentes com os delegados dos trabalhadores e dos empregadores, no alto propósito de bem posicionar o Brasil nas Comissões e nas deliberações do Plenário.

A Delegação Permanente do Brasil, em Genebra, através do embaixador George Alvares Maciel deu todo apoio à Delegação do Brasil à 65ª Conferência da OIT.

Desejo fazer uma referência especial ao Ministro para Assuntos Econômicos, Fanor Cumplido. Além de conselheiro técnico da delegação, desdobrou-se aquele alto funcionário em atenções a todos os membros da Delegação do Brasil à 65ª Conferência, procurando, por todos os meios ao seu alcance, facilitar o desempenho de sua missão.

Menção honrosa, ao meu entender, deve caber também a todos os demais membros da Delegação do Brasil, representantes Governamentais, dos Trabalhadores e dos Empregadores que, demonstrando acentuado espírito público e profundo conhecimento da causa, dedicaram-se, com entusiasmo e interesse, ao estudo e ao debate dos temas constantes da Ordem do Dia da 65ª Conferência da OIT.

Brasília, 31 de agosto de 1979. — Humberto Lucena.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guimard — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Jessé Freire — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaisson Barreto — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Está finda a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 284, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, solicitando o desarquivamento do Pro-

jeto de Lei do Senado nº 138, de 1978, de sua autoria, que altera a redação do § 1º do art. 6º, da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto a que se refere o requerimento que vem de ser aprovado voltará a tramitar normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 286, de 1979, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado "Odylo", de autoria de Josué Montello, publicado no *Jornal do Brasil*, de 22 de agosto de 1979.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição

É a seguinte a matéria cuja transcrição é solicitada:

ODYLO

Josué Montello

Quinta-feira, na Academia, vi Odylo Costa, filho passar para a sua cadeira, no pequeno plenário de nossas sessões ordinárias, com o mesmo ar sereno e suave, que era de sua índole e condição. Apertei-lhe a mão, ele apertou minha mão, e agora sei que estávamos a nos despedir.

Depois, ao voltar-me para ele, dei com a Nazaré ao seu lado — a admirável Nazaré que ele foi buscar em Campo Maior, no Piauí, a mando de Deus, para que fosse a sua companheira perfeita.

Há alguns meses, depois de vê-los sempre juntos, ao longo de tantos anos de amizade fraterna, eu disse a Odylo, à mesa do chá da Academia, no tom rissonho com que habitualmente nos falávamos:

— O problema de tua rua, em São Luís, é fácil de resolver. Como ali já existe, no Centro da cidade, uma Rua de Nazaré, é só acrescentar — "e Odylo".

Agora de repente, o destino os separou. A notícia da morte do amigo e companheiro, a quem me unia uma amizade fraterna, atordoou-me tanto que eu fico com a sensação de que estou a juntar pedaços de mim mesmo, na desorientação das primeiras horas, para tentar exprimir de público o sentimento de minha consternação pessoal.

Com Odylo desaparece não apenas um companheiro de geração, mas o amigo que me precedeu de alguns anos, na luta do Rio de Janeiro, ao tempo que a província ainda não oferecia condições para a realização de uma obra literária. Ele veio do Maranhão como vieram Viriato Correia, Humberto de Campos, Graça Aranha, Aluísio e Artur Azevedo e Raimundo Correa.

Por isso, quando aqui cheguei, já Odylo ainda na fase dos 20 anos havia feito um nome e uma reputação. Nesse tempo existiam alguns baluartes intransponíveis para os jovens. Por exemplo: o grave *Jornal do Commercio*, solidamente enraizado no tempo e no espaço, com seu edifício inconfundível na esquina da Avenida Rio Branco com a Rua do Ouvidor. Ali pontificava Feliz Pacheco por trás de seu *pince-nez*. E foi esse baluarte que Odylo conquistou da noite para o dia, com direito à sua mesa na sala da redação. Jornalista, cronista, ensaísta, crítico literário, romancista, contista, tudo isso ele seria, andando o tempo, com um modo muito seu de exprimir-se. Também fez teatro. Também escreveu para crianças. Mas foi na poesia da maturidade que Odylo plenamente se realizou — sobretudo depois que o infortúnio desabou sobre a sua casa, brutalmente, estupidamente, como um raio que lhe incendiasse a cumeieira. Estou a vê-lo, nesta hora trágica, à cabeceira do ataúde de seu filho, e Odylo é o mesmo homem contido; que a dor esmagava, mas não vencia.

Nessa hora ele se engrandece no infortúnio — ao lado da companheira. Por esse tempo Odylo chegou a rezar ao filho esta prece:

Por essas mãos te peço que me ajudes
e que afastes de mim com os dentes alvos
do teu riso contido mas presente a tentação
da morte voluntária.

Joubert dizia que Deus ordenou ao tempo que consolasse os desesperados. Os outros filhos, os amigos, o passar dos meses e dos anos, juntando emoções sucessivas, tudo terminou restituindo ao Odylo e à Nazaré o gosto da vida. E aos dois se poderia aplicar a frase famosa de Machado de Assis, no *Dom Casmurro*, a propósito de dois retratos na parede: "O que se lê na cara de ambos é que, se a felicidade conjugal pode ser comparada à sorte grande, eles a tiraram no bilhete comprado de sociedade."

Foi isso que permitiu a Odylo uma forma patriarcal de vida urbana, que singularizava a sua casa e dela fazia a mansão acolhedora — como se tivesse o seu alpendre escancarado, à feição das velhas quintas maranhenses do tempo de Aluísio Azevedo. Na verdade não se tratava de uma casa grande, e sim de um apartamento amplo, num segundo andar da Avenida Rui Barbosa. As peças espaçosas acolhiam-nos folgadoamente — mas a alma da casa estava em Odylo e Nazaré, simples, generosos e cordiais.

A intervenção cirúrgica a que Odylo se submeteu, há seis anos, nos Estados Unidos, remendou-lhe o coração — sem lhe alterar a vida. Da juventude como que lhe ficara um saldo de vida boêmia, a que ele dava feição caseira, reunindo amigos, aproximando companheiros, noite adentro, madrugada afora. Fez assim na última sexta-feira, já se sabendo tocado pelo dedo da morte. Nada o continha diante da boa comida maranhense, e era de ver-se o ar feliz com que, na sua sala de jantar, ocupava a cabeceira da mesa, para degustar os quitutes de São Luís.

Há tempos, chamando-me a um canto da janela, na Academia, fez-me este reparo:

— Precisas alimentar melhor teus personagens. Já observei que, nos teus romances, come-se pouco. Dá para eles, pelo menos, um arroz de cuchá com uma boa torta de camarão. No fim, como sobremesa, doce de bacuri com baba-de-moça.

E eu, achando graça no reparo:

— Será feita a tua vontade, no próximo romance. Para o de agora, não há mais tempo, porque já entreguei ao José Olímpio os originais de *A Coroa de Areia*.

Ele se afastou, sorrindo. Lá adiante, voltou:

— O melhor seria pôr os pratos na mesa, como se faz na nossa terra. A peixada, a torta, a galinha de molho pardo, o caruru, tudo junto, nas travessas e nas terrinas.

Ri alto, e fiz-lhe esta promessa:

— Quando eu estiver escrevendo o novo romance, vou te chamar para que me ajudes a pôr a mesa.

— Com o maior prazer — concordou Odylo.

Ao mandar-me *Tempo de Lisboa e Outros Poemas*, seu livro de poesias editado em Portugal, Odylo escreveu esta dedicatória a mim e à minha mulher: "Queridos meus, ainda haveremos de ser vizinhos em sobrados de São Luís".

Era seu sonho um sobrado de azulejos no Maranhão. Num dos sonetos daquele livro celebrou a cidade natal, para reconhecer, no doce embalo de tua ternura lírica:

Tenho entre velas e sobrados
o corpo. A alma foge pelo espaço
e se veste de flores e de campos
para dormir contigo em tua rede.

Numa das muitas vezes em que juntos percorremos as ruas e ladeiras de nossa cidade, para lhe rever becos, grades de ferro, balcões, sacadas, mirantes, calçadas de pedra de cantaria, pude sentir no olhar de Odylo a concordância do homem com o poeta, no brilho mais vivo de suas pupilas, como que tocadas de uma luz nova para ver São Luís. Dir-se-ia que o menino refluía à tona de seus olhos.

No Cais da Sagração, onde paramos para uma fotografia, ele suspirou:

— Sabe o que está faltando aqui? O mercado, com seu cheiro de peixe fresco e melancia. Ah, São Luís de antigamente!

No entanto, Odylo não estava preso ao passado. Pelo contrário: tinha também o gosto da vida que se renova. Gostava das novidades na arte, na moda, na política, nas letras, como gostava das crianças e dos moços. Dele ouvi que invejava nos jovens casais esta perspectiva natural — o choro de menino novo. Parecia-lhe ser essa a música mais adequada para o lar que começa. Mas não para deixar o menino chorando e sim para se debruçar sobre ele, calando-o com a sua ternura.

A obra literária que Odylo nos deixou é relativamente pequena para a intensidade de sua vida. É que ele viveu e escreveu. Viveu na redação e na oficina do jornal; viveu viajando; viveu lendo; viveu sobretudo conversando. Mas

também escreveu muito — multiplicando-se em crônicas, em contos, em poesias, em conferências, que não reuniu em livro.

Manuel Bandeira reconhecia em Odylo — o Odylo dos últimos poemas, intensamente sofrido e depurado na sua limpidez formal — um dos mais altos poetas de língua portuguesa. Ao contrário de nossos outros poetas, que encontraram ainda na juventude o caminho e a expressão de sua grandeza, Odylo se fez poeta maior na maturidade. Não adivinhou a vida — deu-lhe o ritmo do verso perfeito depois de vivê-la.

Afonso Arinos, na quinta-feira, surpreendeu a todos nós, na Academia, ao fazer a apresentação dos originais de dois livros de versos de Odylo. Por que apresentá-lo em originais? Não seria mais apropriado apresentá-los em livro editado, como ali sempre se fez? A resposta a essa perplexidade nós a tivemos dois dias depois, com a morte do poeta. Odylo tivera a intuição de que ali não voltaria. E Afonso, tão fluente, tão exato, como que teve também a noção intuitiva de que suas palavras se revestiam de uma significação misteriosa, que ele próprio tentava entender e lhe escapava. Só agora sabemos que Afonso já falava a Odylo na fronteira do outro lado da vida, como intérprete de todos nós.

Há poucos meses, por ocasião da entrega do Prêmio Machado de Assis, na Academia Brasileira, coube a Odylo dar as razões da casa para a láurea merecida. Levou o discurso escrito: tinha mais de 20 laudas de exaltação carinhosa. Por fim, deixou-nos inquietos — ao recitar o poema de Gilka Machado ao filho morto. Ah, a emoção com que lhe disse os versos! Recitou-os como se ele próprio os houvesse escrito.

Georges Darien dizia que os olhos de um escritor, para serem claros, devem ser secos. Mas o caso de Odylo Costa, filho era diferente: parecia-me que ele necessitava dos olhos úmidos para exprimir no papel a sua melhor emoção. Mesmo falando de improviso, nos pequenos discursos das sessões habituais da Academia, sentíamos que ele estava comovido, com um fulgor molhado à tona das pupilas — embora sorrisse.

Quando o vi imóvel para sempre ainda no quarto do hospital, não contive o pranto que me desceu pelo rosto. Não, eu não queria aceitar aquela definitiva imobilidade. Uma parte de mim mesmo — de meu passado, de minha vida de companheiro, com o cabedal das emoções comuns — estava ali, naqueles olhos descidos, naquelas mãos cruzadas.

Ultimamente, com a consciência de que a vida se lhe esvaía pelo coração irregular, Odylo viajou muito. Foi a Lima, foi a Santiago, foi a Buenos Aires, foi a São Luis, foi a Brasília, voltou ao Rio. Há poucos dias queria ir à Bélgica. Para avaliar bem a gravidade de seu estado, procurou seu cardiologista e perguntou-lhe se podia viajar para tão longe. E o médico, que era quase seu irmão na amizade fraterna:

— Eu ficaria mais feliz se você adiasse essa viagem.

Odylo concordou com o conselho. Mas, domingo, de repente, fez outra viagem — desta vez muito maior. E para só voltar nas nossas recordações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 287, de 1979, do Senador Orestes Quércia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 1978, de sua autoria, que acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere o requerimento aprovado prosseguirá em sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Item 4:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 289, de 1979, do Senador Aloysio Chaves, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 61, de 1979, de sua autoria, que especifica as hipóteses em que as decisões, nos dissídios coletivos, poderão estabelecer normas e condições de trabalho, trata do exercício do direito de greve, e dá outras providências.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 324, DE 1979

Nos termos do art. 350, combinado com a alínea "c", do art. 310 do Regimento Interno, requeiro adiamento da votação do Requerimento nº 289/79, a fim de ser feita na sessão de 20 do corrente.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 1979. — Senador Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

O Sr. Humberto Lucena (MDB — PB) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Tem a palavra V. Exª

O SR. HUMBERTO LUCENA (MDB — PB. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O nobre Senador Aloysio Chaves requereu a retirada do Projeto de Lei do Senado, de nº 61, de 1979, de sua autoria, que "especifica as hipóteses em que as decisões, nos dissídios coletivos, poderão estabelecer normas e condições de trabalho, trata do exercício do direito de greve, e dá outras providências".

Sem dúvida, Sr. Presidente, é uma proposição das mais importantes das que já foram apresentadas ao Senado, na atual sessão legislativa. Tanto assim que mereceu há poucos dias uma menção especial do nobre Senador Jarbas Passarinho, Líder da Maioria nesta Casa, ao festejar com palavras encomiásticas a iniciativa do seu liderado.

O projeto, se não atinge o ideal, em matéria de regulamentação do direito de greve, tal como o desejo o Movimento Democrático Brasileiro, como partido de Oposição, pelo menos melhora substancialmente a matéria, pois parte de alguns pressupostos que são da maior relevância.

Na sua justificação, aduz, entre outras considerações, o nobre Senador Aloysio Chaves:

"Contrariamente à Constituição de 1946, que reconhecia o direito de greve, subordinando o seu exercício ao regulamento da lei (art. 158), a atual Carta Magna assegura aos trabalhadores esse mesmo direito (art. 165, XX), proibindo apenas que ele seja exercido nos serviços públicos e atividades essenciais, definidas em lei (art. 162).

Esse tratamento constitucional conflita com a Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964, uma vez que o exercício do direito de greve foi ali previsto, subordinado a procedimentos que restringem e até mesmo cerceiam o uso dessa prerrogativa assegurada pela Constituição aos trabalhadores."

Neste item o nobre autor da proposição confessa que a lei de greve, atualmente em vigor, é absolutamente injusta, e por isso deve ser reformulada.

E depois prossegue:

"Daí a necessidade de se estabelecer uma nova abordagem para o assunto, que garanta o exercício do direito de greve sem as limitações atuais, mas proporcionando, por outro lado, segurança à ordem social.

O mecanismo ideal para isso parece residir na previsão legislativa de uma matéria tratada pela Carta Magna e até agora esquecida pelo legislador, qual seja, a especificação das hipóteses em que as decisões normativas da Justiça do Trabalho poderão estabelecer "normas e condições de trabalho" (art. 52, § 1º, da Constituição da República).

Complementando essa especificação, urge simplificar o procedimento dos processos de dissídio coletivo nos casos de greve, inclusive dispensando a excessiva e rígida intervenção das assembleias sindicais para que seja instaurado o competente dissídio coletivo em caso de suspensão coletiva de trabalho.

Utilizando tentativas anteriormente ensaiadas pelo Projeto do Código do Trabalho, de 1951, pelo Projeto de Código Processual do Trabalho, de 1952, e pelo anteprojeto de Código de Processo do Trabalho, de 1963, este da lavra do eminente jurista, professor e magistrado trabalhista, Ministro Mozart Victor Russomano, e ainda com subsídios proporcionados pela experiência e pela jurisprudência mais recente dos Tribunais do Trabalho, o presente projeto pretende, justamente, enriquecer a legislação trabalhista com as técnicas indispensáveis para o seu uso comedido, mas sem restrições que conflitem com o texto constitucional.

Assim é que se fez, de início (art. 1º), uma especificação, a um tempo só completa e elástica, dos casos em que é possível à Justiça do Trabalho estipular normas e novas condições de trabalho, em obediência à especificação prevista no artigo 142, § 1º, da Constituição da República."

Ora, Sr. Presidente, pelo que se vê, o projeto, ao invés de ser retirado, deveria ter uma tramitação ultra-rápida no Congresso Nacional e, se possível, até chegar a ser discutido e votado em urgência, pois o nobre Senador Aloysio Chaves se apresta, nesta proposição, como disse, a melhorar a regulamentação do direito de greve, avançando um pouco nesses tempos de abertura em que nos encontramos, no sentido de seu efetivo respeito, pois esse é um direito sagrado dos trabalhadores.

E o que S. Ex^a preconiza, em última hipótese, é prestigiar a Justiça do Trabalho, fazendo com que ela volte a ter também aquela função normativa que muitas vezes pode conciliar tantos conflitos entre empregadores e empregados.

E S. Ex^a, no seu projeto, procura, justamente por isso, evitar que continue a abusiva intervenção do Executivo nos sindicatos e movimentos paraisistas, de tal sorte que se perturbe sempre a paz social no Brasil.

Por conseguinte, Sr. Presidente, o meu pedido de adiamento da matéria é para que S. Ex^a, que é o autor do projeto, possa, de viva voz, nos esclarecer quais as razões que o levaram a retirar sua proposição.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Continua em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

De acordo com a deliberação do Plenário, a matéria voltará a Ordem do Dia da sessão de 20 do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Item 5:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 295, de 1979, do Senador Henrique de La Roque, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 31, de 1979, do Senador Humberto Lucena, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, e 34, de 1979, do Senador Franco Montoro, que assegura às entidades de classe o direito de se pronunciarem sobre proposições em andamento no Senado e disciplina esse direito.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Item 6:

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1979, do Senador Humberto Lucena, que isenta o salário mínimo de descontos para a Previdência Social, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 283, de 1979, da Comissão:

— **de Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão anterior, tendo a votação adiada por falta do *quorum*.

Em votação o projeto, quanto à constitucionalidade.

Tem a palavra o nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em mais uma oportunidade aqui estamos nesta tribuna para dirigir o nosso apelo à Bancada da Maioria, no sentido de que seja transigente no acolhimento dessa importante matéria, que interessa diretamente a milhões de trabalhadores brasileiros, cujos salários, defasados do custo de vida, não lhes permite contribuir para a Previdência Social.

Na sessão passada, tivemos ensejo de nos reportar aos objetivos relevantes e nobres que busca alcançar o Projeto Humberto Lucena, mas, naquela ocasião, inexistindo *quorum* em plenário, não nos foi possível a tolerância da Maioria no sentido de acolher a proposição. Agora, porém, apelamos para os eminentes Líderes José Lins e Saldanha Derzi, no sentido de que caminhem ao encontro dessa aspiração, que é, sem dúvida alguma, justa e legítima e que vai interessar a milhões de trabalhadores do País. (Muito bem!)

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Senador José Lins.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a matéria já tem vindo mais de uma vez a este plenário e a Maioria, realmente, não pode mudar a sua opinião, contrária, à aprovação do projeto, votando, assim, com o parecer, por se tratar de matéria inconstitucional.

Todavia, do ponto de vista da sensibilidade social, é claro que a Maioria não poderia estar contra a idéia de que se incorpore ao salário do trabalhador montante suficiente para o desconto da previdência. O desconto puro e simples, como o projeto sugere, além de ser inconstitucional, prejudica, no momento, aos próprios assalariados, que, por redução de recursos, não poderão ter os benefícios que a Previdência lhes oferece no momento.

Estes são os motivos que nos levam a votar contra o projeto, embora, em tese, reconheçamos o seu mérito e estejamos dispostos a buscar uma maneira de chegar ao mesmo objetivo através de um caminho constitucional. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Continua em votação o projeto.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Sr. Presidente, peço a V. Ex^a esclarecimentos sobre a matéria em votação. Se está em apreciação o projeto ou o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Está em votação o projeto, quanto à constitucionalidade.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

A matéria vai ao arquivo.

É o seguinte o projeto rejeitado

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 1979

Isenta o salário mínimo de descontos para a Previdência Social, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o salário mínimo isento de desconto para a Previdência Social.

Art. 2º O valor equivalente às contribuições dos empregados que percebem salário mínimo será recolhido ao INPS, por conta da remuneração do capital decorrente da aplicação dos recursos do PIS e do FGTS através da rede bancária.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará o presente diploma legal no prazo de noventa (90) dias.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Item 7:

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1979, do Senador Nelson Carneiro, que modifica a redação do art. 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador, tendo

PARECER, sob nº 223, de 1979, da Comissão:

— **de Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senadores Lázaro Barboza, Tancredo Neves, Hugo Ramos e Cunha Lima.

Em votação o projeto, quanto à constitucionalidade.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Rejeitado.

A matéria vai ao Arquivo.

É o seguinte o projeto rejeitado

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 1979

Modifica a redação do artigo 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que institui o salário-família do trabalhador.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O salário-família será pago sob a forma de uma quota, calculada na base de 10% (dez por cento) do valor do salário mínimo local, pela es-

posa ou pela companheira e por filho de qualquer condição, até 18 (dezoito) anos de idade ou, se estudante, até 21 (vinte e um) anos de idade."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — **Item 8:**

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1979, do Senador Cunha Lima, que considera não tributáveis para efeito do Imposto de Renda, os proventos e pensões nas condições que indica, tendo

PARECER, sob nº 334, de 1979, da Comissão:

— **de Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

Em votação o projeto, quanto à constitucionalidade.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado.

A matéria vai ao Arquivo.

É o seguinte o projeto rejeitado

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, DE 1979

Considera não tributáveis para efeito do Imposto de Renda, os proventos e pensões nas condições que indica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São considerados não tributáveis, para efeito da incidência do Imposto de Renda, os proventos de aposentadoria e as pensões pagas a quem não possua outra fonte de ganhos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — **Item 9:**

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 1979, do Senador Franco Montoro, que dispõe sobre amparo ao trabalhador desempregado, garantindo-lhe o direito ao auxílio-doença e à aposentadoria por invalidez, tendo

PARECER, sob nº 338, de 1979, da Comissão:

— **de Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 319, de 1979, do Senador Franco Montoro, de adiamento da discussão, para diligência junto ao Instituto Nacional de Previdência Social.)

Em votação o Requerimento nº 319, lido em sessão anterior.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria sai da Ordem do Dia para a diligência solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

O Sr. Marcos Freire (MDB — PE) — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Tem a palavra o nobre Senador Marcos Freire, como Líder.

O SR. MARCOS FREIRE PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto, por cessão do nobre Senador Gabriel Hermes.

O SR. ALMIR PINTO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins, pela Liderança.

O SR. JOSÉ LINS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quêrcia. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Pela Lei Provincial nº 1.849, de 29 de setembro de 1879 — há um século, portanto —, foi criado o Município de *Camocim*, na zona norte do meu Estado, que, gradativamente, em razão do esforço permanente de seus filhos, conseguiu projetar-se no seio da comunidade cearense.

Localizado em região privilegiada do nosso litoral, o seu surgimento decorreu do desdobramento a que foi submetido o município de Granja, compondo-se a sua área de 1.504 quilômetros quadrados, nela integrados os distritos de Barroquinha, Bitupitá, Guriú e Amarelas, além do da sede.

Aproximando-se dos cinquenta mil habitantes, Camocim possui atividades diversificadas como a pesca, a exploração de sal, bem assim culturas de mandioca, cera de carnaúba, castanha de caju etc.

A arrecadação Municipal, estimada para o presente exercício, ultrapassará a casa dos 16 milhões de cruzeiros, possibilitando à Prefeitura a realização de empreendimentos voltados para o interesse coletivo.

A sua gente, de formação política aprimorada, tem-se feito representar, em sucessivas legislaturas, na Assembleia do Ceará, concorrendo, por outro lado, para a eleição de candidatos ao Congresso Nacional.

A frente dos destinos municipais, encontram-se os Srs. Edilson Veras Coelho e Francisco das Chagas Sobrinho, enquanto à testa da Câmara acha-se o Vereador Raimundo Pereira Neto.

Uma intensa programação foi elaborada para assinalar a defluência do *Centenário* de Camocim, cujo exato cumprimento vem sendo feito, desde janeiro passado, com a participação de autoridades e convidados especiais.

A beleza das praias camocinenses tem sido decantada em prosa e verso, destacando-se, nas festas do primeiro século do município, o soneto de autoria do poeta José Arimatéa Filho, no qual se lê na primeira estrofe:

"Cidade morena que o mar acalenta
com ternos marulhos que fazem sonhar
de tez bronzeada, de amores sedenta
te vejo deitada na praia a cismar."

Ligada, até há pouco tempo, por ferrovia à cidade de Sobral, através de um Ramal de extraordinária significação sócio-econômica, Camocim empenha-se, no momento, para a reativação do tráfego ali, embora o Governo Federal tenha-se mantido, até agora, insensível aos constantes apelos que, com aquele objetivo, têm sido formulados pelas lideranças políticas, empresariais e comunitárias do Ceará.

Por duas vezes, inclusive, já me fiz porta-voz daquela justa reivindicação, reclamando do Ministério dos Transportes e da REFESA o restabelecimento do aludido ramal ferroviário, que beneficia diretamente os municípios de Sobral, Massapé, Senador Sá, Martinópolis, Uruoca, Granja e Camocim.

Recentemente, ao visitar Fortaleza, o engenheiro Elmo Serejo Farias, presidente da REFESA, mostrou-se receptivo às solicitações recebidas em favor do Ramal, Sobral — Camocim, fazendo renascer as esperanças dos que buscam aquela aguardada solução.

Ao registrar, na Tribuna do Senado, o transcurso, no próximo dia 29, do centenário do município de Camocim, desejo homenagear todos quantos no passado, como no presente, contribuíram para o desenvolvimento daquela progressista comuna cearense.

Era o que tinha a dizer (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (MDB. SP. Lê o seguinte discurso.) Sr. Presidente e Srs. Senadores:

"Não podemos aceitar a exploração do homem pelo homem, nem a opressão do homem pelo Estado. Comunidade é a idéia-força de uma política humanista". In "Alternativa comunitária: uma nova ideologia".

É urgente retirar dos administradores ou burocratas, e devolver à comunidade trabalhadora, o direito de decidir sobre seu próprio destino. Essa é a conclusão do estudo que tivemos a oportunidade de oferecer à Escola Superior de Guerra, em atendimento de honroso convite que nos foi formulado para participar do Painel, realizado a 6 de agosto último, sobre o tema "Socialismo e Democracia".

Dada a importância e atualidade da matéria e, considerando que a anunciada abertura política não se fará sem a necessária abertura social, parecem-nos útil trazer essa contribuição ao conhecimento do Senado e do Congresso Nacional.

Ao examinar a participação dos sindicatos no processo democrático, o estudo procura responder a três questões:

- 1ª — **Paternalismo estatal ou participação da comunidade?**
- 2ª — **Por que a participação do movimento sindical?**
- 3ª — **Como deverá se processar essa participação?**

1. Paternalismo Estatal ou participação da comunidade?

A soma de poderes assumidos pelo Governo Federal e concentrados em mãos do Presidente da República vem eliminando praticamente a autonomia e a vitalidade dos demais órgãos da vida nacional. Os Estados, por sua dependência política e financeira, foram reduzidos à posição de simples territórios, como afirmou corajosamente o ex-Secretário da Fazenda de São Paulo. Os Municípios perderam sua capacidade financeira e a possibilidade de decisão em assuntos de seu peculiar interesse. O empresariado nacional e a comunidade trabalhadora estão fora das grandes decisões em que são interessados principais. Os órgãos representativos de empregados e empregadores, na agricultura, na indústria e no comércio, que por força de lei constituem entidades de direito público, em regra, não são sequer ouvidos. A autonomia universitária e a atuação da comunidade científica são reprimidas. O Poder Legislativo está cerceado. As prerrogativas do Poder Judiciário estão limitadas. O acesso dos Partidos aos meios de comunicação, proibido. A música, o teatro, a cultura e a arte, restringidas pela censura.

Todos os setores da vida social estão sendo atrofiados e reduzidos à posição de simples dependência. Só o Governo Federal domina e manda. Os demais apenas obedecem.

Esse quadro revela o erro fundamental do atual modelo político e põe em evidência a necessidade de substituí-lo por uma alternativa mais condizente com a nossa realidade e as exigências de uma ordem social mais justa e mais humana.

Mas, se não aceitamos essa centralização estatista, não podemos aceitar, também, um modelo individualista que, erigindo a competição em critério supremo da convivência social, acabe por submeter toda a vida nacional às exigências do lucro.

Impõem-se outros caminhos que possam nos conduzir na procura do desenvolvimento político, econômico e social.

A alternativa comunitária é um desses caminhos. Do tema ocupou-se recentemente, entre outros, Lino Rodrigues Arias, em estudo publicado em Madri, onde são evocadas as grandes linhas de humanismo político de MARITAIN, MOUNIER, LEBRET, TEILHARD DE CHARDIN, BUBER, ERICH FROMM e muitos outros.

Todas essas concepções partem de uma realidade elementar: a Nação não é uma simples justaposição de indivíduos, mas uma comunidade de comunidades.

Comunidade é a ideia-força de uma política humanista. Em oposição às tendências desumanizadoras do *individualismo burguês* e das diferentes formas de *estatismo*, de esquerda ou de direita, cresce hoje em todos os meios a consciência de uma alternativa comunitária.

Em lugar da concentração opressora do poder em mãos do "capital" ou do "Estado", uma política social e econômica de inspiração comunitária se orienta para a desconcentração das atividades e decisões, mediante a defesa e o desenvolvimento das *comunidades* sociais. E, ao mesmo tempo, pela substituição dos processos autoritários e paternalistas por processos democráticos de participação.

A pessoa humana — e não o capital, o Estado ou o Partido — constitui o sujeito, o fundamento e o fim da vida social. Mas o homem real não é um ser isolado. Nenhum homem é uma ilha. Ele vive no seio de uma família. É empregado de uma empresa. Estuda numa escola. Mora num bairro. É associado de uma cooperativa. É membro de um sindicato, de uma associação, de um partido ou de um clube. É dentro de *comunidades* reais que ele vive e se desenvolve. Nas comunidades ele atua. É através das comunidades que ele pode "participar" da vida de toda a sociedade.

Como lembra Alceu Amoroso Lima, "só na comunidade é que a personalidade se realiza normalmente". E por isso, acrescenta: "O cristianismo social é essencialmente comunitário. E não individualista, nem estatista".

Daí o princípio fundamental, proclamado no grande documento social, que é a *Mater et Magistra*: "É preciso dar às instituições sociais a forma e a natureza de autênticas comunidades". E acrescenta: "O que só acontecerá se os seus membros forem sempre considerados como pessoas e chamados a participar de sua vida e atividades".

"Pessoa humana", "comunidade", "participação", "solidarismo", soam como palavras mágicas. Porque a *comunidade* é o ambiente normal em que a pessoa se desenvolve. E a ideia de *participação* é a característica fundamental da comunidade.

É fácil compreender a força dessa ideia na sociedade atual. As grandes estruturas do mundo moderno tendem a reduzir os homens a um papel passivo dentro da coletividade. Esmagados pelas engrenagens políticas, econômicas e sociais, os homens não confiam mais na sua ação pessoal. Esperam dos Governos, das empresas ou de outros organismos a solução de seus problemas. E esquecem a imensa riqueza e as extraordinárias possibilidades de sua própria atuação, principalmente através da participação consciente na solução dos problemas das comunidades reais a que pertencem.

Em lugar de "objeto", "inconsciente" e "passivo", o homem pode atuar como "sujeito", "consciente" e "ativo" na vida social. Deve deixar de ser número, mercadoria, ficha ou peça, para agir como pessoa inteligente, livre e responsável dentro da comunidade a que pertence. A massificação pode e deve ser substituída pela conscientização. E a sociedade deixar de ser dirigida mecanicamente de cima para baixo, para ser governada democraticamente.

Só assim teremos, na realidade, um Governo do povo, pelo povo e para o povo. Em poucos momentos da História, foi tão importante, como hoje, o apoio aos corpos sociais intermediários. Eles nos abrem a perspectiva de uma verdadeira democracia participativa.

Dentre as principais modalidades dessa participação da comunidade na condução da vida social, podem ser destacados:

1. no plano local: as associações de moradores ou vizinhos, centros comunitários, movimentos populares, clubes de mães, etc.
2. no plano do trabalho: o movimento sindical, a participação dos trabalhadores na vida das empresas e em outras instituições da comunidade.
3. no plano da juventude e da educação: os movimentos de jovens, sua organização e participação em órgãos colegiados da escola e no debate dos problemas nacionais.
4. no plano político: a luta pela estrutura democrática dos partidos e pelo direito que deve ser assegurado às bases de participar das decisões partidárias, notadamente na elaboração de programas e escolha de candidatos.
5. outras modalidades de participação, como as associações de defesa da ecologia e do meio ambiente, cooperativas, associações de consumidores, instituições culturais e outras formas de atuação da comunidade.

Dentro dessa perspectiva mais ampla, o movimento sindical e a participação ativa dos trabalhadores na condução do processo de desenvolvimento do País, constituem parte integrante de uma política humanista e comunitária, que tem na democracia participativa o seu modelo.

2. Por que o Movimento Sindical?

Vamos reproduzir alguns dados estatísticos sobre a realidade econômica brasileira, publicados nos documentos do X Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Brasil, realizado em Poços de Caldas, de 4 a 9 de junho de 1979.

O Brasil é um dos países que mais têm crescido em termos de Produto Interno Bruto. Está entre os 10 países mais ricos do mundo, atrás apenas dos

Estados Unidos, URSS, Japão, Alemanha, França, China, Inglaterra, Canadá e Itália.

De 1947 a 1977, a taxa de crescimento de nossa produção interna tem sido de 7,2%. Essa evolução pode ser vista no quadro seguinte:

	1965	1970	1975	1978
Produto Interno Bruto (Índice)	100	14,5	242	293
Produção Industrial (Índice)	100	159	278	344
Automóveis (unidade)	103.437	250.289	524.206	480.508
Outros Veículos (índice)	89.859	180.134	470.862	581.689
Ferro Gusa (1.000 ton.)	2.139	4.204	7.010	10.003
Aço em lingotes (1.000 ton.)	2.448	5.390	8.319	12.105
Laminados (1.000 ton.)	2.371	4.177	6.757	10.070
Construção Naval (tpb)	20.140	108.850	454.950	801.830
Liquidificadores (1.000 unid vendas)		443	982	1.391
Refrigeradores (1.000 unid vendas)		525	1.023	1.592
Televisores 1.000 (unid. vendas)		816	1.186	2.300

No setor metalúrgico temos os seguintes indicadores:

Produtividade no Setor Metalúrgico

Ramos	1949	1959	1970	1973	Crescimento 70/73
Metalúrgica	100	115	174	226	30%
Mecânica	100	145	206	276	34%
Material Elétrico	100	147	189	255	35%
Material de Transporte	100	162	173	223	29%

Fonte: Revista de Administração de Empresas — vol 17 nº 6-Nov/Dez/77

O grande crescimento da Economia Brasileira muda de figura se compararmos com as condições de vida da população. Assim, embora o Produto Interno Bruto Brasileiro seja o décimo do mundo, o Produto Interno Bruto por pessoa é o 54º entre os 150 países do mundo. Nas Américas, o Brasil é o 3º país em termos de Produto Interno Bruto e 11º em termos de Produtos Interno Bruto por pessoa. Em termos de qualidade de vida, medida esta pela esperança de vida ao nascer, pela mortalidade infantil e pelo nível de alfabetização, o Brasil é o 18º dos 28 países das Américas.

Por esses dados, verifica-se que o crescimento econômico não beneficia toda a população, pois a renda ficou concentrada em um pequeno grupo.

Há várias formas de verificar a concentração de renda: a distribuição funcional, a distribuição pessoal, e outras.

A distribuição funcional de renda mostra como se divide a renda entre o lucro e salário. No quadro a seguir, verifica-se que enquanto os lucros crescem, cai a participação do salário no total dos rendimentos gerados no setor industrial.

Na divisão da renda do setor industrial, entre lucros e salário, o lucro representava em 1961, 71% do valor agregado à produção, passa a representar 77% em 1973, ao passo que o salário que participava com 29% em 1961, cai para 23% em 1973.

Distribuição da Renda na Indústria

Anos	Salários	Lucros	Total
1961	29%	71%	100%
1962	28%	72%	100%
1963	26%	74%	100%
1964	25%	75%	100%
1965	25%	75%	100%
1966	24%	76%	100%
1967	26%	74%	100%
1968	25%	75%	100%
1969	25%	75%	100%
1970	23%	77%	100%
1971	25%	75%	100%
1972	25%	75%	100%
1973	23%	77%	100%

Fonte: Roberto Macedo — Distribuição Funcional de Renda na Indústria de Transformação.

A distribuição pessoal da renda mostra como ela é distribuída dentro da população:

Distribuição Pessoal da Renda

Participação na Renda	1960	1970	1976
60% mais pobres	23,4%	21,0%	18,5%
5% mais ricos	30,7%	34,1%	37,9%
1% mais ricos	13,0%	14,6%	17,4%

Fonte: Responsável. A. Costa, Boletim do Economista, Brasília 1979

A divisão da riqueza nacional entre as pessoas só mostra a ampliação de desigualdades: em 1960, 60% dos brasileiros com renda mais baixas participava com 23,4% da renda nacional, participação essa que cai para 21,0% em 1970 e 18,5% em 1976. Enquanto isso 1% das pessoas que são chamadas de "elite econômica" participava já em 1960, com 13,0% da renda nacional, participação essa que cresceu para 14,6% em 1970 e 17,4% em 1976. Ou seja, em 1976, a parcela mais rica de 1% da sociedade brasileira se apropria de 17,4% da renda nacional, proporção essa que é igual ao que 60% da população brasileira recebe conjuntamente, e que soma apenas 18,5% da renda nacional.

Outra maneira de apresentar esses dados é comparar as rendas médias da elite (1% da população) e da maioria da população (60% mais pobres): em 1960, a renda média da elite era 33 vezes maior que a renda da maioria da população; em 1970, a renda média da elite passou a ser 42 vezes a renda da maioria da população, e, em 1976, passou a 56 vezes maior que a renda média da maioria da população. Em outras palavras, cresce a distância entre a renda dos mais ricos e o restante da população.

A inflação está vinculada a esse processo. "É justamente a inflação que possibilita a concentração de renda. Para se retirar renda da família do trabalhador é preciso que o trabalhador pague preços mais altos em suas compras de mercadorias. Dessa maneira, vai-se transferindo renda dos setores assalariados e dos demais setores de rendas fixas para o setor empresarial.

Hoje, os preços das mercadorias são manobrados por grandes empresas oligopolistas que detêm o controle do mercado. Como na indústria brasileira, praticamente em todos os setores, existe o domínio de uma ou mais empresas de grande porte, pode-se afirmar que em regra os preços industriais dependem dessas empresas.

Essas empresas fixam os preços de seus produtos, acrescentando ao custo uma taxa de lucro. O produto é lançado à venda, quando se sabe que seu

preço vai garantir esse lucro pré-determinado. Reside aí uma das causas principais da inflação”.

Uma pesquisa encomendada pelo Ministério do Trabalho à Universidade de São Paulo chega exatamente a essa conclusão. (Andrea Sandro Calabi, Reajustes Salariais, Preços Industriais, Inflação e Nível de Emprego — CNPE, Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho e FIPE.)

As despesas financeiras têm sido um fator de aumento dos custos industriais e, em decorrência, da inflação. As taxas de juros nos bancos comerciais

cresceram de 43,4% ao ano, em março de 1976, para 77,5% ao ano, em fevereiro de 1979. Nos bancos de investimento, a taxa de juro em fevereiro de 1979 era de 86,0% ao ano.

Para se ter idéia do peso das despesas financeiras no valor da produção metalúrgica, o documento transcreve quadro retirado de um trabalho do professor Dércio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília.

**Participação dos salários e das despesas financeiras
no valor da produção de alguns setores industriais
—% sobre valor da produção (exclusive imposto)**

Setor industrial	salários		Despesas financeiras	
	Totais	Operários	em 1974	em 1976
1. Metalurgia	8,1	5,5	6,3	9,2
2. Mecânica	16,7	12,0	5,3	8,0
3. Mat. Elétrico/comunicações	11,5	7,4	5,3	8,0
4. Mat. Transporte	7,7	5,2	2,6	5,5

Vê-se que as despesas financeiras, a partir de 1976, passam a representar para as empresas um gasto superior aos salários pagos aos trabalhadores.

Após essas considerações e observações semelhantes sobre a desnacionalização e o crescimento de nossa dívida externa — que de 3 bilhões de dólares em 1965 chega a 48 bilhões em 1979 — o documento do Congresso dos Metalúrgicos de Poços de Caldas formula as seguintes conclusões:

1. O tipo de crescimento econômico adotado trouxe uma série de consequências negativas, principalmente para o trabalhador que foi obrigado a suportar o ônus de uma política salarial restritiva.

2. Atualmente, a economia brasileira vive um momento de crise, caracterizada pela redução das taxas de crescimento. Certos setores pretendem aprofundar ainda mais essa crise, pouco se importando com as consequências sociais que poderão ocorrer, como por exemplo a elevação das taxas de desemprego aberto e mesmo, da própria inflação.

3. A discussão sobre os problemas econômicos brasileiros tem tido, há vários anos, como característica principal, a exclusão da participação dos trabalhadores. Os debates têm-se restringido a questões de interesse específico de grupos: capital financeiro X capital industrial, capital nacional X capital estrangeiro, grandes empresas X pequenas e médias empresas.

Diante desse quadro e tendo presente que os assalariados constituem a imensa maioria da população economicamente ativa do País, coloca-se naturalmente a pergunta: no debate dos problemas econômicos nacionais e no encontro das respectivas soluções, é razoável que se continue excluindo a participação da comunidade trabalhadora? Ou, pelo contrário, impõe-se reconhecer a necessidade dessa participação, como exigência democrática, econômica e de rigorosa justiça social?

A questão sindical é central em relação ao problema da democratização. “Sem liberdade sindical não há democracia possível, não há Estado de Direito”, diz Evaristo de Moraes Filho (“Direito do Trabalho no Estado de Direito”, VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Curitiba, maio de 1978). “Sabemos que um regime será tão mais democrático quanto maior for a força dos trabalhadores, sabemos também que essa força só pode advir da sua organização através de sindicatos livres e independentes do Estado”, afirmaram os trabalhadores na VIII Convenção dos Bancários do Rio Grande do Sul, realizada em Santa Maria de 22 a 24 de setembro de 1978.

3. Como se deverá Organizar o Movimento Sindical?

Os trabalhadores, em seus Congressos e outras manifestações, lembram sempre que a atual estrutura sindical brasileira é cópia da resultante da “Carta Del Lavoro”, de 1927, de Mussolini. Oliveira Viana, “um dos principais inspiradores da nova legislação corporativa”, afirmava: “... toda a vida das associações profissionais passará a gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão, com ele crescerão; ao lado dele se desenvolverão; nele se extinguirão” (“Problemas de Direito Sindical”, São Paulo, 1943, pág. 209).

Dessarte, não é demais afirmar que a atual estrutura sindical atrela o movimento sindical ao Ministério do Trabalho, submete os dirigentes sindi-

cais aos titulares eventuais do Poder e, em decorrência, facilita a sua manipulação.

Dai advém dupla consequência: de um lado, os dirigentes sindicais estão divididos entre duas lealdades, para com os trabalhadores e para com o Ministério; mas, como a estrutura sindical tende a realçar seus aspectos burocráticos, acaba prevalecendo a lealdade para com o Ministério que pode punir, e ocorre ruptura entre a direção sindical e a base.

De outro lado, passa a se manifestar uma tendência no sentido de mascarar os conflitos sociais, que, quando eclodem, muitas vezes já surgem hipertrofiados dificultando o encaminhamento normal de suas soluções. A luta contra essa estrutura sindical burocratizada tende a se transformar na bandeira de toda a classe trabalhadora e de todos os democratas do País.

O debate atual que o movimento operário vem travando sobre o “modelo sindical democrático”, abrange três aspectos do problema sindical: *autonomia, liberdade e unidade*.

Autonomia Sindical

A autonomia sindical pressupõe a completa desvinculação das organizações sindicais em relação ao Ministério do Trabalho.

Atualmente, o Ministério do Trabalho tem direito de veto sobre a escolha das direções, regulamenta a destinação dos recursos da contribuição sindical, é parte necessária e decisiva de qualquer negociação salarial e, finalmente, tem o poder de intervenção no sindicato, quando essa medida seja considerada conveniente aos interesses de momento.

Reclamam os trabalhadores, para assegurar e preservar a autonomia sindical, liberdade estatutária, liberdade de gestão e responsabilidade, não perante o Ministério do Trabalho, mas sim perante os associados, de acordo com as normas estatutárias e as disposições do Direito Comum. Na VII Convenção Nacional dos Bancários e Securitários, realizada no Rio de Janeiro, em julho de 1976, entre as conclusões da Comissão I sobre “Fortalecimento da Ação Sindical”, consta: “a) autonomia sindical, representada pelo livre exercício do direito de associação e pela liberdade de gestão; ... c) liberdade de atuação exercida amplamente, nos limites dos interesses e representação profissional; ... e) prerrogativa de o associado ser eleito para cargo de administração ou representação sindical, sem restrições, a não ser aquelas de ordem estatutária”.

Como, a partir da autonomia, a escolha do dirigente sindical depende da manifestação da base e não do reconhecimento pelo Ministério do Trabalho e a sua responsabilidade, de acordo com os estatutos e o Direito Comum, passa a ser para com a categoria e não para com o Ministério do Trabalho, desaparece a figura do “pelego” e os critérios de avaliação do desempenho sindical passam a ser diferentes.

Mas a autonomia só será plena se repousar sobre a liberdade e a unidade sindical.

Liberdade Sindical

A liberdade sindical pressupõe a eliminação de restrições de caráter legal ao livre exercício do direito de associação no plano das relações do trabalho.

Atualmente, a sindicalização depende de enquadramento prévio pelo Ministério do Trabalho, distribui-se nos limites estreitos e prefixados de um quadro rígido de enquadramento (veja-se por exemplo, a luta dos metroviários de São Paulo e dos petroquímicos da Bahia que não conseguem seu reconhecimento como sindicatos, e são obrigados a se organizarem como sociedade civil) e as prerrogativas sindicais dependem, não da efetiva organização da categoria, mas, sim, do reconhecimento pelo Ministério do Trabalho.

O efetivo respeito da liberdade sindical exige a liberdade de organização em todos os níveis, desde as bases, nos locais de trabalho ("delegado sindical", "comissão de empresa"), até o nível mais geral e elevado de organização ("Central Única dos Trabalhadores"). A "Declaração de São Bernardo do Campo", conclusão do I Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema, de 6 a 8 de setembro de 1974, proclama, como 1º princípio e objetivo da categoria: "reconhecimento da Liberdade Sindical, nos moldes há muito existentes em grande número de países, com a conseqüente revogação das restrições contidas na CLT".

Unidade Sindical

Sustentam as lideranças operárias que a unidade sindical é o instrumento adequado para impedir o "divisionismo" em relação ao movimento sindical.

Na atual estrutura sindical existe a unidade mas, espúria, pois contaminada pela subordinação e pela dependência. Existe "unidade na burocratização" diz o professor Francisco Corrêa Weffort. O que se pretende é a unidade a partir das bases. Da reunião dos metalúrgicos de Poços de Caldas consta a seguinte conclusão:

"Referendados em praticamente todos os Congressos de Trabalhadores, procura-se, mais uma vez, recuperar os direitos elementares de organização retirados a partir do Estado Novo de Getúlio Vargas. Contudo, hoje, não se pode mais pensar na pluralidade sindical existente até 1930, no período do anarco-sindicalismo, uma vez que ao poderio e concentração gigantesca do capital só se poderá contrapor a unidade da classe operária, através de organizações igualmente fortes e unificadas."

Em conclusão, a atual estrutura sindical deverá ser substituída por um sindicalismo autônomo, livre e unitário. Essa mudança beneficiará os trabalhadores, as empresas e o Poder Público. A atual estrutura não interessa às classes trabalhadoras, que já estão empenhadas na formação de um novo "modelo sindical democrático". Não interessa ao empresariado porque, diante da nova estrutura econômica brasileira, não lhe proporciona interlocutores com a representatividade necessária ao encaminhamento de soluções para os conflitos trabalhistas. E, finalmente, não pode interessar ao Poder Público, porque mascara conflitos reais e propicia soluções artificiais. Essas soluções, por serem artificiais, prejudicam as partes e acabam por onerar o conjunto da sociedade.

Senhores:

Procuramos traduzir com a maior objetividade a proposta de organização do movimento sindical defendido hoje, não apenas pela Oposição sin-

dical Metalúrgica de São Paulo, mas pelas lideranças operárias do País. A essa proposta opõem-se os que difundem a continuidade da atual situação em que o Governo Federal centraliza as decisões sobre salários e relações de trabalho e controla o movimento sindical, principalmente através do Ministério do Trabalho.

Qual o resultado concreto da atual orientação?

No PAEG em 1964/65 estabeleceu-se, como ponto básico da política social que os salários seriam aumentados na mesma proporção do aumento da produtividade. (Pág. 83)

Mas a realidade, apontada pelas estatísticas oficiais, mostra que nestes 15 anos a produtividade nacional cresceu mais de 200% e o salário mínimo, que deveria crescer na mesma proporção, caiu aproximadamente 10%. A riqueza aumentou e o salário diminuiu.

Essa redução significa fome, privações, doenças aumento de mortalidade infantil, inquietação e desespero. Isto é, a negação de uma política social.

Diante desses fatos, por que insistir em continuar centralizando nas mãos do Governo Federal todas as decisões sociais? Talvez muitos ainda raciocinem dentro do velho chavão: "Nada sem o Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado", ou prefiram o slogan: "Não penses porque o Chefe pensará por ti". Mas é preciso lembrar, de um lado, que o Estado não se confunde com a Nação e, de outro, que o direito à participação é inerente à dignidade das pessoas e das comunidades humanas.

Pode-se divergir sobre aspectos particulares da proposta das lideranças sindicais, mas uma concepção humana e democrática e a experiência dos últimos anos nos levam à conclusão indeclinável de que é urgente retirar dos administradores ou burocratas e devolver à sociedade brasileira — e, no caso, a comunidade trabalhadora — o direito de decidir sobre seu próprio destino.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — O Sr. Senador Franco Montoro enviou projeto à Mesa que será lido oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a extraordinária, a realizar-se às 18 horas e 30 minutos, anteriormente convocada, a seguinte

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 131/79 (nº 251/79, na origem), de 14 de agosto de 1979, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Renato Bayma Denis, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Senegal.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 45 minutos.)

ATA DA 147ª SESSÃO, EM 5 DE SETEMBRO DE 1979

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 9ª LEGISLATURA

— EXTRAORDINÁRIA —

PRESIDÊNCIA DO SR. LUIZ VIANA.

Às 18 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guiomard — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Bernadino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Jessé Freire — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro —

Roberto Saturnino — Itamar Franco — Tancredo Neves — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — A lista de presença acusa o comparecimento de 56 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECERES NºS 505, 506 E 507, DE 1979

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 60/78 (nº 2.100-C, de 1976, na Casa de origem), que dilata o prazo previsto na letra "d" do § 5º do art. 6º do Decreto-lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974.

PARECER Nº 505, DE 1979 Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Wilson Gonçalves

O Projeto sob exame, originário da Câmara dos Deputados, onde foi apresentado pelo ilustre Deputado Cantídio Sampaio, visa a dilatar, duplicando, o prazo de que dispõem as empresas individuais promotoras de incorporação de prédios em condomínio ou loteamentos de terrenos para se beneficiarem do tratamento previsto na alínea d, do § 5º do art. 6º do Decreto-lei nº 1.381/74.

2. A proposição já foi examinada, quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, pela douta Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, que deu nova redação à ementa, conforme consta do avulso do Parecer e do Ofício de 28 de junho de 1978, do Senhor 2º Secretário daquela Casa (fls. 08 destes autos).

Assim à luz do disposto no art. 100, item III, alínea b, nº 1, em combinação com o art. 100, item I, nº 6, do Regimento Interno, cabe-nos, tão-somente, o exame de mérito.

3. Quanto ao mérito, ressalta assinalar que a matéria será objeto de análise, também, das doutas Comissões de Economia e de Finanças.

Basta-nos, pois, aduzir que a duplicação de prazo, postulada no Projeto, atende a razões de exequibilidade, pois, como relembra o Autor na Justificação, "os requisitos legais e burocráticos necessários à obtenção de todos os documentos relativos à incorporação imobiliária ou ao loteamento de glebas" são complexos, demandando prazo mais dilatado que o inicialmente previsto, que é de 12 (doze) meses.

4. Isso posto, opinamos, no mérito (art. 100, item III, alínea b, nº 1, combinado com o art. 100, item I, nº 6, do Regimento Interno), pela aprovação do Projeto, por oportuno e conveniente.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 1978. — Daniel Krieger, Presidente — Wilson Gonçalves, Relator — Lenoir Vargas — Helvídio Nunes — Leite Chaves — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Heitor Dias — Itálio Coelho — Otto Lehmann.

PARECER Nº 506, DE 1979 Da Comissão de Economia

Relator: Senador Milton Cabral

O projeto em exame, de autoria do ilustre Deputado Cantídio Sampaio, pretende alterar a redação da alínea "d" § 5º do item II do art. 6º do Decreto-lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974, para o efeito de dilatar, de 12 para 24 meses, o prazo para o arquivamento, no Registro de Imóveis, da documentação relativa a empreendimentos de incorporação ou loteamento iniciados antes da vigência do mencionado Decreto-lei.

2. Alega-se que o prazo de 12 meses — estabelecido no dispositivo cuja alteração é proposta — tem-se mostrado exíguo, insuficiente para o atendimento dos numerosos requisitos legais e burocráticos necessários à obtenção de todos os documentos relativos à incorporação imobiliária ou ao loteamento de glebas. O prazo é, assim, insignificante, tornando inatingível a faculdade concedida.

3. O Decreto-lei nº 1.381/74 dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às atividades imobiliárias, determinando as hipóteses de equiparação de pessoas físicas que exerçam essas atividades à condição de pessoas jurídicas. Nas incorporações imobiliárias e nos loteamentos de terrenos, a equiparação ocorre nos casos mencionados pelo artigo 6º, combinado com o inciso III do artigo 3º.

4. As pessoas físicas que, à data da entrada em vigor do referido Decreto-lei, tivessem incorporação ou loteamento em andamento poderiam ser excluídas da equiparação, desde que satisfeitas, cumulativamente, as condições previstas no § 5º do aludido artigo 6º, a saber:

a) tivessem contratado a aquisição do terreno antes da data da vigência do Decreto-lei;

b) houvessem requerido à autoridade administrativa competente, antes dessa mesma data, a aprovação do projeto de construção ou loteamento, no

caso de não haver, à época da aquisição do terreno, projeto aprovado ou em tramitação;

c) não tivessem promovido nenhuma incorporação nos vinte e quatro meses imediatamente anteriores ou nenhum loteamento nos trinta e seis meses imediatamente anteriores àquela data, conforme o caso;

d) obtivessem o arquivamento da documentação do empreendimento no Registro Imobiliário dentro do prazo de 12 meses consecutivos da mesma data; e

e) promovessem apenas um único empreendimento de cada uma dessas categorias.

5. O Ministro da Fazenda, ao justificar esse dispositivo na Exposição de Motivos ao projeto do referido Decreto-lei, assim se expressou: "No § 5º, abre-se exceção para o caso de pessoa física que esteja com o empreendimento pronto para promover, a fim de não prejudicar aqueles que já tenham assumido compromissos na expectativa do direito de promovê-lo, com base na legislação anterior".

6. Com isso, o § 5º procurou corrigir possíveis situações criadas pela nova legislação. O prazo concedido em sua alínea "d" não teve outro objetivo que o de não prejudicar o direito sob expectativa daqueles compromissados em empreendimentos já iniciados. Tal prazo mostrou-se suficiente para a maioria dos interessados em seu aproveitamento.

Além disso, inúmeros pleitos, endereçados ao Ministério da Fazenda, ainda no decurso do referido prazo, foram indeferidos por não convirem aos objetivos moralizadores do Decreto-lei.

7. Expirada que foi, em 24 de dezembro de 1975, sua prorrogação, a aceitação da medida proposta importaria em retroagir os efeitos do Decreto-lei ao dia seguinte àquela data, impondo, como consequência, a desconstituição de situações jurídicas definidas e aceitas pelos contribuintes, que delas são partes.

8. Ressalte-se, em derradeiro, que a medida preconizada fere o disposto no artigo 57, inciso I, da Constituição Federal, que atribui competência exclusiva ao Presidente da República para a iniciativa de leis que disponham sobre matéria financeira. Verifica-se, assim, que a proposição esbarra em óbice constitucional intransponível, ocasionando a inviabilidade de seu acolhimento.

9. Ante o exposto, somos pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, 24 de maio de 1979 — Itamar Franco, Presidente — Milton Cabral, Relator — Bernardino Viana — Alberto Silva — Pedro Simon — Marcos Freire — José Richa.

PARECER Nº 507, DE 1979 Da Comissão de Finanças

Relator: Senador Alberto Silva

O presente Projeto de Lei, de autoria do ilustre Deputado Cantídio Sampaio, pretende ampliar o prazo estabelecido na letra d do § 5º do art. 6º do Decreto-lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974, o qual "dispõe sobre o tratamento tributário aplicado à empresa individual nas atividades imobiliárias, e dá outras providências".

2. De início, cabe ressaltar que a ementa do Projeto, constante da capa do processado e dos cabeçalhos dos pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Economia, não observou a emenda redacional produzida na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e objeto do Ofício nº 262 do Segundo Secretário, no exercício da Primeira Secretaria, daquela Casa do Congresso, em que retifica os autógrafos do presente Projeto de Lei. Diante disso, inscrevemos na epígrafe de nosso parecer a ementa correta.

3. Como se disse, a proposição objetiva dilatar o prazo previsto na alínea d do § 5º do art. 6º do Decreto-lei nº 1.381, de 1974.

Este Decreto-lei disciplina a sistemática tributária aplicável à empresa individual nas atividades imobiliárias.

O "caput" do art. 6º dispõe o seguinte:

"Art. 6º Nos termos do inciso III, do artigo 3º, serão equiparadas à pessoas jurídicas, em relação às incorporações imobiliárias ou loteamentos com ou sem construção, cuja documentação seja arquivada no Registro Imobiliário a partir da data da vigência deste Decreto-lei:

I — as pessoas físicas que... assumirem a iniciativa e a responsabilidade de incorporações ou loteamentos;

II — os titulares de terrenos ou glebas de terra que... outorgarem mandato a construtor ou corretor de imóveis com poderes para alienação de frações ideais ou lotes de terreno, quando os mandantes se beneficiarem do produto dessas alienações".

Quer dizer, esse dispositivo equipara a pessoas jurídicas, para efeitos tributários, em relação às incorporações imobiliárias ou loteamentos, as pessoas físicas e os titulares de terrenos, que menciona.

O parágrafo 5º deste artigo *exclui* da aplicação do disposto no "caput", isto é, *exclui* da referida equiparação, a pessoa física que assumir a iniciativa e a responsabilidade da incorporação imobiliária ou loteamento de terreno, desde que, *cumulativamente*, satisfaça as condições ali estabelecidas, nas suas alíneas.

Na realidade, essas condições, estabelecidas para a exclusão da equiparação, visavam aos casos em que a pessoa física, *antes do início da vigência do Decreto-lei*, tivesse adquirido o terreno, houvesse requerido à autoridade competente a aprovação de projeto de construção ou de loteamento etc... Numa palavra, o § 5º protegeu os interessados contra uma eventual aplicação retroativa das disposições em que fixou as condições e os limites temporais, dentro dos quais a pessoa física regularizaria sua situação, a fim de não só se beneficiar da referida exclusão, como, a partir de então, sujeitar-se ao novo tratamento tributário de suas atividades imobiliárias.

Um desses limites temporais é o previsto na alínea d do § 5º do citado art. 6º, pelo qual, observadas cumulativamente as demais exigências, o interessado (pessoa física) teria o prazo de *doze meses consecutivos*, contados da entrada em vigor do Decreto-lei, para obter o arquivamento da documentação do empreendimento no Registro Imobiliário.

4. Ora, quando a proposição foi apresentada (1976), já decorrera aquele prazo, cuja dilatação se propunha.

Ademais, a justificação do Projeto não revela uma perfeita adequação da medida proposta com seu verdadeiro objetivo. Com efeito, o Autor alega que o prazo em questão é bastante exíguo, diante das inúmeras dificuldades burocráticas enfrentadas no processo de arquivamento da documentação. As razões alegadas demonstram um equívoco de interpretação do dispositivo em exame, pois supõem que aquele prazo seja um termo geral, válido para o processamento daquela providência, quando na verdade se trata de um prazo fatal, condicionante da exoneração legal de equiparação da pessoa física à jurídica.

Desse modo, descabe inteiramente a medida proposta.

5. Ante o exposto, somos pela rejeição do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 1979. — **Tancredo Neves**, Presidente em exercício — **Alberto Silva**, Relator — **Saldanha Derzi** — **Afonso Camargo** — **Raimundo Parente** — **José Richa** — **José Lins** — **Jutahy Magalhães** — **Amaral Peixoto**.

EXPEDIENTE RECEBIDO

LISTA Nº 05 DE 1979

EM 10 DE 09 DE 1979

Congratulações:

— da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, congratulando-se com o Senado Federal e o povo amazonense, pela posse da Senadora Eunice Michiles;

— da Câmara Municipal de Dourados — MS, apresentando suas congratulações à Senadora Eunice Michiles;

— da Câmara Municipal de Catanduva — SP, felicitando o Senado Federal pela posse da Senadora Eunice Michiles.

Comunicação de eleição e posse:

— da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Campo Formoso — BA;

— da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Água Clara — MT;

— da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Aimorés — MG;

— da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Magalhães Barata — PA.

Manifestação sobre projetos:

— do Conselho Federal de Técnicos de Administração — DF, manifestando-se pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 39/78;

— da Câmara Municipal de Guarujá — SP, manifestando-se pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 149/79;

— da Câmara Municipal de Mococa — SP, apresentando o seu apoio ao Projeto de Lei do Senado nº 18/77;

— do Sr. João Dias Neto — SP, solicitando a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 34/78;

— da Associação dos Advogados de São Paulo, manifestando-se pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 13/79;

— do Conselho Regional de Técnicos de Administração — 8ª Região SP, pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 39/78;

— do Sindicato dos Técnicos de Administração no Estado de São Paulo, manifestando-se contrário à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 39/79.

Diversos:

— da Câmara Municipal de Jacobina — BA, solicitando imunidade parlamentar para os Vereadores;

— da Câmara Municipal de Maragogipe — BA, solicitando que os postos de gasolina sejam autorizados a vender o referido combustível em pequenos vasilhames ao agricultores de menor suporte financeiro;

— da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, manifestando a sua confiança na serenidade, autenticidade e autonomia do Congresso Nacional ao examinar a Mensagem do Executivo sobre a anistia por crimes políticos;

— da Câmara Municipal de Campo Real — RS, solicitando que não haja prorrogação dos mandatos dos Prefeitos e Vereadores, assim como, coincidência de eleições municipais, estaduais e federais;

— da União dos Legislativos da Fronteira Oeste — ULFRO — Itaquí — RS, solicitando que seja estendido aos Vereadores, o benefício da imunidade parlamentar;

— da Câmara Municipal de Jaguari — RS, manifestando a sua opinião contrária a prorrogação dos mandatos dos Prefeitos e Vereadores e, também, sobre a coincidência nas eleições municipais, estaduais e federais;

— da Câmara Municipal de São Borja — RS, expondo o seu ponto de vista contrário à prorrogação de mandatos dos Prefeitos e Vereadores, assim como, coincidência das eleições;

— da Câmara Municipal de Araraquara — SP, solicitando a extensão das imunidades parlamentares aos Vereadores;

— da Câmara Municipal de Mauá — SP, solicitando a elaboração de dispositivo legal que permita maior controle nos critérios de reajuste de tributos em geral;

— da Câmara Municipal de Mirandópolis — SP, protestando contra a prorrogação de mandato dos Vereadores e Prefeitos municipais.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Viana) — O Expediente lido vai à publicação. Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 1979

Dispõe sobre a reintegração dos dirigentes e representantes sindicais beneficiados pela anistia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Aos dirigentes e representantes sindicais, anistiados pelo art. 9º da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 e que, à época da punição, eram legalmente estáveis é assegurada a reintegração nos respectivos cargos, sem direito, ao recebimento de atrasados.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto atende a representação que recebemos de comissões de aeronautas e outras lideranças sindicais.

Inúmeros líderes sindicais, quando as entidades por eles dirigidas sofreram intervenção decretada pelo Ministério do Trabalho, logo após a eclosão do Movimento Revolucionário de 1964, além da destituição de seus cargos, viram-se sumariamente despedidos de seus empregos, quando se apresentaram aos empregadores.

Trata-se de trabalhadores com mais de dez anos de serviço, ou seja, reconhecida e legalmente estáveis, dispensados sem justa causa em flagrante violação de preceitos expressos da CLT.

Poderiam ter recorrido à justiça trabalhista, e possivelmente colheriam êxito. Mas isto se fora outra a situação. Acontece que atravessávamos, então, período de triste e lamentada memória, em que a ordem jurídica foi gravemente perturbada.

Releva acentuar, que os demitidos não participaram de qualquer crime político ou conexo, nem sofreram punição de caráter revolucionário, mas simplesmente foram vítimas de medidas arbitrárias, estimuladas pela insegurança e agitação do momento político reinante.

O presente projeto tem em mira reintegrar esses injustiçados nos respectivos empregos, sem, no entanto, assegurar-lhes direito ao recebimento de quaisquer atrasados.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 1979. — **Franco Montoro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979.

Concede anistia e dá outras providências.

.....
.....
.....

Art. 9º Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos Atos a que se refere o art. 1º, ou que tenham sofrido punições disciplinares ou incorrido em faltas ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes.

.....
.....
.....

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — O projeto que vem de ser lido será publicado e remetido às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 131/79 (Nº 251/79, na origem), de 14 de agosto de 1979, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Renato Bayma Denis, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Senegal.

A matéria constante da pauta da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos da alínea "h" do art. 402 do Regimento Interno, deverá ser apreciada em sessão secreta.

Solicito aos Srs. funcionários as providências necessárias a fim de que seja respeitado o dispositivo regimental.

(A sessão torna-se secreta às 18 horas e 40 minutos e volta a ser pública às 18 horas e 50 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 303, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 355, de 1978, de sua autoria, que acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 304, de 1979, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos anais do Senado Federal, da palestra proferida pelo Ministro da Educação e Cultura, professor Eduardo Portela, em 16 de julho de 1979, na Escola Superior de Guerra.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 305, de 1979, do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos anais do Senado Federal, da Ordem do Dia baixada pelo Ministro do Exército, General-de-Exército Walter Pires de Carvalho Albuquerque, por ocasião da solenidade realizada em comemoração ao "Dia do Soldado".

— 4 —

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 485, de 1979), do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 1976, do Senhor Senador Lourival Baptista, que altera a Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos e dá outras providências.

— 5 —

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 499, de 1979), do Projeto de Resolução nº 03, de 1979, de autoria do Senador Murilo Badaró, que altera a redação do artigo 164, parágrafos 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

— 6 —

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1977, do Senador Franco Montoro, que dá nova redação ao art. 9º, § 1º, inciso III, do Código Civil, tendo

PARECER, sob nº 423, de 1979, da Comissão
— De Redação, oferecendo a redação do vencido.

— 7 —

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 1979, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que introduz alteração no Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca, tendo

PARECER, sob nº 500, de 1979, da Comissão
— de Redação, oferecendo a redação do vencido.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 57 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. DIRCEU CARDOSO NA SESSÃO DE 31-8-79 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Minha comunicação será rápida, e é a reafirmação do que havia dito nesta semana.

Recebo agora, do meu Estado, a informação de que uma empresa exportadora do Espírito Santo, pela primeira vez na história da cafeicultura brasileira, logrou alcançar o primeiro lugar como firma exportadora de café no Brasil, ramo em que São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Estados maiores produtores do que o meu, logram sempre as primeiras classificações. Portanto, é motivo de satisfação, de orgulho para os capixabas que, pela primeira vez, no ano agrícola de junho de 78 a junho de 79, uma firma nossa tenha se imposto como primeira exportadora de café no País.

Neste ano agrícola 78/79 o Brasil chegou a exportar 10 milhões de sacas de café. Pois bem, desse total de café o Espírito Santo conseguiu exportar 25% de café tipo 7/8 e 8, de café chamado bebida Rio — como se chama — conseguindo o total de 2.738.123 sacas.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Exª me permite?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador Dirceu Cardoso V. Exª, hoje, me convence de que este País está mudando; mas o que me agrada é que está mudando com a ajuda do grande povo do Espírito Santo, cujo representante faz para o Brasil a mesma coisa que o seu Estado está fazendo. Está dando um exemplo de grandeza.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Agradeço o aparte de V. Exª e devo dizer que essas expressões generosas, partindo de V. Exª, já para mim não são mais estímulos porque a sua generosidade é tão grande que eu as recebo como uma expressão de amizade e não de justiça.

Sr. Presidente, 10 milhões de sacas o Brasil exportou, exatamente, 10.083.109. Desse total, 25% foram exportados por firmas capixabas, o que mostra que o café produzido em condições adversas no Espírito Santo, em encostas íngremes, com uma produtividade baixa, em um clima irregular e quente, em condições de topografia difícil, num esforço gigantesco de nossos produtores, assim mesmo, o Espírito Santo, como quarto produtor de café no Brasil, conseguiu ter uma firma capixaba, classificada em primeiro lugar entre as firmas exportadoras do País, pela primeira vez na história da economia cafeeira do Brasil. Esta firma é a Tristão Companhia de Comércio Exterior, uma firma dirigida por um jovem capixaba, nascido no interior, no município progressista e grande produtor de café de meu Estado, com um parque cafeeiro de 2 milhões de pés de café, que enchem as encostas de seu terreno íngreme e difícil, mas onde a pertinácia e a força de vontade de seus cafeicultores, manipulam um dos melhores tipos de café produzidos no Estado, e cuja visão e dinamismo fizeram-no chefiar uma firma que se espraia pelo Estado e pelo Brasil e já chega até Londres, onde mantém escritório aberto para aten-

der as exigências de firma exportadora para a Europa e o mundo inteiro.

Refiro-me a Jonice Tristão, um capixaba moço e empreendedor, capitão de indústria e comerciante internacional que, pelo seu valor pessoal e pelo seu dinamismo, pela sua visão e seu descortino, logrou essa posição que não somente honra sua vida, mas nos concede a honra de ter, no nosso comércio exterior, a principal firma exportadora de café num ano agrícola, pela primeira vez na história de nosso Comércio Exterior.

E se a posição da firma de Jonice Tristão não nos desse tais motivos de satisfação, ainda coube a uma firma capixaba — União Exportadora de Café — a segunda colocação, dentre as firmas brasileiras exportadoras de café, com o que se firma o dinamismo dos capixabas na comercialização do nosso principal produto, impondo-se face às firmas de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, que são nossos primeiros produtores.

Assim, Sr. Presidente, registro que o café, sobre o qual pesa o confisco cambial de 137 dólares por saca — e o Senado Federal precisa saber —, maior do que o preço pelo que o produtor vende a saca, no meu Estado, no maior esbulho que sofre nosso incansável e pertinaz cafeicultor que paga, através do confisco com que o Governo impõe seu controle sobre a produção, uma soma maior do que o valor pelo qual vende a saca de seu café que lhe custou tanta luta e tanto sacrifício e que rende para o Governo Federal mais do que o produto pelo qual vende o produto de seu suor e de seu trabalho e sacrifício. O Governo Federal vende a saca de café, nas plataformas de nossos portos de exportação, por 6.000,00 a saca e o comprador paga, ao produtor no interior do nosso Estado, 2.300 por saca de café tipo 7 e 7/8. O produtor vende seu café por um terço e o Governo obtém dois terços sobre o valor da saca do café. Mesmo assim não desanima o nosso produtor.

Estamos lançando no chão milhões de mudas de café, e o Espírito Santo vai conseguir ser, nos próximos anos, talvez o terceiro produtor de café do País, mas sofrendo esse confisco cambial que é criminoso para a economia capixaba. Enquanto o trabalhador de enxada, ao sol, ao frio, à chuva, enfrentando as condições adversas da topografia e climatologia do meu Estado produz a saca de café com rendimento baixíssimo e, na hora de vender, ele vende esse café por um terço do que o Governo obtém no valor da saca, mesmo assim, ele joga na terra as sementes de suas esperanças no café. Mas, mesmo assim, não estamos desanimados; com os olhos fixos no futuro do País, estamos plantando café, estamos colocando sementes de café no chão, para que o nosso parque cafeeiro seja mais expressivo ainda, para que possamos concorrer mais e mais para o progresso e desenvolvimento desta Pátria.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador Dirceu Cardoso, aqui tem sido ventilado, constantemente, o problema do café, sobretudo pelo Senador José Richa, e V. Exª, nesses últimos dias, nos trouxe essas impressionantes declarações de que o seu Estado detém as duas empresas que mais exportaram café.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — No ano agrícola até junho de 1979.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — O que faz concluir que este País está mudando. Os mais pobres estão ficando um pouquinho mais ricos e o Estado de V. Exª está dando um grande exemplo, que vai nos servir, também, lá para o Nordeste. Mas, queria trazer uma informação a V. Exª a respeito do problema do preço do café e da parcela do preço externo que o Governo retém. V. Exª sabe que essa conta-café tem, também, uma grande influência na cooperação com os cafeicultores para que eles possam desenvolver as suas plantações, portanto, a produção nacional de café. Este ano, a conta-café, para poder satisfazer às necessidades do setor, ainda tomou de empréstimo — além desses recursos que são apropriados pelo Governo quanto às vendas externas — se não me engano, cerca de oito ou doze bilhões de cruzeiros para poder atender às necessidades da cafeicultura. Esses recursos são destinados a vários fins, inclusive a garantir o preço mínimo do café que, hoje, está superior a três mil cruzeiros por saca. O Governo compra todo excedente que não pode ser exportado, estoca, paga à vista, naturalmente evitando que esses produtores tenham prejuízos ou fiquem com seus estoques sem poder receber de volta. Depois trarei a V. Exª e ao Congresso...

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Eu agradeceria.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — ... informações mais completas sobre a questão do café, para que possamos tomar consciência do problema sem, naturalmente, imaginar que vamos poder explicar todas as deficiências existentes na nossa administração. Muito obrigado.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Agradeceria a V. Exª esses dados, com os quais V. Exª tem sempre ilustrado o Senado, pois a eles não temos acesso, mas que V. Exª os tem divulgado.

Sr. Presidente, chegamos à seguinte conclusão: o nobre Senador José Richa disse que pesa sobre o café 75% de impostos, mas no café capixaba, no nosso é maior o ônus do imposto; porque os paulistas, paranaenses e mineiros podem vender o café mais caro, e o confisco é o mesmo: 137 dólares. Vendemos o café mais barato e suportamos o mesmo valor do confisco e no nosso, Sr. Presidente, só de impostos e confisco, representa 80% do valor da saca do café. O que produz, o que sofre, o que trabalha, fica com 20% do valor do que produziu!

Mas, mesmo assim, Sr. Presidente, estamos jogando café no chão, esperando concorrer mais e mais para o progresso e desenvolvimento do País.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Qual é a destinação que dão ao montante arrecadado pelo confisco?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — O nobre Senador José Lins nos explicou, aqui. A idéia do confisco era que, com esse excedente que o Governo fica, ele podia equilibrar a balança de café para evitar que os preços caíam: o balanceamento do preço do café é feito com esses recursos do confisco cambial.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Mas o Senador José Lins mostrou que era aplicado na própria área do café.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Não é exatamente isso. Por exemplo, esse ano agrícola deu 10 milhões de sacas, e a 137 dólares cada saca, V. Exª vê o montante de dólares. São bilhões de dólares, a arrecadação é muito mais do que isso, mais de 13 bilhões de dólares. Este ano agrícola foi de 10 milhões de 83 mil sacas, com o confisco a 137 dólares a saca, V. Exª faz a conta...

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Exª permite um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Pois não.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Exª sabe que a exportação de café brasileiro não chega a 13 bilhões de dólares. Se chegasse, seria o preço total e não só do fisco, não chega a 13 bilhões. Logo o cálculo de V. Exª tem um engano certo. São 2 bilhões o total.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — São 137 dólares por saca. Nós exportamos 10 milhões e 83 mil neste ano agrícola, de 78/79. A arrecadação do Governo é bem maior do que V. Exª declara...

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Exª verá que não dá 13 bilhões de dólares.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Exato.

Isso foi o ano agrícola que terminou em junho; agora é que está a 137 dólares.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — E de qualquer modo a 137 não seria o volume total. Por exemplo, sei que este ano, o orçamento da conta-café, cujos recursos principais são provenientes da apropriação dessa parcela da exportação, o orçamento tem que ser reforçado com recursos oriundos do BNDE, se não me engano, para poder naturalmente arcar com toda a despesa do orçamento dessa conta. Isto significa que a conta, apesar desses recursos apropriados, está em déficit porque está também cooperando com o setor cafeeiro para desenvolver a cultura e ajudar ao mercado.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Quero dizer a V. Exª, Sr. Presidente que, de qualquer maneira, é injustíssima a nossa situação porque produzimos um café menos valorizado, de menor valor, e o confisco cambial é o mesmo para o café produzido no Paraná, São Paulo e Minas, que produzem um café de maior valor, onde o produtor vende a 3, 4 mil cruzeiros a saca e nós vendemos a 2.300 cruzeiros e pagamos o mesmo confisco cambial.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Não, absolutamente! A apropriação chamada confisco é proporcional ao preço, não é igual para todo tipo de café.

O SR. DIRCEU CARDOSO (MDB — ES) — Sr. Presidente, eram estas as minhas considerações e a minha exaltação, porque uma firma capixaba, pela primeira vez, num ano agrícola, conseguiu ganhar os dois primeiros lugares como firmas exportadoras de café. Nosso exaltação e nosso aplauso à firma Tristão-Cia, Exportadora de Café, pelo sucesso alcançado na comercialização do café e pela sua afirmação nacional de que os Estados pequenos como o nosso têm gente de valor e competência, para se mostrar como os pri-

meios entre os filhos dos grandes Estados, impondo-lhes seu dinamismo, sua firmeza, sua visão, sua técnica e seu valor.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MARCOS FREIRE NA SESSÃO DE 4-9-79 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Se, desta vez, não nos faltar competência e seriedade na condução dos destinos nacionais, o Brasil tem como responder, com êxito, à grave crise energética que abala o mundo, mais que isso: pode tirar proveito, de tal monta, da difícil conjuntura em que nos encontramos, agravada pela política de preços da OPEP, a ponto de inaugurar uma nova etapa na sua história econômica, com o que poderíamos chamar de *ciclo do álcool*.

Aliás, talvez pudéssemos dedicar esta semana ao trato desta matéria: a grande crise energética que angustia o mundo. Ainda ontem ouvimos aqui vários oradores abordando o assunto, entre os quais o Senador Henrique Santillo, o qual traçou uma verdadeira radiografia do panorama energético com que hoje nos defrontamos.

Só a imprevidência governamental explica que já não estejamos, a essa altura, libertos da síndrome do petróleo, que tende a se tornar cada vez mais raro e caro, face, inclusive, à perspectiva do esgotamento de suas reservas, em período de tempo relativamente curto. Com efeito, a evolução do seu consumo tende a decrescer, pois, como mostra muito bem o estudioso Vinicius de Lucena, de Pernambuco, “é indubitavelmente dramática a perspectiva de acentuado e irreversível declínio nos níveis de suprimentos de petróleo, a partir da primeira metade da década dos anos 80”, sendo de assinalar que a demanda mundial somente nesta findante década de 70, equivalerá ao consumo acumulado ao longo dos 110 anos de existência do ouro negro, ou seja desde sua descoberta (1859) até o início de 1970”.

Nestes dez anos, consumimos mais do que em mais de um século da descoberta do petróleo.

Ora, um país como o Brasil, sem auto-suficiência de petróleo, não podia ter feito repousar, sobretudo nele, a geração de sua riqueza, o qual passou a representar quase 50% do quadro energético nacional. Isso tornou nossa economia, nesse campo, altamente dependente do exterior, além de comprometer metade das divisas geradas por nossas exportações, o restante correspondendo apenas aos serviços da dívida externa, que, por sinal, se aproxima dos 50 bilhões de dólares. Como não é possível deixar de importar tantas coisas que nos são essenciais, continuamos o círculo vicioso de cada vez mais nos endividarmos, para ir pagando dívidas vencidas e vincendas. Verdadeira insanidade, que a inconsciência ou a má-fé de responsáveis (ou irresponsáveis?) pela condução da coisa pública, no Brasil insistem em negacear.

Dir-se-á, talvez, que a “guerra” do petróleo é de ontem, a partir do embargo dos suprimentos de óleo bruto, imposto pelos árabes em sua luta contra Israel, e o seu crescente aumento de preços. Pode-se afirmar, contudo, que, já nos primeiros anos dessa década, a crise era perfeitamente detectável, e dela estavam cientes os meios técnicos de todo o mundo.

Nós, entretanto, nos proclamamos “ilha de tranquilidade”, acima do bem e do mal, em insensato ufanismo, que fez com o que o *O Estado de S. Paulo*, de 4 de julho último, lembrasse que “desde 1973 vivemos de ilusões e à espera de um milagre, não nos preocupando seriamente com a necessidade de conceder prioridade ao problema energético e de equacioná-lo com altitude de espírito”, advertindo, ao final, que, antes “de jogar-se sobre o povo o peso da falta de seriedade com que se conduziu o processo econômico de 1973 para cá, é preciso que o governo mude de mentalidade”.

Como diz D. B. do Rio de Janeiro, na *Folha de S. Paulo* de 7 daquele mesmo mês.

“Os brasileiros são convocados, assim, para uma guerra em que serão necessários pesados sacrifícios sociais, para garantir, no final das contas e em parte maior, não apenas a infra-estrutura automobilística construída nesses anos de ufanismo, de triunfalismo irresponsável e de milagres de terreiro, como toda a engrenagem industrial que sobre ela se põe. Esse complexo industrial, cuja implantação é anterior a 64, mas que foi expandido depois como enfeite e testemunho irretorquível do desenvolvimento por conselho de tantos técnicos e gênios, tornou-se possível pela abundância do petróleo e pelos preços aviltados dessa preciosa matéria. Mas ficou irremediavelmente comprometido depois que a realidade dos custos se impôs ao mercado internacional.

O Brasil deixou, desde então, de se preocupar com o seu crescimento real, sendo levado a conviver com valores econômicos sem parentesco com suas conveniências e exigências sociais. Partiu para o automóvel, que apenas consome, descuidando-se do trator, que produz e multiplica.”

Nesse mesmo jornal, no último dia 12, escreve JG, de Porto Alegre:

A *Folha* publicou dominfo uma oportuníssima reportagem sobre o estado em que se encontram as ferrovias brasileiras, com destaque para os trechos que deveriam compor a ligação São Paulo—Porto Alegre. Vicente Dlanezi Filho e Ademir Barbosa realizaram a maratona que durou oito dias, da qual resultou a revelação de um autêntico escândalo no setor de transportes do País. Com a implantação da indústria automobilística e com a construção de milhares e milhares de quilômetros de rodovia, eis que o Governo não pensou sequer numa eventual hipótese da crise do petróleo atingir a megalomania que de repente assaltou os nossos governantes.

Construindo estradas asfaltadas (de petróleo), caminhões aos milhares (dependentes do petróleo) rodando sobre pneus (subproduto do petróleo), eis que o País parece apanhado de surpresa com uma crise que se anunciou no início da década e que, naturalmente, se agravou com o passar dos anos. Até o fim do ano passado ninguém parecia disposto a encarar com seriedade a crise, tanto assim que todas as medidas passíveis de serem tomadas só o foram a partir do corrente ano.

Como as soluções são todas a médio e longo prazos, eis que estamos numa roda viva que já começou a derrubar ministro enquanto outros rodeiam como aranhas tontas, enleadas nas suas próprias teias... O programa PROÁLCOOL, todos sabemos, exige muito dinheiro e acima de tudo muito tempo. Recuperar ferrovias, idem, reativar as hidrovias, idem. Então os remédios são estes que o Governo está fazendo com que o público consumidor engula à força: poupança de petróleo através da política de preços cada vez mais elevados.

Pessoas de mais idade que leram o magnífico trabalho dos profissionais da *Folha* foram unânimes em afirmar que há 30 ou 35 anos atrás uma viagem de trem entre Porto Alegre e São Paulo era excelente, barata, cômoda, divertida e relativamente breve, pois não chegava a durar mais do que 48 horas. Pois a posição das ferrovias foi se deteriorando de tal maneira, que hoje a rede brasileira não chega a ser um arremedo do que foi num tempo em que a tecnologia era primária e não havia os recursos de que hoje dispomos no setor.

Alguém cometeu um grande crime contra este País, contra a sua gente. É bem possível, se não for certo, que outros interesses terminaram por asfixiar os meios de transportes nacionais. Ferrovias e hidrovias abandonadas, desativadas, enquanto começa a morrer, de morte natural, o transporte dependente do petróleo.

Como vimos, parece que houve uma insanidade na orientação governamental desses últimos tempos; e não queremos aqui nos referir apenas aos últimos governos.

Não. Como ressaltamos, um país sem auto-suficiência de petróleo não poderia basear o seu progresso no rodoviarismo, nem poderia fazer da indústria automobilística a grande alavanca do seu desenvolvimento.

Com o abandono das ferrovias, das hidrovias, um país como o nosso, que tem o litoral que nós temos, com a extensão de costas que nós possuímos, não podia jamais abandonar a navegação de cabotagem, de tal forma que hoje já não se pode cantar que “vim num ita do Norte” para conhecer o Brasil rico do Centro-Sul.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Ouvimos o Senador Lázaro Barboza.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — Eminentíssimo Senador Marcos Freire, V. Exª, com o brilho que lhe é natural, ocupa a tribuna do Senado para discutir, como já o fizeram outros eminentes companheiros nossos de Bancada, o problema energético que ameaça não apenas o Brasil, mas quase todos os países do mundo que estão na dependência do chamado “ouro negro”. Entretanto, V. Exª começa o seu discurso analisando bem: se tivesse havido por parte dos sucessivos governos nos últimos 15 anos, aquela preocupação básica que qualquer governo deve ter com os problemas que são de mais grave importância, o Brasil teria condições de sair da crise mundial de petróleo com grandes vantagens. Entretanto, V. Exª diz bem, não apenas se cometeu um

erro de manter a megalomania do transporte sobre rodas, mas fez-se mais do que isto. Em 1973, quando já se pronunciava claramente ter os países exportadores de petróleo transformado o óleo em arma de guerra, enquanto o Japão, como um desesperado, naquela época, já cavava a sua plataforma submarina e já encontrava meios para diminuir o consumo interno de petróleo, nós aqui nos entregávamos à construção de autódromos para corridas de automóveis. Foram construídos tantos, eminente Senador Marcos Freire. Inclusive no meu pobre e falido Estado de Goiás, se construiu em 1972/73 e concluiu-se em 1974, o que chamam de um dos mais modernos autódromos de corrida de automóveis do mundo, para um país que não tem petróleo. V. Exª analisa muito bem o descaso das ferrovias. E quando V. Exª narra a experiência feita por um ilustre jornalista que verificou que no ano passado se fazia uma viagem de trem de forma confortável e barata, de forma muito mais eficiente do que se faz hoje, é conveniente lembrar que, ao fim do Segundo Império, Pedro II deixava o Brasil com 12 mil quilômetros de trilhos estendidos e operáveis e que, hoje, quase um século depois, nós não conseguimos sequer duplicar as estradas férreas que nos legou o Segundo Império.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — E até arrancamos trilhos, por este Brasil afora.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — E o Governo se entrega à política de desativar inúmeros trechos ferroviários, inclusive no Nordeste, o que tem recebido de parte do nobre Senador Mauro Benevides críticas contínuas. Eminente Senador, quero parabenizar V. Exª por mais um lúcido pronunciamento a respeito da dura realidade brasileira.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Agradecemos a interferência de V. Exª e é bom que V. Exª acentue a preterição das nossas ferrovias. Basta dizer que o transporte de passageiros por esse meio, hoje, representa apenas 1,6%, enquanto em termos de rodovia, de caminhões, ônibus, automóveis e outros veículos, representa 96%. Já no setor da carga, enquanto temos através desses meios sob roda pneumática 70% do transporte de carga, em termos de ferrovia temos apenas 17%. Por aí V. Exª vê a insanidade que domina este País há tanto tempo.

O Sr. Lázaro Barboza (MDB — GO) — V. Exª diz bem "insanidade". Agora, já serve inclusive de piada, no País inteiro, a proposta do Sr. Ministro das Minas e Energia para que se retire de circulação os veículos com mais de 10 anos de uso. Veja V. Exª!

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Concedemos o aparte ao ilustre Senador Gabriel Hermes.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Nobre Senador, desejo preliminarmente congratular-me com V. Exª por dizer, em seu oportuno discurso, que este não é um mal de um governo, de um período, mas um mal que já vem há longos anos prejudicando o nosso grande País.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Ressaltamos isso, de fato.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Por isso disse que me congratulava com V. Exª. E, congratulo-me também porque é necessário realmente chamarmos muitas vezes a atenção do Governo, mas também fazer-lhe justiça, porque se erros foram cometidos, alguma coisa começou a ser feito de acertado. É preciso, também, acentuar que o fato do Brasil ter-se atrasado no programa de petróleo tem várias razões: umas de ordem que nós não podemos culpar inteiramente a nossa PETROBRÁS. Aliás, devemos sempre que culpar a PETROBRÁS, fazer justiça ao ato que a criou, que impediu que hoje este País fosse uma sucursal da SHELL ou de tantas outras siglas que representam essas terríveis multinacionais que dominaram o mundo, e que talvez levaram aquele mundo árabe à situação difícil em que se encontra. Quanto ao problema das ferrovias que se extinguíram lentamente neste País, quero dizer a V. Exª que a culpa é de todos os outros governos. Veja hoje a dificuldade para se fazer uma ferrovia e como foi tão fácil desmanchar-se ferrovias! Já no setor marítimo, temos que fazer justiça aos governos, nesses últimos 15 anos, que, de qualquer forma, recompuseram a nossa indústria naval — hoje colocada entre as quatro maiores indústrias navais do mundo, com uma produção que honra o nosso País, não só em qualidade como também em tonelagem. Nós chegamos a ficar sem portos; nós chegamos a ficar sem navegação costeira e sem navegação interna. E a este governo, já devemos aquilo que temos em portos melhorados e a grande indústria que aí se encontra. É preciso que se saliente este fato para que sirva de estímulo e para que verifiquem que estamos atentos à situação. De forma que eu me congratulo com a primeira parte

do discurso de V. Exª e me aguardo para que, se necessário, ter a honra de poder apartear-lo novamente.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Na verdade, a análise que estamos fazendo é abrangente no tempo. Nós estamos procurando analisar uma crise energética que, se em parte depende de fatores exógenos a nossa realidade, em grande parte, também, é culpa nossa: é culpa de uma orientação governamental extremamente lesiva aos interesses nacionais, e se alguma coisa possa estar sendo feita agora, está sendo feita tardiamente, porque, como foi salientado anteriormente, já no início desta década podia-se facilmente perceber a tempestade que se prenunciava. E, no entanto, as medidas tomadas pelo Governo para enfrentar a crise energética foram tímidas, insuficientes, precárias. E o MDB, com assento aqui no Senado Federal, está muito à vontade, porque, desta tribuna mesmo, nossas vozes se fizeram ouvir e não raro apontadas algumas sugestões que não foram levadas na devida conta. E o Governo, há poucos meses, teve que apelar para uma economia de guerra que, por sinal, veio logo depois a ser arquivada pela mudança de um simples ministro.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Pois não.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Nobre Senador Marcos Freire, é preciso V. Exª ressaltar que não foram apenas Senadores que, num trabalho isolado, ofereceram sugestões; foi o nosso próprio partido que num trabalho muito bem elaborado de que participou a comunidade científica de São Paulo, o MDB ofereceu ao País uma contribuição notável para a crise energética que, em 1977, já assumia contornos preocupantes. E, àquele tempo, numa insensibilidade que não se pode entender, o Governo iniciava esse trabalho de supressão de ramais ferroviários, ramais de existência secular, como o Sobral — Camucim que, inexplicavelmente, foi desativado, num momento em que o mundo, assoberbado com a crise energética, preconizava como solução a ferrovia para o transporte de massa.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — V. Exª, Senador Mauro Benevides, vem exatamente corroborar os termos do nosso pronunciamento, acentuando algumas das preocupações constantes do nosso discurso.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Pois não, Senador José Lins.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador Marcos Freire, V. Exª realmente levanta um problema da maior importância para o País. Mas V. Exª há de convir que a crise de energia é recente e nenhum país do mundo, nem mesmo os mais adiantados, conseguiu, até hoje, debelá-la. Talvez V. Exª tenha uma grande esperança de que o Brasil seja a exceção, neste ponto. Quanto à política de transporte V. Exª há de convir que, no mundo inteiro essa política sofreu tremenda influência dos baixos custos do petróleo, que incentivou, de muito, a construção, sobretudo, de estradas de rodagem. Assim mesmo, apesar do esforço nacional para ampliar nossa rede rodoviária, ainda somos um dos países de menor taxa de quilômetro de estrada por quilômetro quadrado de superfície. Quanto à política ferroviária, V. Exª sabe que se deu grande ênfase a essa política desde o final do século passado, mas exatamente porque estradas de ferro só se justificam para grandes cargas a grandes distâncias, nossas vias construídas àquela época se tornaram obsoletas, antes que as cargas aparecessem. Agora, porém, é diferente. Já temos cargas. E, no momento em que o petróleo torna-se mais caro, essa substituição faz-se então mais necessária. Ora, V. Exª sabe que, pelo menos de quatro a cinco anos a esta data, a política do Governo se tem realmente ajustado a essa face nova do custo de transporte no País. Claro que uma política ferroviária não pode ser desenvolvida a curtíssimo prazo, mas o Governo está redobrando esforços neste campo. Aliás, essa mesma medida de supressão de ramais inadequados faz parte do conjunto de medidas novas adotadas pelo Governo. Não há dúvidas de que há necessidade de uma mudança no sistema viário do País para atender a essas condições novas. Mas não se pode negar o esforço do Governo nesse sentido.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Agradecemos o aparte do ilustre Senador José Lins. Suas considerações nos convencem mais ainda do acerto, da orientação que imprimimos ao presente pronunciamento, quando estamos fazendo uma análise global no tempo; e quando S. Exª mostra que nesses últimos 4 anos o Governo passou a desenvolver, a dar uma ênfase maior a medidas para se contrapor à crise energética, estamos vendo como o

Governo atuou tardiamente. Estamos no final da década de 70, e se, conseqüentemente, só nestes últimos quatro anos, começamos a investir mais profundamente em medidas anticrise energética, é porque, realmente, partimos tarde.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Na verdade, a ênfase ao rodoviarismo não justifica, por exemplo, que tivéssemos abandonado a nossa costa. Há algum tempo, quando éramos jovens, o transporte do homem do Nordeste, do Norte, era feito através dos navios tipo Ita, do Lloyd Brasileiro, da Costeira. Portanto, era a locomoção normal, natural. Hoje, ninguém mais viaja de navio. Não é porque não se goste, mas porque, praticamente, ninguém sabe se ainda existem navios de passageiros. Acreditamos que não exista.

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MS) — É mais caro.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Mais caro, mesmo com a gasolina à base em que está?

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — V. Ex^a me permite?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — É bom que conste, para os Anais da Casa registrarem: o Senador Saldanha Derzi é contra a navegação costeira. Acha que deve ser o rodoviarismo mesmo a base dos passageiros e das cargas no Brasil. Fica assinalado para a História.

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MS) — V. Ex^a não pode comandar o meu aparte...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Apenas concluímos o aparte de V. Ex^a

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MS) — ... e nem dar-lhe a interpretação que V. Ex^a deseja. É preciso que entenda o que eu disse. Realmente, o transporte de navio, hoje, é mais caro do que o transporte de ônibus para passageiros. Não digo carga. Então, V. Ex^a me perdoe, mas não pode comandar o meu aparte.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Apenas concluímos, porque estamos falando em termos de interesses nacionais. Para o Brasil, é preferível o transporte hidroviário.

O Sr. Saldanha Derzi (ARENA — MS) — A conclusão é fácil...

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — O aparte é de V. Ex^a e a conclusão é nossa. V. Ex^a comanda o aparte e nós comandamos a conclusão. Damos o aparte ao nobre Senador Evandro Carreira.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Nobre Senador Marcos Freire, vou repetir uma tese que defendo, desde que aqui cheguei. Ela talvez esteja constituindo-se numa reiteração, num pleonismo. Mas há necessidade de repeti-la, para desmascarar os estadistas de quintal, que nos governaram de certa parte até esta data, pois o petróleo, já se sabe, desde que ele foi descoberto, que ele é um bem não-renovável, resultado de decomposição orgânica ao sabor de milhões e milhões de anos.

Desde que ele foi descoberto e aplicado na indústria, no século passado, nós sabemos que um dia ele se exauriria, se acabaria; ora, diante desse fato inelutável, diante desse raciocínio conclusivo, todo estadista que estruturasse a distribuição de riqueza do seu país com base neste petróleo que ele não tinha, que ele não possuía no seu subsolo, era, é e seria um estadista de quintal...

Precisamos registrar isso no Senado da República, para que daqui a alguns anos, quando houver uma revisão dos Anais, não se diga que por aqui só passaram apedeutas.

A estrutura rodoviária para a distribuição de riquezas no Brasil com base no petróleo foi burrice de alto quilate; não poderíamos fundamentar todo o plano viário de circulação de bens num preço momentâneo do barril de petróleo, que, à época, oscilava entre dois e três dólares, principalmente depois de 67, quando os árabes perderam o primeiro entrevero para os israelenses e já ameaçavam com a OPEP, que mais cedo ou mais tarde usariam o petróleo como arma.

Todos nós sabemos, desde que Abraão saiu de Ur, lá na confluência do Tigre com o Eufrates, na Mesopotâmia, e procurou o Jordão desde a luta entre cananeus, filisteus, moabistas e judeus, que esta guerra entre israelenses e árabes é uma guerra bíblica, é uma guerra milenar, é uma guerra mística, e que os árabes usariam o petróleo como arma, mais cedo ou mais tarde.

Mas acresce o seguinte, meu ilustre Senador Marcos Freire: em 73, com a guerra do *Yom Kippur*, o petróleo passou a ser usado como arma e, apesar disso nós não tomamos nenhuma providência, continuamos a sonhar com o petróleo dos outros, quando nós nunca o tivemos, e eu declaro: todos os estadistas que nos governaram antes e posteriormente a 64 foram estadistas de quintal.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Senador Evandro Carreira, acentua V. Ex^a muito bem a falta de visão que nós já havíamos registrado de um País sem auto-suficiência de petróleo e que baseou o seu desenvolvimento no rodoviarismo e na indústria automobilística.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permite V. Ex^a?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador Marcos Freire, concordo com V. Ex^a, porque nós precisamos aprimorar cada vez mais as nossas políticas, tanto no campo da energia, como no campo do transporte, como, aliás, em vários campos. Somos um País novo, crescendo desesperadamente para satisfazer às aspirações de um povo as quais crescem muito mais ainda. Tenho, porém, a impressão de que V. Ex^a não faz uma análise justa, quando diz, por exemplo, que os nossos estadistas não tiveram uma visão razoável desse problema. Eu gostaria de citar apenas alguns dados para que V. Ex^a verificasse que a sua análise não é tão justa quanto parece.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Nobre Senador, temos toda a satisfação em incorporar os dados de V. Ex^a ao nosso pronunciamento, mas estamos nos minutos finais do nosso pronunciamento que, ainda, têm 22 páginas — nós estamos na quinta página — graças à honra que tivemos em receber os apartes dos ilustres colegas. Se V. Ex^a apresenta os seus dados no discurso, ficamos sem poder apresentar os nossos. V. Ex^a, como Líder do Governo, poderia apresentá-los num pronunciamento a parte.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Permita-me apartear-lo apenas dois ou três minutos — não mais que isto, Excelência?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — É pouco o tempo que nos resta, nobre Senador, inclusive o Sr. Presidente já está a advertir-nos de que o nosso tempo está para se esgotar.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Nobre Senador, acho que esses dados são importantes para que o seu discurso possa ser melhor julgado.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Cabe solicitar, do Sr. Presidente, tempo da própria Mesa, porque do nosso, praticamente, já não dispomos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Nobre Senador, V. Ex^a concede o aparte e desconta o tempo?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Não sabemos, Sr. Presidente.

O Sr. José Lins (ARENA — CE) — Veja V. Ex^a o que aconteceu nestes anos da Revolução, no Nordeste. A produção de energia, ou melhor, a capacidade instalada passou a 0,2 Megawatts para 2,500 Megawatts. Foram mais de 12 vezes de aumento. No Brasil, como um todo, a produção de energia elétrica subiu mais de 6 vezes. Aí estão ainda obras de grande envergadura construídas ou em construção, como Ilha Solteira, Paulo Afonso, Tucuruí, Itaipu e outras mais. V. Ex^a, portanto, não pode dizer que no campo da energia elétrica não houve previsão e nem visão do Governo. Quanto à energia atômica, outra importante fonte de energia, aí está um programa tão grande que até se vê combatido por alguns. Ninguém pode negar que os objetivos são amplos nesse campo da produção de energia. Com relação à biomassa, V. Ex^a sabe que o Brasil foi o único País que partiu, no mundo, para produzir energia de álcool; o primeiro no mundo a se preocupar com esse problema, tendo passado, nesses últimos quatro anos, de uma produção de setecentos milhões de litros para três bilhões e quinhentos milhões de litros. Com respeito ao problema do carvão vegetal, há um grande programa em andamento, como V. Ex^a sabe, apoiado por um extraordinário esquema de reflorestamento. E até no campo do carvão mineral, V. Ex^a sabe que o Governo tem subvencionado a produção, para incentivar, cada vez mais, o seu uso. Ainda mais, nobre Senador, mesmo no campo do petróleo, a partir de alguns anos, V. Ex^a sabe do esforço que está sendo feito para redobrar os programas de pesquisa, inclusive com a adoção dos contratos de risco que, condenados por uns e elo-

giados por outros, representam um esforço novo do Governo. Muito obrigado a V. Ex^a pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana. Fazendo soar a campainha.)

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — V. Ex^{as} viram, que o Senador José Lins conseguiu fazer aquilo em que nós não obtivemos êxito. Iamos tentar falar, exatamente, sobre essas outras alternativas energéticas, do carvão, do álcool, da energia atômica, da energia elétrica, mas, infelizmente, o nosso tempo se esgotou — e para alegria nossa, graças ao número grande de apertes. De forma que nós nos permitiremos prosseguir este discurso numa outra oportunidade, não sem deixar de assinalar que a potencialidade hidrelétrica do Brasil é tão grande, que essa é uma das razões pelas quais nós combatemos o acodamento com que foi firmado o famoso Acordo Nuclear Brasil—Alemanha. E nós estamos agora começando a desvendar desvãos deste acordo altamente lesivo aos interesses nacionais.

Vamos prosseguir a leitura desta primeira parte do nosso pronunciamento, prometendo voltar, amanhã mesmo, a ocupar a tribuna para continuar a análise, que tem de ser realmente global, abrangente, sobre as várias alternativas energéticas para o Brasil.

De grande lucidez, por igual, o editorial do *Diário de Pernambuco*, do dia 9 de julho, nos seguintes termos:

ENERGIA E CRISE

Grande pena é que, desde muito sob os auspícios da futurologia — essa nova ciência quase adianta e antevê os programas e desenvolvimento material do homem — só agora nos tenhamos advertidos dos perigos que a crise de energia poderá acarretar.

Por fechados e cegos que viessem a ser os nossos clarividentes processos econômicos, pode-se dizer, sem medo de errar, que essa bananosa do petróleo se até ontem não ameaçava tomar corpo com a forma atual, era ao menos presentida no que toca ao fatal esgotamento de que estão condenadas as fontes de óleo negro universais. Mas do que prever, se está a saber que cedo ou tarde vão se esvaziar os solos petrolíferos — as Arábias, Venezuelas, os espaços russos de Baku e outras áreas conhecidas.

No entanto, apesar de toda soma de conhecimentos, tecnologias, estudos e observações de toda espécie, quedamo-nos por longo tempo obscurecidos relativamente a situação com que agora se defronta grande parte do mundo consumidor do petróleo, cujo poder energético e de toda ordem se tornou indispensável ao estágio de civilização e de progresso em que vivemos.

O resultado é o que se observa. Se não é desgaste total das reservas de petróleo de que pode dispor o mundo, ainda, é pela ditadura dos países produtores e fornecedores que inúmeras nações se vergam como que desarmadas e inermes ante os reclamos e sede de energia dos seus próprios programas de desenvolvimento ou crescimento.

Particularmente, não é outra a situação do Brasil. Pouco atentos aos vislumbres de alguns anos atrás, descuidamo-nos da premissa de que o País da envergadura donosso, o caminho soberano e único há de ser construído somente através dos mais amplos recursos energéticos, que hão de ser fomentados, acrescidos e multiplicados no interior mesmo de nossas próprias fronteiras.

Por isso é que advertimos-nos já um pouco tarde da necessidade das medidas agora determinadas no sentido de voltarmos-nos para dentro de nós mesmos — para nosso próprio potencial em carvão, quedas d'água, tecnologia nuclear, sem falar nas possibilidades mesmas de petróleo brasileiro no seu todo ainda não definido nem delineado quanto às suas deminções mananciais.

As conseqüências todas dessa como que inconsciência reinante por tantos anos nos domínios da nossa independência energética, já agora são patentes no momento brasileiro. Tudo como que compreendido na lição muito nacional e popular de que o brasileiro só fecha suas portas depois de roubado. Sob o guante de preços irragateável é que parece despertarmos enfim, para uma mais direta exploração daquilo que dispomos como fontes de força de que não podemos prescindir nesta altura do desenvolvimento em que nos achamos.

Sim, é imprescindível, ante o atual "sufoco" do petróleo, darmos um novo rumo, firme e definitivo, à nossa política energética, reformulando, inclusive, o nosso próprio modelo de desenvolvimento.

Cosas que não foram feitas — o racionamento que a Oposição sugeriu, desde o início, ou a redução do consumo que o Governo tentou inutilmente

pela alta de preços de gasolina — apenas agravaram mais a situação, que está a exigir, da recém-criada Comissão Nacional de Energia, medidas cada vez mais profundas e corajosas. Assim, por exemplo, o simples congelamento de importações do petróleo, nos níveis atuais, ao mesmo tempo em que contraria às exigências crescentes de demanda, não impede, sequer, o aumento dos gastos de divisa, pois o atual nível de importação petrolífera, mesmo se petrificado no tempo, continuará nos custando cada vez mais.

Como diz o *Jornal do Brasil*, de 6 de julho último,

"O País terá de funcionar premido pela perspectiva da escassez de combustível. Estamos praticamente na véspera de uma economia de guerra. A mobilização que se impõe — e que encontra predisposta a sociedade — excede os limites burocráticos. O próprio CNE terá de instalar-se e viver em reunião permanente, como símbolo da vontade nacional de aceitar o desafio e merecer os resultados do sacrifício no menor prazo de tempo possível."

No último dia 18, naquele mesmo matutino de Pernambuco, o Prof. Sebastião Barreto Campelo, anteendo que, a curto prazo, caminhamos para o apocalipse energético, sublinha que

"o que nos desalenta é que o Brasil é um dos poucos países não produtores de petróleo que pode superar a crise pelas suas potencialidades em outras formas de energia e que tem se portado com um imobilismo suicida, nesse campo. Nos motores a explosão, podemos substituir a gasolina pelo álcool hidratado, nos motores diesel podemos utilizar uma mistura de álcool e óleo de pinhão e o óleo combustível podemos substituir por carvão vegetal ou mineral."

E preciso, pois, não hesitar, um só instante, na busca célere de outras opções energéticas, entre as quais avulta o álcool. Ele, como mostra Vinicius Lucena:

"Oriundo de fonte vegetal renovável, produzido internamente com o consumo de tecnologia 100% nacional, já amplamente testado como combustível automotriz, constitui, no momento, a opção energética mais protamente utilizável para substituir, parcial ou totalmente, a gasolina obtida do petróleo importado, a custos cada vez mais elevados."

O custo da produção de álcool, em programa com características não inovadoras e revolucionárias do ponto de vista da estrutura da economia brasileira, no dizer do economista Carlos Geraldo Longoni, ainda há de ser, atualmente, mais elevado do que o equivalente ao petróleo, mas isso não pode ser fator decisivo para o julgamento econômico do PROÁLCOOL. É que a intensidade de variações nos preços relativos das diferentes formas de energia, assim como impacto de profundas mudanças tecnológicas no setor, ora em fase de gestação, tornam totalmente inadequadas simples comparações estáticas de custos de produção. E, como acentua o atual Diretor da área bancária do Banco Central, as tendências de longo prazo de evolução de preços e custos são favoráveis não só ao álcool, mas às outras formas diversificadas de produção de energia, a partir da biossíntese.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALMIR PINTO NA SESSÃO DE 4-9-79 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. ALMIR PINTO (ARENA — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Era minha intenção, à tarde de ontem, traçar ligeiros comentários sobre um escrito trazido ontem no jornal *O Globo*, e se não o fiz, naquela oportunidade, foi porque não me achava inscrito e grande foi o número de oradores. Já estava praticamente para não mais falar sobre esse assunto, mas cabe, aqui, dizer: "todos cantam a sua terra", nós também podemos cantar a nossa e, quando digo nós, quero dizer os Senadores do Nordeste. E se não fosse a fala do nobre Senador Humberto Lucena, em que S. Ex^a apresenta uma emenda constitucional visando, justamente, a melhoria econômica do Nordeste, eu talvez aguardasse outra oportunidade para abordar este assunto que acho deve ficar transcrito nos Anais do Senado brasileiro.

O jornal *O Globo* de ontem traz a epígrafe: "Governadores analisam nova política para o Nordeste". E, logo de saída, lê-se o seguinte:

"Mais de 90 deputados da ARENA e alguns do MDB, todos do Nordeste, estão formando uma frente parlamentar, com a finalidade de pressionar o Governo Federal para que seja adotada uma política que reduza as desigualdades regionais. Eles se amparam no

fato de serem nordestinos quase 50% dos integrantes do partido governista."

Mas aqui, Sr. Presidente, quero logo fazer uma ressalva: é que, conquanto sejamos, na verdade, 50% na maioria governista, esse documento — como bem frisou há pouco o nobre Senador Humberto Lucena — se reveste, no meu entender, de um caráter apartidário. É que nós Senadores do Nordeste, nós Deputados federais do Nordeste, o que desejamos é aquilo que há pouco foi dito — não sei se pelo Senador Mauro Benevides — ou seja, corrigir a desigualdade econômica inter-regional. Esse o ponto, a tecla em que temos batido permanentemente, no Senado, e cremos que tem ecoado perfeitamente junto às autoridades federais, este nosso clamor pela melhoria econômica do Nordeste brasileiro.

O Nordeste teve a SUDENE criada em 1954, pelo saudoso Presidente Juscelino Kubitschek.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, por que 90 representantes do Nordeste se unem, como bem disse aqui o nobre Senador Humberto Lucena, em prol de um bem comum? Justamente por isto que é preciso que se diga e fique registrado nos Anais do Senado brasileiro...

"De acordo com esse grupo de Deputados os 100% que a SUDENE contava de incentivos fiscais do Imposto de Renda, em 1962, reduziram-se a 18%."

Quer dizer, aqueles 100% de incentivos fiscais de Imposto de Renda, de 1962, hoje estão reduzidos a ínfima importância de 18%.

O que queremos, o que mais temos pedido nesta Casa é que a SUDENE seja revitalizada, porque foi criada exatamente para recompor ou compor o Nordeste economicamente. Esse o verdadeiro espírito da SUDENE, cujo Conselho Deliberativo é formado pelos Governadores do Nordeste, do Maranhão à Bahia e, ainda o Norte de Minas Gerais. Os Governadores dos Estados Nordestinos foram todos ouvidos, à excessão do Governador do Ceará — não sei por quê — e declararam eles o seguinte:

"Com base na ação desses parlamentares, *O Globo* ouviu os governadores da área da SUDENE — Francelino Pereira (Minas), Antônio Carlos Magalhães (Bahia), Marco Maciel (Pernambuco), Augusto Franco (Sergipe), Guilherme Palmeira (Alagoas), Tarcísio Burity (Paraíba), João Castelo (Maranhão) e Lucídio Portela (Piauí)."

Então, foi feita a primeira pergunta:

"Estaria caracterizada, com esse movimento, a falta de força política da região?"

Responde, primeiro, Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, e logo em seguida Marco Maciel, de Pernambuco:

"Antônio Carlos Magalhães — O problema do Nordeste vem de muito tempo e não pode ser resolvido em um dia, mas qualquer hora que se atrase é um desserviço aos que desejam um país homogêneo. É natural que a região deseje um melhor tratamento e eu posso afirmar que outro não é o propósito do Presidente Figueiredo.

Marco Maciel — Esse movimento, para se obter mais recursos para a região e o fortalecimento da SUDENE, antes de caracterizar a falta de representatividade política da região, a confirma....

Querendo falar sobre a união desses 90 parlamentares nordestinos, acha o governador pernambucano que isso é uma reafirmação da união existente e diz no final:

"... pois demonstra que os representantes do povo estão interessados em cumprir o seu mandato e obter do Governo federal meios e forma de tornar possível o desenvolvimento do Nordeste. Só conviria destacar que sob este aspecto há um somatório de forças entre aquilo que pretende a bancada e aquilo que deseja o Presidente João Figueiredo, pois ele tem dito reiteradas vezes e tem dado demonstrações com fatos concretos, de que o desenvolvimento do Nordeste é uma de suas prioridades."

Já o Governador do Maranhão, João Castelo, e Francelino Pereira, de Minas Gerais, se expressam desta maneira:

João Castelo — O Nordeste tem problemas e muitas são as políticas desenvolvidas para a sua solução. Isso já explica um movimento a favor da redução das desigualdades econômicas inter-regionais. Mas o Presidente Figueiredo tem-se mostrado muito preocupado com o Nordeste e é dele a frase: "Não haverá Brasil rico com Nordeste pobre".

Francelino Pereira — Minas Gerais tem uma faixa incluída na área da SUDENE e continua a receber projetos industriais, que estão beneficiando as populações dos Municípios do Norte do Estado."

Os governadores de Alagoas e Paraíba pensam assim:

Guilherme Palmeira — Acho a participação do grupo em defesa dos interesses do Nordeste da maior importância.

Tarcísio Burity — Não. Não acredito que esteja havendo falta de força política do Nordeste, no que diz respeito ao interesse de suas bancadas no Congresso Nacional, relativamente aos interesses nordestinos. O que falta é uma coesão, uma junção de esforços, principalmente da parte dos deputados, sejam da ARENA ou do MDB, com objetivos bastante nítidos em torno de proposições bastante concretas, relativamente à defesa do interesse do Nordeste.

Pareceu-me haver-se dado um processo de metempsicose entre o governador da Paraíba e o ilustre representante daquele Estado, nesta Casa, o Senador Humberto Lucena, que realçam a ação apartidária das bancadas do Nordeste, vez que, Deputados e Senadores nordestinos devem todos empenhar-se no mesmo sentido de beneficiar o Nordeste. Em seguida temos o pensamento do governador:

Augusto Franco, de Sergipe — Não. Acho que não. Aí precisaria uma unidade de pensamento para termos uma unidade de ação, visando ao fortalecimento da SUDENE, que é o desenvolvimento do Nordeste: — cuja afirmação casa-se com o a do Governador Lucídio Portela — Acho que o que precisamos é da união de esforços.

Vê-se assim que é uma tecla bem batida a coesão e a união, o que na verdade, está acontecendo. Sou novato, nesta Casa, mas quando se fala em Nordeste todos os Senadores da região estão acordes, imbuídos do mesmo desejo de fazerem vitoriosas as reivindicações que são feitas junto ao Poder Central, em prol do sofrido Nordeste. Isto vem acontecendo também com a Amazônia, com uma bancada unida e fervorosa lutando pelo bem-estar de seu povo.

O nobre Senador Evandro Carneira, quando fala na rua Amazônia, o faz com entusiasmo imenso. Isto é que é importante. O povo precisaria conhecer melhor as suas representações nas Casas Legislativas da República, porque muitos pensam que aqui vivemos à "tripa forra" sem olharmos para os problemas regionais, como se apátridas fôssemos.

Sente-se no Senado o constante trabalho das Bancadas: ora é o Senador do Pará lutando por Carajás e Tucuruí, ora são os representantes do Nordeste pedindo a revitalização da SUDENE; ora são os representantes do Sul propugnando pelo carvão de Santa Catarina, todos dispostos a puxarem a "brasa" para as suas regiões, o que vem demonstrar, que nós, representantes do povo brasileiro no Senado da República, temos ciência e consciência da nossa responsabilidade como representantes de um povo que merece melhor tratamento por parte do Poder da República. Feitas essas primeiras considerações, irei agora reportar-me à segunda parte da "enquete" do Jornal *O Globo* exatamente aquela que diz respeito a participação do Congresso Nacional na SUDENE! Apenas dois Governadores discordaram, achando que não, isto pelo fato dos Governadores já representarem administrativa e politicamente os seus Estados; mas outros são coerentes em dizer justamente isso: não obstante representem administrativa e politicamente, em muitos e muitos casos, são *minoría* no colegiado!

A maioria dos governantes concorda com a participação do Congresso Nacional, mesmo sem ter direito a voto, apenas para discutir. Não se compreende que se discuta um assunto e não se tenha direito ao voto. Devo citar, aqui, por exemplo, apenas os discordantes, o Governador Lucídio Portella, do Piauí e o Governador Tarcísio Burity que disse:

"Acredito que os Governadores que participam, além do aspecto administrativo, representam também o político. É mais que suficiente."

Parece-me que apenas o Governador de Minas Gerais não disse nem que *sim* nem que *não*, antes pelo contrário...

Minha opinião é que deve existir uma representação do Congresso Nacional com direito de voto na SUDENE, cuja representação seria composta pelos representantes do Nordeste. Seria o caso de participar da SUDAM, Superintendência da Amazônia, representantes do Pará, do Amazonas, de Roraima, Amapá e Rondônia. Não seria nada demais, pelo contrário, seriam talvez mais movimentadas as discussões e o Congresso Nacional sentir-se-ia prestigiado em particular de órgãos de alta representatividade como a Superintendência do Nordeste, e a Superintendência da Amazônia.

O Sr. Alberto Silva (ARENA — PI) Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. ALMIR PINTO (ARENA — CE) — Pois não.

O Sr. Alberto Silva (ARENA — PI) — Eu gostaria, Senador, de ouvir quais foram os Governadores que têm assento na SUDENE que foram contrários a essa proposição.

O SR. ALMIR PINTO (ARENA — CE) — Diz aqui o Governador da terra de V. Ex*:

Lucídio Portella — “Absolutamente, não acho razoável. Acho que o Conselho Deliberativo deve continuar formado como está e apenas com representação do Senado e da Câmara, mas sem direito a voto”.

S. Ex* admite que deve permanecer como está, mas que se tivesse a representação do Congresso Nacional esta não teria direito a voto.

O outro Governador é o Sr. Tarcísio Burity, da Paraíba que assim se expressa: “Acredito que os Governadores que participam, além do aspecto administrativo, representam também o político. É mais do que suficiente”. O Governador Tarcísio Burity acha mais que suficiente a presença dos Srs. Governadores.

O Sr. Alberto Silva (ARENA — PI) — Então, eu queria apenas concluir o meu aparte, Senador. Estou de pleno acordo com a proposição de V. Ex* e acho que o Congresso, os representantes dos Estados nordestinos deveriam ter assento na SUDENE, por todas as razões, por serem parte integrante da política dos seus Estados e porque não reconheço na pessoa dos Governadores representar o administrativo e o político ao mesmo tempo. Penso que devem ter assento com direito a voto.

O SR. ALMIR PINTO (ARENA — CE) — Agradeço o aparte de V. Ex* e acredito, que seja o consenso de todos os representantes do Senado.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex* por me permitir, nesta quase tarde-noite, ao final do expediente, eu pudesse deixar transcrito nos Anais do Senado o nosso pensamento que é, na sua grande maioria, o pensamento dos Srs. Governadores do Nordeste, em relação à SUDENE. A SUDENE necessita de ser revitalizada; a SUDENE não pode permanecer apenas com os 18% daqueles 100% de que dispunha, em 1962. A SUDENE deve ser revitalizada e acredito que o seja porque conheço o pensamento de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República João Baptista Figueiredo. Creio piamente que Sua Excelência continuará com suas vistas voltadas para o Norte e Nordeste brasileiros, carentes que são da ajuda governamental.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ LINS NA
SESSÃO DE 4-9-79 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORA-
DOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Na sessão de ontem, o nobre Senador Henrique Santillo proferiu um discurso no qual abordou uma tal miscelânea de temas que seria difícil, comentá-lo, de uma só vez.

Há, porém, um ponto desse discurso que me apresso a responder — refiro-me às referências feitas ao Projeto Jari, — por uma razão muito simples: uma comissão do Senado está seguindo, nestes dias, para visitar esse projeto e outras áreas da Amazônia, além disso, no dia 13 deste mês o Ministro Mário Andreazza, virá à Comissão do Interior, desta Casa, para falar especificamente sobre o Projeto Jari.

Ora, Sr. Ex* o Senador Henrique Santillo diz, no seu discurso, o seguinte:

“O Ministro Mário Andreazza iniciou sua gestão prometendo conter todos os projetos agroindustriais do tipo do Jari e Volkswagen, mas, como nas demais promessas de um governo há 15 anos voltado para os interesses de potências estrangeiras, não tomou qualquer providência”.

Não mais injusto, Sr. Presidente.

Mas diz mais S. Ex*:

“Com o Projeto Jari, a soberania brasileira foi para a casa do chapéu...”

Essa a expressão que usa S. Ex*:

“... pois a Jari conseguiu quebrar, uma por uma, todas as posturas jurídicas que garantem a soberania brasileira sobre a foz do Amazonas.”

Diz ainda S. Ex*:

“Ali, como todos sabem, por denúncias repetidas, apresentadas na imprensa e no Congresso Nacional, já não existem representações de poderes; não há prefeitos, não há vereadores, não há Câmara de Deputados...”

E por aí, Sr. Presidente, S. Ex* dá curso ao diapasão de seu discurso.

Sr. Presidente, o Projeto Jari já não é tão desconhecido: ele não constitui elemento ou fato isolado que possa representar fator que ponha em risco a segurança ou a soberania nacional. Ao contrário, o mesmo se insere e se enquadra dentro de toda uma filosofia e uma estratégia de ocupação da Amazônia, e de integração daquela região com as demais macrorregiões do País.

Nos últimos quinze anos, Sr. Presidente, instrumentos dos mais efetivos vêm sendo postos em ação, como suporte ao desenvolvimento da Amazônia, instrumentos estes que têm sido discutidos, aliás, com brilhantismo, pelo Senador Evandro Carneira e outros colegas desta Casa, que têm desejado aprimorá-los, reduzir seus graus de imperfeição. Mas, o fato é que o isolamento da Amazônia está começando a ser quebrado.

A ação da SUDAM, do BASA, da SUFRAMA, o apoio dos incentivos fiscais e financeiros aos projetos agroindustriais, que naturalmente precisam ser aperfeiçoados dentro de uma dinâmica mais adequada à região, constituem segmentos essenciais dessa estratégia de ocupação da Amazônia.

A abertura dos grandes eixos rodoviários iniciados nesta década, a rede de aeroportos construídos, o reforço da infra-estrutura energética, onde sobressai, por exemplo, Tucuruí, são realidades que atestam que a Amazônia começa a deixar de ser aquele grande vazio econômico, de algumas décadas atrás.

A execução do POLAMAZÔNIA, através de 15 áreas selecionadas, é outro fator de apoio aos núcleos urbanos hoje em número de 60, constituídos de pequenas e médias cidades beneficiadas, beneficiadas com a criação de atividades produtivas, naquelas áreas prioritárias.

O Projeto Jari, Sr. Presidente, faz parte, pois, de um conjunto de mais de quinhentos empreendimentos aprovados pela SUDAM, embora não receba qualquer incentivo do FINAN. Ele faz parte, entretanto, de um programa de mais alta importância para a geração de divisas para o País, o BEFLEX, através do qual, por contrato assinado em 1976, deverá proporcionar aportes de mais de 600 milhões de dólares entre 1979 e 1985, resultante este montante da exportação de celulose.

Tais exportações, que já foram iniciadas em maio último, com a entrada em operação da fábrica de celulose, há três meses, deverão proporcionar saldos líquidos de divisas no montante de 342 milhões de dólares, até 1985. Os projetos de caulim e de produção de arroz para a exportação, do Jari, também deverão trazer benefícios extraordinários para a nossa balança de pagamentos.

Todas as empresas que fazem parte da Jari estão com os seus registros e atos constitutivos perfeitamente controlados pela SUDAM, pelo BEFLEX, pelo Banco Central. Além disso, presentemente, uma comissão criada em julho último, com representantes do Ministério do Interior, do Governo do Estado do Pará e do Território do Amapá, concluiu os seus trabalhos com vistas a estudar e propor medidas efetivas para ordenar definitivamente, a presença do setor público e do Governo em todos os segmentos da área da Jari. E sobretudo agora que essas medidas se fazem mais necessárias e oportunas, porque é agora que entra em operação produtiva o projeto de celulose, depois de mais de 10 anos de início do processo de reflorestamento.

O reflorestamento, Sr. Presidente, tem, como área inicial, 30 mil hectares já em produção de *pinus caribae*, e 70 mil hectares de *gmelina*, áreas nas quais, também, são plantadas forrageiras e desenvolvidas atividades pecuárias de ampla produtividade.

O Jari, Sr. Presidente, não é, portanto, um projeto fantasma, conduzido, afrontosamente à soberania nacional; ele teve o consentimento oficial do Governo para ali se implantar. Dadas as dimensões de suas aplicações, mais de 700 milhões de dólares, até hoje, e mais de um bilhão e 200 milhões de dólares, quando completamente instalado, por muitas razões, deve merecer, por parte do Poder Público, um acompanhamento permanente e o controle das suas atividades de exportação, previstas contratualmente, de modo a que não parem quaisquer dúvidas ou motivos de apreensão quanto ao desvirtuamento eventual de seus objetivos.

Tanto os problemas de terra, desde o início registrados, e agora em exame acurado pelo INCRA, quanto o problema ecológico, ou a questão sucessória da sua propriedade, estão sob controle. Mais do que isso, as inovações que o Projeto Jari vem introduzindo, seja em reflorestamento, seja na produção de arroz, seja na pecuária, seja na produção de caulim, serão aproveitadas em outros projetos de outras iniciativas na Amazônia, porque, ao con-

trário do que alguns pensam, 95% de todos os técnicos do Jari, assim como toda a mão-de-obra, são genuinamente brasileiros.

Sr. Presidente, o Projeto Jari não está levando "às favas" ou "à casa do chapéu" a soberania brasileira. Não é verdade que inexistem os municípios, como aqui foi referido; que não "inexistem" as prefeituras ou os vereadores, como foi propalado. Essas informações malévolas merecem ser julgadas com mais consciência. Há prefeitos, sim, na região, inclusive porque aqueles municípios são considerados área de Segurança Nacional.

Sr. Presidente, o que o Sr. Ministro Mário Andreazza prometeu está sendo cumprido: o levantamento de todas as condições do Projeto Jari e quanto a isso a elaboração de um relatório já foi concluída e o documento entregue ao Ministério do Interior.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Pois não.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Nobre Senador José Lins, admiro sinceramente a sua ingenuidade, porque ela me autoriza a crer ainda no angelical, em seres ainda não poluídos. V. Ex^a é de uma ingenuidade a toda prova. Ora, o projeto vem-se desdobrando desde 1966, e só agora, com a grita da opinião pública nacional houve a visita ao local do projeto do Ministro da Marinha e de outros Ministros, inclusive do Sr. Mário Andreazza; todos eles, ao retornarem, reconheceram que o projeto não constitui ameaça, mas não avalizariam outro igual, não autorizariam outro igual.

Eu pergunto, meu ilustre Senador, onde é que está o dente de coelho nesse não avalizariam não endossariam outro igual? Está tudo certinho, está tudo muito bem, mas nós não autorizariamos outro projeto igual, porque até esta data o Sr. Daniel Ludwig, sátrapa de uma satrapia de trinta mil quilômetros quadrados, que açambarca a área de vários municípios, nunca se interessou para a constituição administrativa do município, isto é, existência de prefeitura, delegacia, promotor, juiz, nada.

Somente agora, sob pressão do Governo, do novo Governo, já do Governo Figueiredo, é que ele está consentindo — e, veja bem, consentindo com relutância. O próprio Ministro do Exército já declarou que vai instalar lá — e já deveria estar instalado há muito tempo — pelo menos um pelotão do Exército.

Aquela área controla o canal norte, na desembocadura do rio Amazonas; estão lá há 13 anos, sem nenhuma participação da autoridade brasileira; não se sabe o que entra nem o que sai; têm um aeroporto e um porto fluvial e não se sabe o que entra nem o que sai.

Agora é que o Ministro da Marinha decidiu instalar uma agência da Capitania dos Portos.

Nobre Senador, a verdade é que o atual Governo não quer comprometer os anteriores denunciando o projeto como de alta periculosidade para a segurança nacional; alta periculosidade, porque nós não sabemos das ligações do Sr. Daniel Ludwig e elas não são nacionais, tanto não são que ele coloca como seu herdeiro o Instituto Pró-Câncer, na Suíça, ele não fez o Governo brasileiro seu herdeiro; ele prefere uma instituição estrangeira, numa demonstração eloquente de que as suas ligações são mais alienígenas. Se houvesse um entrevero do qual o Brasil participasse, o Sr. Daniel Ludwig *poderia* ceder aquela área. O aeroporto é um campo até para *Constellation*, comporta até B-29, até Boeing pode aterrisar lá. Logo o projeto nos deixa preocupado como deixou preocupado o ilustre Senador Henrique Santillo, desde que o Sr. Mário Andreazza e o Sr. Ministro da Marinha não autorizariam ou avalizariam outro igual.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Senador Evandro Carreira, admiro profundamente o seu interesse pelos problemas da Amazônia, mas não comungo com V. Ex^a desse pavor pelo projeto, quanto à soberania nacional. Saiba V. Ex^a o seguinte: primeiro, não é verdade que o projeto tenha trinta mil quilômetros quadrados de área. O total do projeto é de dezesseis mil quilômetros quadrados. A área pertencente ao Sr. Ludwig atualmente de apenas três mil quilômetros quadrados, um décimo, portanto, do que V. Ex^a afirma. O aeroporto maior, existente na área do projeto está passando, agora, para o Ministério da Aeronáutica, V. Ex^a de certo não está a par disso...

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Agora!...

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Agora que o projeto entra em operação, agora que entra em produção a primeira unidade fabril.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Nobre Senador, o Projeto Jari já atua com aeroportos há dez anos.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — É claro, há dez anos. Mas quantos projetos agropecuários da Amazônia têm aeroportos? Quase todos. Não se faz viagem na Amazônia sem apoio de aeroportos, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Comunico a V. Ex^a nobre Senador José Lins, que só dispõe de cinco minutos para concluir seu discurso.

O SR. JOSÉ LINS (ARENA — CE) — Sr. Presidente, vou terminar reafirmando que o Ministro Mário Andreazza prometeu e está cumprindo o que prometeu. Está fazendo um completo levantamento sobre a situação do Projeto Jari. Os relatórios estão prontos e S. Ex^a dará informações completas sobre ele no próximo dia 13 deste mês. No dia 12 de julho, Sr. Presidente, S. Ex^a criou, juntamente com o Governo do Pará e do Amapá, um grupo especial para uma completa avaliação do projeto.

Solicito de V. Ex^a que faça transcrever, neste discurso, os documentos relativos à formação desse grupo. Informo ainda a V. Ex^a que o relatório já foi entregue ao Ministério do Interior. Tenho também em mãos outros documentos, dos quais não darei conhecimento a este Plenário para não me antecipar ao pronunciamento do Ministro Mário Andreazza que certamente fará-lo muito melhor do que eu.

Concluo, Sr. Presidente, informando que aqueles que realmente se preocupam com o Projeto Jari terão brevemente a oportunidade de saber quem tem mais razão, se aqueles que fazem denúncias às vezes sem conhecimento de causa ou se aqueles que, realmente, estão trabalhando por este País.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ LINS, EM SEU DISCURSO:

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA OF. GS. Nº

Belém — Pará
Em 3 de setembro de 1979

Exmo. Sr.
Cel. Mario David Andreazza
DD. Ministro de Estado do Interior
Ministério do Interior
Esplanada dos Ministérios
BRASÍLIA—DF

Senhor Ministro:

Temos a grata satisfação de vir à presença de Vossa Excelência para apresentar o Relatório dos Trabalhos da Comissão constituída pelo Protocolo firmado entre o Ministério do Interior, o Governo do Estado do Pará e o Governo do Território Federal do Amapá, com a finalidade de estudar e propor as medidas institucionais e administrativas julgadas cabíveis para o alcance dos propósitos, ali enunciados, com relação à crescente importância que vem assumindo o Projeto Jari no desenvolvimento econômico e social da Amazônia.

A Comissão preocupou-se, acima de tudo, em apresentar a Vossa Excelência todas as sugestões e alternativas possíveis visando uma perfeita e completa definição da presença do governo brasileiro na região onde se situa o Projeto Jari.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e profundo respeito. Elias Sefer, Coordenador Superintendente da SUDAM.

PROTOCOLO ENTRE O MINISTÉRIO DO INTERIOR O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ E O GOVERNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ.

O Ministério do Interior, neste ato representado pelo Ministro Mário David Andreazza; o Governo do Estado do Pará, representado pelo Governador Alacid da Silva Nunes, e o Governo do Território Federal do Amapá, representado pelo Governador Annibal Barcelos, considerando:

— a crescente importância que vem assumindo o Projeto Jari no desenvolvimento econômico e social da Amazônia;

— a mobilização de milhares de trabalhadores realizada pelo empreendimento;

— o vulto das obras de infra-estrutura já realizadas pelo empreendimento, inclusive no campo social;

— a necessidade de promoção de serviços públicos indispensáveis ao bem-estar da comunidade de trabalhadores e de seus familiares;

— a necessidade de prestação de serviços inerentes ao Poder Público, relacionados com a administração da Justiça, segurança pública e fiscalização do cumprimento da legislação;

— a necessidade de maior acompanhamento das atividades do Projeto, no comum interesse do seu desenvolvimento e da promoção sócio-econômica da comunidade a ele associada direta ou indiretamente, resolvem:

1º Constituir Comissão, integrada pelo Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, na qualidade de Coordenador, e por representantes dos Governos do Estado do Pará e do Território Federal do Amapá, com a finalidade de, no prazo de 60 (sessenta) dias, estudar e propor as medidas institucionais e administrativas julgadas cabíveis para o alcance dos propósitos enunciados neste protocolo;

2º Autorizar a Comissão ora instituída a solicitar a colaboração ou o assessoramento de outros órgãos públicos federais, estaduais e municipais;

3º Orientar os trabalhos da Comissão de que trata este protocolo, no sentido de que sejam desenvolvidos em estreita articulação com os demais órgãos públicos interessados e em especial, com as Prefeituras dos Municípios onde se acha localizado o Projeto Jari: Almeirim (PA) e Mazagão (AP);

4º Indicar para exame especial pela Comissão ora instituída a conveniência de construção de rodovia ligando a sede do Município de Almeirim aos principais núcleos urbanos existentes no Projeto Jari e a instalação de núcleos administrativos junto ao empreendimento.

Belém, 12 de julho de 1979, — **Mario David Andreazza**, Ministro de Estado do Interior — **Alacid da Silva Nunes**, Governador do Estado do Pará — **Annibal Barcelos**, Governador do Território Federal do Amapá.

ATO DO PRESIDENTE Nº 27, DE 1979

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003758/79, resolve aposentar Renê Nunes, no cargo de Técnico Legislativo, Classe Especial, Código SF-AL-011, Referência 57, do Grupo-Atividades de Apoio Legislativo do Quadro Permanente do Senado Federal, com base nos artigos 101, inciso III, e 102, inciso I, alínea a da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 403, inciso II, 404, inciso I, e 392, § 4º da Resolução SF nº 58, de 1972 e artigo 405, inciso IV, § 2º da mesma Resolução alter-

rado pela Resolução SF nº 30, de 1978, com proventos integrais acrescidos de 20% e a gratificação adicional a que tem direito na forma do artigo 3º da Lei nº 5.903 de 1973 e o artigo 10 da Lei nº 4.345, de 1964, observando-se o disposto no artigo 102, § 2º da Constituição.

Senado Federal, 5 de setembro de 1979. — Senador **Luiz Viana**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 28, DE 1979

O Presidente do Senado Federal, no uso das suas atribuições regimentais, resolve designar Peóla Cardoso Raulino, Técnico Legislativo, Classe "Especial", Referência 57, do Quadro Permanente, para substituir Adélia Leite Coelho, Diretora da Subsecretaria de Biblioteca, código SF-DAS-101.3, do Quadro Permanente, durante o período de seu afastamento em gozo de férias.

Senado Federal, 5 de setembro de 1979. — Senador **Luiz Viana**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 29, DE 1979

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003503/79, resolve aposentar Lázaro de Freitas, no cargo de Técnico Legislativo, Classe "C", Código SF-AL-011, Referência 56, da Categoria Funcional de idêntica denominação, do Grupo-Atividades de Apoio Legislativo do Quadro Permanente do Senado Federal, com base nos artigos 101, inciso II, e 102, inciso I, alínea a da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 403, inciso II, 404, inciso I, e 392, § 4º da Resolução SF nº 58, de 1972 e artigo 405, inciso IV, § 2º da mesma Resolução alterado pela Resolução SF nº 30, de 1978, com proventos integrais acrescidos de 20% e a gratificação adicional a que tem direito na forma do artigo 3º da Lei nº 5.903, de 1973 e o artigo 10 da Lei nº 4.345, de 1964, observando-se o disposto no artigo 102, § 2º da Constituição.

Senado Federal, 5 de setembro de 1979. — Senador **Luiz Viana**, Presidente do Senado Federal.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

11ª REUNIÃO, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 1979

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e oito de junho de mil novecentos e setenta e nove, na Sala Ruy Barbosa, presentes os Senhores Senadores Tarso Dutra — Presidente, Lomanto Júnior, Henrique de La Rocque, Mendes Canale, Aloysio Chaves, Saldanha Derzi, Pedro Pedrossian, Mauro Benevides, Amaral Peixoto e Paulo Brossard, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Bernardino Viana, Aderval Jurema, Almir Pinto, Lenoir Vargas, José Sarney, Nelson Carneiro, Itamar Franco, José Richa e Tancredo Neves.

Ao constatar a existência de *quorum* regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, sendo, na oportunidade, lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A seguir, são apreciadas as seguintes proposições:

Projeto de Decreto Legislativo nº 09/79 — Aprova o texto do Acordo sobre Imunidades, Isenções e Privilégios do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata no Território dos Países Membros, aprovado na IX Conferência de Chanceleres da Bacia do Prata, a 9 de dezembro de 1977.

Relator: Senador Mendes Canale

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer

Projeto de Decreto Legislativo nº 14/79 — Aprova o texto do Acordo Internacional do Açúcar, concluído em Genebra, a 7 de outubro de 1977.

Relator: Senador Amaral Peixoto

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer

Logo após, torna-se secreta a reunião, a fim de ser apreciada a Mensagem nº 103, de 1979, do Senhor Presidente da República, "submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Senhor Alberto Vasconcellos da

Costa e Silva, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Nigéria (Relator — Senador Tarso Dutra).

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cândido Hipertt, Assistente da Comissão, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

5ª REUNIÃO, REALIZADA EM 5 DE SETEMBRO DE 1979

Às onze horas do dia cinco de setembro do ano de mil novecentos e setenta e nove, na Sala de reuniões do Anexo "B", presentes os Srs. Senadores Arnon de Mello, Presidente, Alberto Silva, João Calmon e Affonso Camargo, reúne-se a Comissão de Minas e Energia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Luiz Cavalcante, Milton Cabral, Dirceu Cardoso, Itamar Franco e Henrique Santillo.

Constatada a existência de número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, sendo dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que em seguida é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Alberto Silva que emite parecer pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1979, que "autoriza a transferência do domínio de bens encampados, anteriormente vinculados à concessão da extinta Companhia Hidro Elétrica de Boa Esperança — COHEBE".

Submetido à discussão e votação, é o parecer aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Guilherme Thees Ribeiro, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

10ª REUNIÃO, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1977

Às dez horas do dia vinte e oito de abril do ano de mil novecentos e setenta e sete, na Sala "Clóvis Beviláqua", sob a Presidência do Sr. Senador João Calmon e a presença dos Srs. Senadores Ruy Santos, Evelásio Vieira, Henrique de La Rocque, Mattos Leão, Adalberto Sena, Arnon de Mello, Heitor Dias, Cattete Pinheiro, Otto Lehmann, Ruy Carneiro, Lenoir Vargas, Osires Teixeira, Agenor Maria, Itamar Franco, Danton Jobim, Luiz Viana, Braga Júnior, Augusto Franco, Benedito Ferreira, Teotônio Vilela, Dinarte Mariz e Marcos Freire e os Srs. Deputados Prisco Viana, Adriano Valente, Lauro Leitão, Raimundo Parente, Cleverson Teixeira, Igo Losso, Nina Ribeiro, Nelson Marchesan, Carlos Wilson, Alcyr Pimenta e Luiz Rocha e os Srs. José Carlos de Azevedo, Reitor da Universidade Nacional de Brasília, Padre José Vasconcellos, Presidente do Conselho Federal de Educação, Professora Anna Bernardes, Diretora do Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura, Arlindo Lopes Corrêa, Presidente do MOBRAF e o Sr. Ministro Fontoura, do Tribunal de Contas da União, são abertos os trabalhos para a elaboração do Projeto Educação.

O Sr. Presidente, Senador João Calmon, após algumas palavras elogiosas, faz ingressar no recinto o Exmº Sr. Ney Braga, Ministro da Educação e Cultura, convidando-o a assumir o lugar de honra à Mesa.

Ao conceder a palavra ao Sr. Ministro, o Sr. Presidente assinala o regozijo e a honra da Comissão de Educação e Cultura e dos demais presentes em contar com a presença de tão ilustre convidado para proferir palestra seguida de debates.

Inicialmente, o Sr. Ministro Ney Braga fala da preocupação do Ministério da Educação e Cultura reconhecer instituições da mais alta valia e afirma que se analisarmos o que era antes, em termos de aparelhamento de laboratórios, etc., podemos verificar o grande passo que foi dado no ensino brasileiro e defende as muitas instituições que, realmente, honram o Brasil, pela qualidade do ensino que ministram.

Prosseguindo, salienta que ao assumir o Ministério, procurou elaborar política para os três setores da atividade do Magistério. A política da educação, a política da cultura e a política da educação física e desportos. Desde o início não teve preocupação de introduzir novas reformas, mesmo porque as reformas são muito recentes e elas estão sendo implantadas gradativamente. Porém, uma das preocupações é a escolarização em oito anos para todo o Brasil.

Em seguida, o Sr. Ministro discorre sobre os pontos fundamentais em que se preocupa: o ensino humanístico ao lado do técnico; a qualidade e a quantidade, oferta de vagas, a criação de centros de integração — empresa/escola, a educação pré-escolar, 1º e 2º graus, formação de professores, bolsa do 1º grau, ensino superior, etc.

Estamos, realmente, procurando desenvolver aquilo que desejávamos — concluiu o ilustre orador. Pode haver deficiências, mas temos que viver a realidade. O que não falta é compreensão e vontade de receber colaboração.

Após a exposição do Sr. Ministro, usam da palavra, pela ordem de inscrição, como debatedores, os Srs. Senadores Evelásio Vieira, Henrique de La Rocque, Agenor Maria, Adalberto Sena, Itamar Franco, Deputado Menandro Minahim e o Senador Benedito Ferreira.

Finalizando, o Sr. Presidente, Senador João Calmon, renova, em nome da Comissão e dos presentes, os agradecimentos ao Ministro Ney Braga pela sua primorosa e magistral exposição, confirmando ser o Sr. Ministro, um homem do diálogo, determinando, em seguida, que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

ANEXO À ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1977. DESTINADA A OUVIR A PALESTRA, SEGUIDA DE DEBATES, DO SR. NEY BRAGA, MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador João Calmon

Vice-Presidente: Senador Evelásio Vieira

Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião*(Sem revisão do Orador)*

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Exmo. Sr. Senador Petrônio Portella, Presidente do Senado e do Congresso Nacional, que tanto nos honra com a sua presença, neste momento; Sr. Ministro da Educação e Cultura Ney Braga; Srs. Dirigentes do Ministério da Educação; Pe. José Vasconcellos, Presidente do Conselho Federal de Educação; Srs. Senadores e Srs. Deputados:

Logo após a minha eleição para a Presidência da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, tomei a iniciativa de visitar o Ministro Ney Braga, que todos nós consideramos ainda, sentimentalmente, como integrante desta Casa. S. Exª deixou traços indeléveis de sua fulgurante passagem pelo Senado da República; conquistou, ao longo de toda a sua vida pública, no Paraná e nesta Casa, a gratidão, a admiração e a simpatia de todos nós.

Durante a minha visita ao titular da Pasta da Educação e Cultura, S. Exª anunciou que iria retribuir a minha visita, comparecendo a esta Comissão. No decorrer do nosso encontro, expus-lhe, em linhas gerais, o projeto que eu lançara ao tomar posse nesta Comissão, com a aprovação unânime de meus colegas. A nossa Comissão, ao longo de dois anos — 1977/1978 — procuraria elaborar um projeto educação, na base de um pacto nacional suprapartidário, que teria como objetivo oferecer uma preciosa colaboração aos futuros Presidentes da República. Não se trataria de um projeto educação para o ano 2000. Trata-se de um projeto educação a ser cumprido a partir de 1979, com a duração previsível de, pelo menos, 20 a 25 anos. Portanto, o Projeto Educação seria cumprido, ao longo de um período de cerca de 22 anos, até o ano 2000.

Ninguém poderia sonhar com a solução do problema da Educação, em nosso País, a prazo curto ou mesmo a médio prazo. Aproveitaríamos, nesses dois anos, a colaboração não apenas do atual Ministro da Educação, que adquiriu uma rica experiência no decorrer de sua gestão no MEC, mas também a experiência de cinco ex-Ministros de Estado, que são membros da nossa Comissão. Desses cinco ex-Ministros, três foram titulares do MEC: Gustavo Capanema, Tarso Dutra e Jarbas Passarinho. Dois outros foram, também, Ministros: Franco Montoro, do Trabalho, e Cattete Pinheiro, da Saúde. Além desses cinco ex-Ministros de Estado, a nossa Comissão é integrada por cinco ex-Governadores de Estados, que sofreram todas as agruras da falta de recursos financeiros para o setor da Educação. São eles os Senadores Helvídio Nunes, Arnon de Mello, Jarbas Passarinho, Adalberto Sena e Gustavo Capanema. Além desses parlamentares, convocaríamos, para participação nesse Projeto Educação, o atual Deputado Federal Brígido Tinoco, que também foi Ministro da Educação e da Cultura. Seriam convocados, ainda, todos os ex-Ministros da Educação. Em certo momento, quando se cogitou dos nomes a serem convocados para colaborar nesse Projeto Educação, surgiu uma indagação sobre a conveniência ou não de serem convocados ex-Ministros que tiveram os seus direitos políticos cassados pela Revolução de março de 1964.

Por iniciativa do Senador Jarbas Passarinho, ficou decidido, por unanimidade, que não seriam excluídos da lista de ex-Ministros os cassados pela Revolução, porque segundo o ex-Ministro Jarbas Passarinho, S. Exª, como titular do MEC, inaugurara a Galeria de ex-Ministros da Educação, incluindo os que tiveram os seus direitos políticos cassados ou suspensos por 10 anos pela Revolução. Ainda mais, o ex-Ministro da Educação afirmou que, como antigo oficial do Exército, sabia que, nas paredes das várias unidades do glorioso Exército de Caxias, continuavam as fotografias dos comandantes que também foram atingidos pelas penalidades revolucionárias. Ficou decidido, então, que convocaríamos todos os ex-Ministros da Educação.

A partir desse momento, estabeleci os contatos com os primeiros ex-Ministros da Educação, por ordem cronológica. E já aceitaram o nosso convite os ex-Ministros Pedro Calmon, Clemente Mariani e Antônio Balbino.

Colaborariam, também, na elaboração do Projeto Educação, o atual Presidente do Conselho Federal de Educação, Pe. José Vasconcellos, que tanto nos honra com a sua presença, e os ex-Presidentes do Conselho Federal de Educação. No elenco de colaboradores do Projeto Educação constam, ainda, todos os expoentes da Educação em nosso País.

Por iniciativa, também, do ex-Ministro Jarbas Passarinho, esta Comissão terá a preocupação de convidar expoentes da Educação que defendam pontos de vista contrários aos da atual política educacional do País. Segundo o Senador Jarbas Passarinho, que é, hoje, membro desta Comissão, S. Exª estimaria muito poder dialogar, nesta Comissão, com alguns expoentes da Educação que teceram numerosas críticas à sua orientação, quando titular do MEC, e citou textualmente um deles, que escreveu um livro intitulado *De Pombal a Passarinho*.

O Ministro Ney Braga, ao ser visitado por mim, manifestou o seu aplauso irrestrito à iniciativa da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal. Prometeu, ao mesmo tempo, colocar à disposição da nossa Comissão os

dirigentes de todos os departamentos do MEC, para que colaborassem com a Comissão de Educação e Cultura da Câmara Alta.

Posteriormente, tive a iniciativa de propor um projeto educação de âmbito estadual. Visitando a Assembléia Legislativa do Pará, sugeri que todas as demais Assembléias também elaborassem um projeto educação de âmbito estadual, seguindo as linhas gerais do programa desta nossa Comissão. Seriam convocados pelas Assembléias Legislativas os ex-Secretários de Educação, os ex-governadores, o atual secretário da Educação, o atual governador, os atuais e os ex-presidentes dos conselhos estaduais de Educação, bem como os exponents da Educação em cada Estado.

Essa iniciativa foi aprovada, também por unanimidade, pela nossa Comissão, e já recebi telegramas de cinco Assembléias Legislativas — de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Maranhão, da Bahia e do Pará — comunicando-me que estavam dispostas a iniciar a elaboração desse Projeto Educação de âmbito estadual.

No mês de junho, do próximo ano, receberemos esses projetos de educação de âmbito estadual. Teremos, assim, completado um diagnóstico nacional da Educação; teremos um retrato de corpo inteiro da Educação em nosso País.

Com a experiência do atual e dos ex-Ministros da Educação e de todos os expoentes no setor, não nos limitaremos a fazer o diagnóstico, tentaremos indicar a terapêutica, os remédios, para a solução do problema da Educação que não pode, obviamente, ficar na dependência apenas da dedicação, do esforço e do patriotismo de um Presidente da República ou de um Ministro da Educação. É necessária a mobilização de todos os governantes e governados, de tal maneira que seja feito um mutirão nacional para a solução do problema da educação, pelo menos até o ano 2000.

Ao longo desses dois anos, procuraremos esclarecer alguns pontos da maior importância que, infelizmente, ainda são muito controvertidos; um deles se refere à percentagem dos dispêndios públicos com a Educação em relação ao Orçamento Geral da União e aos orçamentos dos Estados e dos Municípios.

De acordo com algumas informações, inclusive da Assessoria Legislativa do Senado, atualmente, o percentual do Orçamento Geral da União para a função Educação gira em torno de quase 8%. De acordo com outras informações, e para efeito de comparação com exercícios anteriores, esse percentual aparece girando em torno de 12%. Finalmente, no plenário do Senado, já foi feita a afirmação, na base da maior seriedade, de que o percentual do Orçamento Geral da União para a função Educação gira em torno de 20 ou de 24%. Não é possível que nós, Senadores, continuemos a debater qual é o percentual do Orçamento Geral da União para a função Educação!

Em virtude dessa controvérsia, o Brasil aparece, no Anuário da UNESCO, colocado abaixo de 79 países em dispêndios públicos com a Educação, em relação do Produto Nacional Bruto.

Aqui, através desta Comissão, e contando com a colaboração do Ministério das Relações Exteriores, tenho tentado em vão uma retificação da UNESCO, em relação a essa posição realmente humilhante, em que o Brasil aparece naqueles anuários, que circulam amplamente no mundo capitalista e no mundo socialista.

O problema do percentual gira, principalmente, em torno do seguinte ponto: para efeito do cálculo do percentual, exclui-se uma determinada quantia que representa, no Orçamento Geral da União, 30% do total da receita. Essa quantia é representada por fundos, que têm uma destinação específica como, por exemplo, o Imposto sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos, o Imposto sobre Operações Financeiras, e outras verbas do mesmo tipo.

É necessário que o Brasil, finalmente, através desta Casa, chegue a uma conclusão: se o Governo Federal está gastando 8%, 12% ou 20%, e se o Brasil é mesmo o 80º país do mundo em dispêndios públicos com Educação, ou se ele está sendo vítima da má vontade da UNESCO.

Por outro lado, os Estados afirmam que gastam 20, e até um pouco mais de 20%, dos seus orçamentos, com Educação. Entretanto, neste livro, lançado recentemente pelo Senado, em que reúne toda a documentação sobre a proposta de emenda à Constituição, procurando restabelecer um percentual dos orçamentos federal, estaduais e municipais para a Educação, inclui uma carta do Secretário de Educação do Estado de São Paulo, Professor José Bonifácio Coutinho Nogueira, com a autoridade do cargo que ocupa de Secretário da Educação da Unidade da Federação que mais gasta com Educação, e até o ano passado dispunha de uma verba superior à do Ministério da Educação e Cultura para todo o Brasil — fenômeno que, hoje, graças ao Presidente Geisel e ao dinâmico Ministro Ney Braga, já não ocorre — afirma ele que, na realidade, os Estados não estão gastando nem 10% da sua receita com a Edu-

cação. Afirmo ele, ainda, que para ser encontrado esse percentual é excluída a receita do ICM.

Não é possível que continuemos, indefinidamente, com a impressão falsa de que estamos gastando, nos Estados, 20% dos orçamentos com a Educação. E, agora mesmo, um ex-Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, Deputado Álvaro Valle, divulgou um levantamento, feito sob a responsabilidade da sua Comissão em todo o Brasil. Esse levantamento indica que 110 municípios brasileiros não gastam um centavo, sequer, com Educação, apesar da clareza da lei que lhes impõe a obrigação de gastarem, pelo menos, 20% na área da Educação. Outros municípios, segundo o levantamento daquela mesma comissão, limitam-se a gastar Cr\$ 10,00 por ano com Educação.

Esta é, realmente, uma situação que precisa ser esclarecida, e o melhor fórum para esse esclarecimento é, sem dúvida alguma, o Congresso Nacional.

Outro ponto é que tem sido muito controvertido em todos os debates, aqui na nossa Comissão, e que, inclusive, recebeu uma preciosa colaboração da Professora Anna Bernardes, Diretora do Departamento de Ensino Fundamental, quando fez magistral conferência, num simpósio sobre a problemática educacional do Brasil, aqui no Senado Federal, esse ponto gira em torno da taxa de escolaridade do nosso País.

Divulga-se — e não é inverdade — que a taxa de escolaridade no Brasil gira em torno de 86%. Aritmeticamente, essa afirmação é verdadeira, mas transmite aos brasileiros a falsa impressão de que estamos no limiar da universalização do ensino de 1º Grau. Se o ideal é 100% e o Brasil já atingiu a taxa de 68%, deveremos nos considerar quase felizes, porque estamos quase no limiar da concretização do ideal da universalização do ensino.

O que é importante não é afirmar ou informar que a taxa de escolaridade é de 86%, o importante é exibir os dados fornecidos pelo Ministro Ney Braga e pela Professora Anna Bernardes, bem como pela Professora Terezinha Saraiva, na Escola Superior de Guerra. Segundo esses dados, apenas 9% das crianças brasileiras terminam o curso de 1º Grau. Ora, a Constituição brasileira afirma que os poderes públicos são obrigados a garantir 8 anos de escola gratuita a 100% das crianças. No entanto, a Constituição está sendo desrespeitada, e 91% das crianças brasileiras não terminam a escola de 1º Grau.

Outro tema, sistematicamente abordado aqui na nossa Comissão, gira em torno da gratuidade indiscriminada do ensino superior.

Muitas vezes, ouvimos a declaração de que a gratuidade do ensino superior é uma conquista brasileira a ser preservada, a ser defendida com unhas e dentes. Na realidade, precisamos ter a coragem de afirmar que gratuidade do ensino superior não é uma conquista a ser preservada, mas sim uma espoliação que deve ser eliminada. Estamos dando ensino gratuito indiscriminadamente a 400 mil jovens brasileiros à custa da espoliação de milhões de crianças que estão fora das escolas de 1º Grau. Segundo a Professora Anna Bernardes, na sua conferência, cerca de 3 milhões e 500 mil crianças ou 4 milhões estão fora das escolas de 1º Grau, e 91% das crianças, entre 7 e 14 anos, evadem-se da escola de 1º Grau e não concluem a terceira série. Estamos certos de que este assunto será debatido, ao longo dos dois anos de nossa gestão aqui na Comissão de Educação e Cultura.

Outro problema, também, sempre controvertido, e que foi focalizado pelo Pe. José Vasconcellos, na sua ontológica conferência do ano passado sobre a Educação, refere-se à queda da qualidade do ensino superior em nosso País; de tal maneira que o Pe. José Vasconcellos chegou a hesitar em chamar de universidade aquela escola que vem depois do 2º Grau, referindo-se àquela coisa que aparece depois da escola do 2º Grau. Ele forneceu à Comissão de Educação dados extremamente traumatizantes sobre a queda da qualidade do ensino superior do Brasil; queda esta que preocupa tanto o Ministério da Educação que, por feliz decisão do Ministro Ney Braga, foi suspensa a autorização da instalação de novos cursos superiores no Brasil, de novas escolas superiores no Brasil.

Sabemos que há muitas escolas superiores, no Brasil, do setor privado, que são verdadeiras fábricas de diplomas, com professores sem o mínimo de qualificação, que parecem ser um excelente negócio, porque elas proliferam numa escala cada vez maior.

Ainda recentemente, li num jornal de São Paulo o balanço de uma escola de ensino supletivo, não de ensino superior. O lucro auferido por essa escola de ensino supletivo é muito superior ao total do seu capital, de cerca de cinco milhões de cruzeiros. Essa escola de ensino supletivo ganhou, no ano passado, sete milhões de cruzeiros, depois de deduzido o Imposto de Renda.

Outro problema que preocupa o Ministro Ney Braga, que lançou em caráter experimental esse projeto no Brasil, é o da municipalização do ensino. Teremos oportunidade, também, de discutir este assunto, que é da maior importância. Se levarmos em consideração que 90% dos Municípios brasileiros

têm menos de 40 mil habitantes, e se levarmos em conta, também, que, de acordo com levantamento recente do Instituto Brasileiro da Administração Municipal, 50% dos prefeitos brasileiros têm apenas o antigo curso primário de quatro anos; e o IBAM omite um detalhe: percentual dos prefeitos brasileiros que não têm, sequer, o curso primário completo; portanto, não poderiam assumir sozinho a responsabilidade do ensino de 1º Grau.

O Ministério da Educação e Cultura já está lançando esse projeto, em caráter experimental, inclusive no meu Estado, o Espírito Santo, onde o projeto de municipalização do ensino, financiado pelo MEC, vai abranger, inicialmente, 12 dos 53 Municípios.

Um outro tema, que é permanente, na Comissão de Educação e Cultura desta Casa, refere-se ao salário dos professores, dos professores de todos os níveis, mas principalmente dos professores de 1º Grau. E, ainda mais, no setor municipal, onde ainda hoje há professoras primárias municipais que ganham entre 30 e 100 cruzeiros, enquanto um presidiário, quando trabalha — e o faz quase sempre — ganha um salário mínimo, e ainda recebe casa do Estado, que é a cadeia, comida, roupa de presidiário e roupa lavada. Portanto, o presidiário ganha do Estado cerca de Cr\$ 1.500,00 por mês, enquanto a professora primária municipal, fora do controle, obviamente, do MEC, ainda ganha entre 30 e 100 cruzeiros. Ainda recentemente, fui convidado a falar num congresso de professores da Amazônia e apurei que nesta área, numa determinada cidade, a 35 km da Capital, uma professora primária municipal ainda está ganhando hoje, em 1977, apenas 35 cruzeiros por mês. E nos Estados do Centro do País uma professora primária municipal ainda ganha Cr\$ 87,60. A Comissão de Educação e Cultura vai levar adiante o Projeto Educação, no plano federal e no plano estadual. Não vamos adotar uma atitude crítica em relação ao Poder Executivo, no âmbito federal, municipal e estadual. Em última análise, o que vamos fazer é um julgamento do comportamento da sociedade brasileira em relação ao problema da Educação. Por comodismo, queremos sempre atribuir ao Governo a responsabilidade exclusiva ou quase que exclusiva da solução do problema da Educação. Entendemos, entretanto, que a educação é um problema que depende de toda a comunidade brasileira. E, sobre esse aspecto, o Brasil tem atuado de maneira extremamente criticável, porque enquanto nos Estados Unidos o esforço educacional se divide na base de 70%, poder público, e 30%, setor privado, aqui no Brasil o esforço educacional se concentra na base de 90% na área do Poder Público e de 10% apenas na área do poder privado.

Agradeço ao Ministro Ney Braga a sua presença na Comissão de Educação e Cultura e, principalmente, sua decisão de responder a indagações que lhe queiram dirigir os membros desta Comissão de Educação e Cultura e os demais Senadores aqui presentes. S. Exª está fazendo apenas uma visita de cortesia a esta Casa. Ele voltará à Comissão de Educação e Cultura, a convite nosso, no ano que vem, para dar sua inestimável contribuição à elaboração do Projeto Educação.

Neste momento, entretanto, após sua exposição ele se colocará à disposição dos nossos companheiros desta Casa, a que espiritualmente S. Exª pertence, para responder a quaisquer indagações até meio-dia, quando tem um compromisso a que não pode fugir.

O SR. NEY BRAGA — Com licença, Sr. Presidente, estou à disposição da Comissão até depois do meio-dia, e me sinto à vontade, pois creio que mais indagações não serão feitas do que aquelas que o próprio Presidente já fez.

O SR. JOÃO CALMON — Com os renovados agradecimentos ao Ministro Ney Braga e eminente Presidente Petrônio Portella, pela sua presença que tanto nos desvanece, concedo a palavra ao Ministro Ney Braga.

O SR. NEY BRAGA — É lógico que me sinto em casa. Escrevi muita coisa sobre o que estamos fazendo no Ministério, e sintetizei o que foi escrito.

Ouvi atentamente as palavras do nosso Presidente da Comissão. Vim aqui para retribuir uma visita, visitar amigos e conviver com os Senhores todos, durante alguns instantes.

Todos somos responsáveis pela educação no Brasil. Devemos realmente somar esforços. Há muitas cabeças, muitas sentenças e muitas idéias, há muitos diagnósticos, mas nós temos no Ministério o diagnóstico da educação no Brasil, e com a firmeza de propósitos que o Governo tem, enfrentando a realidade brasileira, estamos procurando resolver esses problemas. O que estamos fazendo no Ministério vou, aos poucos, dizer ao Senhores.

Inicialmente, desejaria dizer ao Presidente da Comissão de Educação e Cultura que teria muito prazer em receber — creio que foi gravado — o pronunciamento de abertura desta reunião, para que o Ministério pudesse, desde já, analisá-lo, e dentro do mais curto prazo responder indagações, que ele está em condições de responder, para que a Comissão tenha conhecimento.

Sobre os dados que são discutidos, sobre estatísticas que são aventadas, sobre a qualidade do ensino, cujo pensamento eu não comungo de que a qualidade do ensino está deteriorada, porque há realmente, bons e maus estabelecimentos, há instituições boas. E é uma preocupação nossa reconhecermos instituições da mais alta valia, e se analisarmos o que era, antes, em termos de aparelhamento de laboratórios, etc., podemos verificar o grande passo que foi dado no ensino brasileiro.

Então, vivendo e analisando com objetividade, com realismo essa situação, nós responderemos, e quero desde já defender muitas instituições que, realmente, honram o Brasil, pela qualidade do ensino que ministram.

Estávamos dizendo que, logo no início da nossa administração, procuramos elaborar política para os três setores da atividade do Magistério. Então, elaboramos a política da educação, a política da cultura e a política da educação física e desportos.

Essas políticas todas têm, no seu preâmbulo, uma parte que se pode chamar de doutrinária; depois fixa uma ação, uma estratégia de ação e finalmente, os objetivos a atingir. Na política de educação vamos focalizar, de início, a educação, nós fixamos quatro ações, que são a ação preventiva, que visa reduzir ao mínimo os fatores que afetam a eficácia do sistema educacional. Como exemplo, citamos o pré-escolar, a alimentação escolar, que é realmente uma das causas que dificultam o aproveitamento do ensino. Na ação corretiva nós visamos suprir deficiências quantitativas e qualitativas. Na ação de coerência, a articulação entre os diversos níveis e sistemas. E ação maximizadora, que é a obtenção da eficácia interna do sistema, exemplo, o aperfeiçoamento dos professores. Não nos propomos, até o final do mandato, a introduzir novas reformas. Desde o início tivemos esta preocupação, mesmo porque as reformas são muito recentes, e elas estão sendo implantadas, como a própria lei diz, gradativamente. Uma das preocupações — nós vamos talvez analisar no Ensino Fundamental — é esta que o nosso Presidente, com muito calor, ardor e patriotismo ele advoga, que é da escolarização em oito anos para todo o Brasil. Mas, a própria lei diz que isto será feito gradativamente. E nós saímos de uma estaca muito atrás, em termos de educação, se analisarmos recursos e se analisarmos metodologia, pois nos últimos anos é que demarramos. Então, é importante que analisemos a situação exata do Brasil, de ontem e de hoje, e vejamos que há anos que ele vem dando passos para resolver esse problema, que é de todos nós. Então, é a gradatividade da implantação da reforma.

Um outro ponto que focalizamos sempre em toda política é o ensino humanístico ao lado do técnico; quer dizer, é dar ao homem não só o saber mas, também, o crer. E analisarmos o mundo de hoje e verificarmos o que disse, há algum tempo, Ortega Garcez, é verdade. Quer dizer, o mundo de hoje está se tornando, assim, um mundo de bárbaros, onde há muitos sábios e pouca gente de muita cultura, de cultura mais generalizada. Queremos que o técnico tenha alma e que creia na democracia, no Brasil, nos valores fundamentais que informam a vida brasileira. Então, esse é um dos pontos que focalizamos em toda a nossa política, é o humanismo ao lado do tecnicismo. E outro é a qualidade e quantidade. A nossa preocupação, segundo o primeiro pronunciamento que fiz, quando assumi o Ministério, é que queremos mais escolas. Aliás, dizendo a frase de um médico de Belo Horizonte que ouvi num Congresso, há algum tempo, em Londrina: "mais escolas sim, más escolas não".

Em seguida fizemos, de maneira muito global e rápida, o levantamento do mercado de trabalho para que pudéssemos ofertar vagas, também em função do mercado de trabalho, porque a expansão do ensino, que estamos procurando fazer, agora, controlada, através de autorização que vamos analisar aqui. Inclusive, segundo análise do Conselho Fiscal de Educação verificamos que não vamos ofertar só as vagas que o mercado de trabalho está necessitando, vamos, também, verificar a personalidade humana, o homem que quer tirar cursos, e a isso tem direito, e outras áreas que o mercado de trabalho não absorve, mas que informam ao final, até os Paramentos e vários poderes, em escolas e mesmo fora delas criando, assim, o que se pode dizer, na literatura, na arte e vários setores da cultura, a vida da Nação, mesmo, em termos culturais.

Quanto ao mercado de trabalho, fizemos um levantamento, por exemplo: da necessidade de pólos de desenvolvimento, da exploração da bauxita, da usina de Tucuruí, criando os cursos nas Universidades do Pará e da Amazônia; a indústria têxtil do Nordeste, para as escolas técnicas; petroquímica, na Bahia, inclusive criamos ali um centro tecnológico, etc; o centro industrial de ARATU; o pólo siderúrgico do Espírito Santo; a pesquisa do petróleo; a usina hidrelétrica de Itaipu, tudo isso foi analisado rapidamente e os cursos tiveram ampliação de vagas, criação de novas disciplinas, currículos novos, para atender a esse mercado de trabalho, que visava ao imediato desenvolvi-

mento dessas regiões, dentro desses critérios que adotamos, de qualidade de ensino e de atender ao desenvolvimento econômico.

Outra preocupação, também, foi a criação rapidamente dos centros de integração, empresa/escola, que eu já via, antes do Ministério — e, nunca pensei em ir para a Educação, estava na Presidência de uma Fundação no Rio de Janeiro, de desenvolvimento universitário, desenvolvimento econômico e social —, e então criamos, no Rio de Janeiro o centro de integração empresa/escola, que já estava criado em São Paulo. E estamos, agora, em secretarias de educação, com doze centros instalados. Todas as escolas técnicas, algumas já o possuíam, e instalamos mais seis, e estamos com esses centros. Em colégios agrícolas, estamos com 16 centros. Esses centros procuram as empresas, e quero dizer ao Srs. que quase todos os alunos das escolas técnicas, com exceção de certos cursos, quando terminam o curso já têm emprego e a oferta é muito menor ainda do que a procura.

Vamos, focalizar, agora, rapidamente, os recursos para a educação, recursos que ouvimos muito bem o que disse o Senador João Calmon. Orçamentários: o aumento de 92%. Nunca houve este aumento, em termos de educação, de 1976 para 1977. O orçamento do MEC aumentou em 92% nesse período; quase dobrou. Fizemos ainda mais, para os Estados e Municípios neste Governo, a elevação gradativa de 5 para 9% na arrecadação dos impostos federais, que é o fundo que contribui com 20% para a educação. Subiu de dois bilhões, em 1976, para mais de três e meio bilhões, em 1977. A elevação do salário-educação, a alíquota de 1,4 foi aumentada para 2,5, e a parcela dos Estados de metade para dois terços. A arrecadação subiu de 1,7, em 1975, para 4,7 em 1976. O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, criado há cerca de dois anos deu dez bilhões de cruzeiros de financiamento, dos quais sete bilhões para a educação, fora do orçamento. Queremos dizer, o orçamento federal, em 1977, nos diversos Ministérios, não só no anexo MEC, ele tem 24 bilhões destinados à educação e a receita estimada é de 194 bilhões. Então, a percentagem, se tomarmos em conta a receita e despesa com a educação, vai acima de 12%.

Uma outra preocupação nossa na política, foi, como já disse, a educação pré-escolar. É lógico que o encargo é dos Estados, não é obrigatório, mas o objetivo fundamental é melhorar o aproveitamento da primeira série do 1º Grau; é preparar a criança para a entrada do 1º Grau. Foi criado no MEC, em 1975, o Programa Integrado de Atendimento Pré-Escolar, voltado particularmente para a criança carente. Educação, saúde, nutrição e assistência social. Usa salas e mães de alunos que estão disponíveis e se oferecem para este curso. Estão em organização, nos Estados, várias coordenações. O MEC dá orientação geral, as normas, e ajuda também, de certa forma financeiramente, dentro do possível, os Estados. Além disto, há no Ministério da Previdência, também, a alimentação da criança na idade pré-escolar, através do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição.

Ensino de 1º Grau. Todos sabemos que a responsabilidade é dos Estados e dos Municípios. O crescimento da escolarização de 7 aos 14 anos. Dado fornecido pela professora citada pelo nosso Presidente, que é a Diretora do Departamento de Ensino Fundamental, a Professora Anna Bernardes, que nos deu ainda ontem o índice até 1962, inferior a 50%; em 1970, 68% o índice de escolaridade. É lógico que escolaridade não quer dizer que a criança esteja frequentando uma escola de oito anos, mas ela está dentro da escola ou a escola que tem uma sala — e são muitas — uma professora que dá várias classes — que também temos — mas estamos vencendo esta etapa, para atingirmos dentro de um prazo razoável — 4 anos na zona rural, e em seguida 8 anos — que já estamos procurando atingir nas zonas urbanas. E pretendemos, até 1979, atingir dentro dessa escolaridade, medida nesses parâmetros, 90%.

O fluxo escolar, o degrau da 1ª para a 2ª série. Em 1962 era de 443 em mil, em 1970, de 519 em mil, em 1976, de 600 em mil. É realmente um rendimento que está crescendo, e entendemos porque, reconhecendo que isto é uma realidade.

Alimentação escolar. Em 1976, de 600 em mil. É, realmente, um rendimento que está crescendo e sabemos da razão, reconhecendo, também que é uma verdade.

E quero dizer, a esse respeito, que em 1972 e 1973 perdemos o auxílio externo. Então, em 1970, o gasto com a alimentação escolar foi de 155 milhões de cruzeiros. Em 1976, de 1,3 bilhão de cruzeiros.

Livros para alunos carentes, produzidos para distribuição no ano seguinte. Em 1974, foi de 8,5 milhões de exemplares. Em 1977, 20 milhões de exemplares de livros distribuídos a alunos carentes. Quer dizer, um crescimento extraordinário que nós atentávamos especialmente para o aumento do custo do livro. Verificamos que, em três anos, elevamos de 8,5 para 20 milhões de exemplares de distribuição para o aluno carente.

Formação de professores: tivemos o plano de 1972 a 1974; o MEC formou 144 mil professores do 1º Grau. Em execução, agora, o plano de 1975 a 1979, que formará 25 mil.

Material escolar (lápis, borracha, etc.): em 1974, 23 milhões de peças; em 1976, 49 milhões de peças.

Bolsa do 1º Grau: incremento de 56% de 1975 a 1979. Quero comunicar à Comissão de Educação e Cultura que hoje mesmo assinarei a portaria de continuidade das bolsas daqueles que terminam o 1º e passam para o 2º Grau, que era uma reivindicação das Comissões de Educação e Cultura do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Nós vamos aumentar, até 1978, mais 30% dessas bolsas.

O projeto pró-Município é uma assistência dada ao Município, e aqui já vai uma certa resposta à notícia de que nós demos 1,3 bilhão de cruzeiros ao Estado do Paraná, que não sei onde é que se foi buscar esse dado, e pedi ao Deputado Alvaro Valle para depois conversarmos, mas como me fizeram a pergunta, depois entro em detalhes a respeito do assunto. Recurso do 1º grau (Operação pró-município): 1975, 270 milhões; em 1976, 450 milhões; em 1977, 570 milhões, auxílio a municípios.

Auxílio ao 2º grau. Os senhores podem imaginar o crescimento do ensino do 2º grau: em 1964, 439 mil estudantes. Estamos atualmente com 1,8 e vamos a 2,5 milhões.

Com relação às bolsas, tivemos um crescimento de 36% de 1974 a 1977, e em 1978 pretendo aumentar mais 60%, nas bolsas de 2º grau, em face das reivindicações dos senhores parlamentares. Realmente, há necessidade de intensificarmos a ajuda nesta formação do nível médio. É uma preocupação que temos, com relação ao nível médio, e o nosso Departamento está bastante atento, e estamos procurando, de certa forma, implantar esta reforma da profissionalização do ensino do 2º grau, com o esforço gigantesco da iniciativa privada e dos poderes públicos dos Estados, da União e, também, dos Municípios.

Construímos, com ajuda externa, em convênio, 58 novas instalações de ensino do 2º grau. Instalamos a COAGRI e reaparelhamos as escolas técnicas em pessoal, em material, em novos cursos. Realmente, as escolas técnicas são excelentes; podemos verificar isso de perto, pois elas são mesmo um orgulho para nós e para aqueles homens que trabalham nelas. E estamos agora avaliando esta reforma. No início — lembra-se muito bem o Sr. Presidente do Conselho Federal de Educação — nós assumimos o Ministério com uma resolução que dava uma percentagem de pontos ao aluno no vestibular, que tivesse a profissionalização do 2º grau. Em impedimento com o Conselho, abolimos essa percentagem, porque o Estado não podia oferecer profissionalização em todos os cursos. Inclusive estava sendo burlada a lei, pois havia cerca de 153 profissões dadas em estabelecimento do 2º grau, sem que isto fosse, realmente, a formação profissional. Era uma maneira de burlar a lei. Então, o Conselho nos deu as habilitações básicas, em currículos, setores ocupacionais que, depois, podem destinar-se a várias profissões. Além disso, estamos agora, com a Fundação Getúlio Vargas e com técnicos do Ministério, estudando a implantação desta lei, em entendimentos com o Ministério do Trabalho, para um casamento perfeito com o Sesi, Senai, Senac, etc.

Ensino superior. Tínhamos, em 1964, 142 mil alunos; em 1970, 425, mil; em 1976, 1 milhão e 150 mil alunos. É um crescimento bem acelerado.

Crédito educativo. Foi implantado ano passado, e em 1976 tínhamos 150 mil estudantes no crédito educativo, com 700 milhões de cruzeiros, em 1977, estamos com 280 mil estudantes, sendo este um dos maiores programas de financiamento de educação do mundo, com 2,7 bilhões de cruzeiros, que também não estão no orçamento, porque é recurso vindo de várias instituições; Banco do Brasil, Caixa Econômica, etc. Desses 2,7 bilhões somente 400 milhões estão no orçamento, que visam a baixar os juros, que são de 15%, com a carência de um ou dois anos. Assim, o pagamento é feito no tempo em que o empréstimo foi tirado. Os Senhores conhecem muito bem, e podem imaginar o esforço que se está fazendo para dar possibilidades a que o aluno pobre possa fazer o curso. Portanto, hoje, são 280 mil estudantes que têm contrato com o crédito educativo. Foi instalado o Conselho Nacional de Pós-graduação; o Plano Nacional de Pós-graduação prevê, em cinco anos, a formação de 16 mil mestres e 1.400 doutores. Temos os relatórios prontos, que encaminharemos à Comissão, se for desejo de seu Presidente, em todos eles estamos atingindo as metas anuais, e os recursos que o Ministério dá para essa finalidade, metade, talvez, seja do orçamento. Creio que o orçamento é da ordem de 3 milhões. Mais de 4 bilhões de cruzeiros nos três anos, de 1975 a 1977.

Construção de campus universitário. De 1975 a 1979. Os senhores acompanham as reformas que estamos implantando. O ensino passa de 4 para 8 anos. O ensino do 2º grau entra com a profissionalização. A universidade se reforma com o ciclo básico e o profissionalizante, exigindo, de certa forma, a

construção dos *campus* universitários. Então, é um esforço extraordinário de todo o Ministério, que se volta integralmente, com os senhores, para a resolução, em termos brasileiros, dos problemas, e dentro das condições que temos. Para que os Srs. observem, para a construção de *campus* gastamos 5,2 bilhões de cruzeiros. Este recurso não está no orçamento, porque é empréstimo estrangeiro ou empréstimo do FAS. São 5,2 milhões de cruzeiros, em 23 universidades!

Hospitais universitários. Os senhores conhecem os hospitais universitários, que são muito carentes. Ainda há poucos dias, assinamos um convênio com os hospitais universitários da rede oficial de ensino, destinando 683 milhões de cruzeiros para reformas e reaparelhamento de hospitais.

Reconhecimento de curso. O esforço não é de hoje, é de há muito tempo. Mas queremos dizer o que se está fazendo hoje. Quando assumimos, a primeira visita que fizemos foi ao Espírito Santo. Encontramos, a INESCAN sem o seu reconhecimento, com médicos contando vários anos de formados, com concursos feitos, sem poderem ser empregados porque não estavam reconhecidos. Então, o esforço nosso foi de fazer o reconhecimento de todos os cursos, pelo menos daqueles que já estavam com turmas formadas ou no último ano. Nisto contamos com o Conselho Federal de Educação. Então, com esforço fizemos o seguinte: em 1974, reconhecemos 189 cursos; em 1975, 317; em 1976, 444. Isto significou comissões que visitaram vários cursos, exame do corpo docente, do material existente, etc. Hoje, temos, creio que não chega a duas dezenas, cursos para reconhecimento de turnos que ainda não terminaram, mas que estão no último ano. Esperamos neste ano, até julho ou agosto, reconhecer todos os cursos que formam, inclusive, a turma deste ano.

Um programa que, realmente, chamou-nos a atenção de início, em face da necessidade, diz respeito ao setor agrário. Criamos um programa de Educação Agrícola Superior (PEAS) e o desenvolvimento do Ensino Agrário que se chamou PRODECA. Destinamos 340 milhões, nesses anos, para este programa. Estamos procurando criar uma autarquia especial, que a lei já prevê, para uma melhor agilização da universidade, quanto à administração. Temos criado cursos de curta duração, em função também do mercado de trabalho, no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste, mercado este que está a exigir profissionais competentes, com uma certa urgência. Estamos atualizando currículos — e já com comissões do mais alto nível — de Engenharia, Medicina, Ciências Agrárias, Educação e Arquitetura.

O ensino supletivo, o MOBRL. Os senhores conhecem o MOBRL; inclusive já esteve aqui o seu presidente, já houve até uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Esta Comissão deu como orientação ou determinação, como recebemos: "intensificação da absorção pelos sistemas estaduais dos menores de 9 aos 14 anos". Ora, isto é o programa do Departamento de Ensino Fundamental e já dissemos tudo que pensamos e o que está sendo feito para que isso se realize, inclusive, mais adiante, vamos verificar a formação de professores, inclusive pelo supletivo, o problema da formação de professores nas escolas superiores etc.

A formação universitária voltada para a educação de adultos. Este foi um outro ponto. O Departamento de Ensino Supletivo, DESU, determinou isto em sua estratégia. Em 1976, formamos 6.400 professores para a educação de adultos, e para 1977 estamos com a previsão da formação de 4.000 professores; e como queríamos, na cúpula, um curso de mestrado, foi instalado na Universidade Federal da Paraíba um curso de mestrado para esta finalidade, cumprindo aquilo que a CPI nos indicou, nos determinou.

Estrito cumprimento da alfabetização funcional, educação continuada de adolescentes e adultos. É outra orientação da Comissão. Além da criação do MOBRL, prevê expressamente a educação continuada do recém-alfabetizado. Os programas MOBRL cultural, profissionalizante, diversificado de ação comunitária, etc. atendem ao item 9 do plano que acompanha a lei de criação do MOBRL. Há um plano que acompanha a lei de criação do MOBRL, que este está seguindo, exatamente.

Esses programas propiciam a motivação, mobilização, flexibilidade e combate à regressão, etc. O MOBRL já esteve aqui, e está aqui seu Presidente, e nós, quando os senhores quiserem, todos os nossos diretores de qualquer departamento de ensino estaremos sempre às ordens, para aqui compa-recer, sem formalismo, para discutir, como companheiros que somos, voltados para o interesse da Nação. Não há nada o que esconder, há o que aprender e esta Comissão, estou certo, muito tem que ensinar e nós, com o maior prazer, receberemos dela sugestões.

Outro ponto a focalizar é a revisão do sistema de remuneração dos professores, que a Comissão também abordou. Nós já elevamos de 45 para 65 cruzeiros, por aluno-programa.

Ampliação do número de membros do Conselho de Administração, de cinco para nove. Já aumentamos e colocamos os membros que a Comissão determinou, que foi do departamento de ensino supletivo, etc. Os quatro

membros que a Comissão sugeriu, o Sr. Presidente já baixou um decreto e já os nomeamos.

Incidência da regressão. É um ponto debatido e que, inclusive, o Sr. Presidente o focalizou no início da sessão. Já assinamos com a FEFIESC, no Rio de Janeiro, um convênio para que ela estude essa regressão e com outras universidades do Brasil; já está em andamento isto. São os seis pontos que já estamos cumprindo.

Ensino Supletivo. Se não me engano, este ponto, também, o Sr. Presidente focalizou. Verificamos que existem até anúncios como este: Passe o fim de semana em tal lugar e tire o curso; faça um exame supletivo. Realmente, isso nos preocupava, desde o início. Padronizamos, então, o certificado no âmbito nacional; instalamos centros de ensino supletivo, ajudando os Estados, e tivemos 22 centros instalados, de 1974 a 1977.

Curso de habilitação de professores. Formamos 25 mil professores, agora, até o ano passado, num projeto que se chama LOGOS. E quanto a exame profissionalizante, já demos 3.500 certificados em trinta profissões. E capacitação de recursos humanos, para a educação de adultos. Prepara professores e pessoal técnico, com onze cursos. De 1974 a 1977, já disse, tivemos mais de 8 mil capacitados. Temos o projeto Minerva, que é conhecido de todos, no qual estão envolvidas 150 mil pessoas em todos os Estados. Temos o curso supletivo João da Silva, pela televisão; a estadualização do Projeto Saci, que é um projeto que estava apenas no Rio Grande do Norte e vamos estender para todo o Nordeste; e mais o problema de livro didático para o ensino supletivo. Distribuímos, em 1977, 26 milhões de módulos. E quanto a Educação Física e Desportos. Elaboramos a Política da Educação Física escolar; a educação física praticamente não a tínhamos nas escolas, e estamos fazendo agora uma política, como aquela do 1º e do 2º Graus, assim como a do superior; o desporto de massa e o de alto nível. Até 1979, todas as universidades terão campos esportivos. As instalações construídas para o 1º e 2º Graus, pelo MEC, alcançou, de 74 a 76: 62 pistas de atletismo; 37 piscinas, em 3 anos e meio; 323 quadras e campos esportivos; 118 ginásios cobertos e 45 módulos esportivos.

Criamos cursos de educação física no Norte e no Nordeste, inclusive cursos de aperfeiçoamento. Criamos 36 cursos de educação física, porque há carência de técnicos e de professores de educação física. Temos intercâmbio internacional com diversos países, principalmente com a Alemanha Ocidental. E continuamos intensificando com as competições estudantis, que formam, afinal, a massa para o JUBs (Jogos Universitários) e para os jogos estudantis brasileiros.

Instalamos no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Porto Alegre laboratório de fisiologia do esforço e vamos instalar mais sete. Criamos o esporte para todos, que será desencadeado agora, dia 1º de maio, em vários Estados. E criamos o fundo de assistência ao atleta profissional. Demos agora, em 1977, 30 milhões de cruzeiros e assinamos um convênio com a FUGAP, que também atenderá outros Estados, para profissionalizar em outro setor o atleta do futebol, o atleta profissional, para que, quando não mais puder jogar futebol ele possa exercer outra atividade, e também dando a esse atleta, quando ele sair, em condições carentes, o pagamento da sua parte do INPS, para que ele tenha condições de procurar novo emprego. Afinal, atendimento a essa gente que, muitas vezes, brilha e não tem, depois, como continuar, porque aos 32 ou 33 anos eles saem da vida esportiva. Inclusive, criamos, com a ajuda do Conselho Federal de Educação, a profissão de auxiliar de educação física, no nível médio, que o supletivo vai dar a estes homens que têm essa habilitação, do atleta profissional, para que possam ajudar as escolas de 1º Grau, etc. nesse setor.

O Conselho Nacional de Desportos deu muita ajuda às confederações e federações, visando ao aperfeiçoamento do atleta. Queremos intensificar o desporto nas escolas de 1º Grau para formar base, porque ninguém forma excepcionais se não tiver base sólida, ampla, na formação do atleta desde os primeiros anos.

Excepcionalmente, nós pinçamos no passado um Bento de Assis, pinçamos agora um Madruga, um Arantes, etc., na nataçao, temos no futebol, por que? Porque o futebol é um esporte de massa. Então, há realmente, uma base na pirâmide e que dá lá em cima, na cúpula, o expoente máximo naquela atividade esportiva. Temos que ampliar as bases porque o futebol ampliou tanto que em toda parte do Brasil há um campo de pelada. Então, temos, realmente, base para pinçar bons jogadores de futebol, o que não havia há uns 10 ou 15 anos atrás, no atletismo, no basquete, no vôlei, na nataçao etc. Acompanhamos, por exemplo, na nataçao, o aparecimento de um Benevenuto, um Vilar, etc, depois caiu outra vez. O basquete no tempo de Almir, Valmir, todo este pessoal, também surgiu e caiu novamente. Estamos procurando intensificar o desporto nos clubes, pelas federações, junto àquelas instituições do ensino Superior, com o JEBS, com o JUBS, etc.

Os recursos em 1977 são da ordem de 184 milhões de cruzeiros. Tenho, aqui, as confederações que foram contempladas: atletismo, basquete, boxe, ciclismo, esgrima, e natação que, agora, estamos com 3 milhões de cruzeiros, inclusive estamos patrocinando um campeonato de primavera, em São Paulo, fazendo surgir novos valores.

Incentivando, relativamente aos Estados Unidos, Alemanha, não só técnicos vindo para cá como também, mandarmos nossos expoentes lá, como por exemplo João Madruga, que está nos Estados Unidos aperfeiçoando-se na natação. E assim vários outros. E recebi, há pouco, carta de agradecimento da nossa campeã sul-americana de lançamento de dardos. Está ali o Coronel Osni, que poderá também, sempre que for preciso, dizer daquilo que estamos fazendo neste setor para despertar e criar, no povo, o hábito de praticar o atletismo. Só este ano estamos com cerca de 54 milhões de cruzeiros, saindo de zero, do ano passado, para a formação de núcleos de esporte, de campos nas escolas de 1º Grau. É muito importante que uma criança aprenda, desde o 1º Grau, a praticar o atletismo.

Cultura. Temos procurado intensificá-lo, de todas as formas. São vários os órgãos e já temos a política nacional de cultura que — dizemos — o MEC não dirige, mas sim estimula, informa. Não é esta nossa preocupação, de dirigir a Cultura. Além do mais, criamos, por exemplo a FUNARTE, o Instituto Nacional de Música, de Artes Plásticas. A EMBRAFILME passou de 8 para 80 milhões de cruzeiros. Vamos ler aqui, rapidamente, este setor, porque é importante e temos satisfação em mostrar que o Governo do Presidente Geisel está atento e procurando desenvolver este setor como ele merece, como ele necessita.

A partir de 1975, tivemos a política nacional de cultura, a formação da FUNARTE, a fusão da EMBRAFILME e o CONCIME. De início, recebemos, já em andamento, do Governo anterior, e intensificamos a reparação de certos prédios no Rio de Janeiro: 60 milhões de cruzeiros. E procuramos, de início, reparar o Palácio da Cultura, o Museu Histórico Nacional, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Imperial, o Museu da República a Casa de Ruy Barbosa, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Depois disto tudo nós fomos ampliando para atender, porque realmente a biblioteca estava em estado de carência de energia elétrica, etc. Todos esses recursos foram para o setor de cultura.

Em 1974, 128 milhões; em 1975, 214 milhões; em 1976, 308 milhões de cruzeiros; em 1977, 560 milhões de cruzeiros. Só para o teatro patrocinamos 300 espetáculos e os Srs. talvez tenham conhecimento da campanha que fizemos da chamada Campanha das Kombis, pela qual os artistas de teatro e os empresários estão hoje muito agradecidos. Tanto que vendemos, nas zonas mais carentes, por exemplo, no Rio de Janeiro, na Zona Norte, nos subúrbios, entradas com subsídios dados pelo MEC. Entrada de uma Kombi que custa na cidade, vamos dizer, 40 ou 50 cruzeiros, nós cedemos 10 ou 20 cruzeiros. Então, levamos, no Rio e em São Paulo, mais de 90 mil expectadores, em 1974; 1976, cerca de 300 mil expectadores, nesta campanha das Kombis. Vamos levar agora para Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador e outras Capitais. Nos cursos, neste setor do teatro, nós criamos preparação de professores de arte cênica, especialização para atores, iniciação teatral, introdução do teatro de bonecos, e ainda com várias documentações, porque publicamos muita coisa.

Folclore — Temos nesse setor uma publicação ampla. Reformamos o Museu do Folclore, lá no Catete; instalamos vários cursos de orientação, concursos e várias publicações. Agora vamos publicar o atlas do folclore brasileiro.

Artes Plásticas — Criamos o Instituto Nacional de Artes Plásticas. Recuperamos o Museu do Açude. É preciso que digamos aos Srs. que a nossa Revista de Cultura, que era vendida e tinha cinco mil exemplares, em 1975, em 1976 era vendida por preço mais alto e tinha cinco mil exemplares de tiragem. Agora, a partir de 1976, estamos vendendo a 8 cruzeiros, há uma procura muito grande, e atingimos, no mês passado, uma vendagem de 70 mil exemplares.

Em música, estamos realizando o projeto de estímulo às bandas de música, agora, inclusive, com a *TV Globo*, o campeonato nacional de bandas, o projeto espiral, criação de orquestras em várias capitais. E teremos 78 mil crianças tocando em conjunto no Rio de Janeiro, e esperamos ter em outras cidades também. Temos também o Projeto Barroco Mineiro, com 100 montagens já editadas, tendo sido preparado o primeiro álbum com dez discos e depois vamos fazer o barroco de São Paulo, Maranhão, Bahia etc. Relativamente ao Projeto Monumento da Música Popular Brasileira, já tive o prazer de lançar no Rio de Janeiro 8 discos e estão em preparação mais 10 discos, sendo comemorativos de Villa Lobos. Na rede nacional de música nós esta-

mos dando concertos em 70 cidades, hoje. E já estamos preparando o Dia Musical do Brasil, inclusive criamos um prêmio MEC, que é muito alto, para aquele que desenvolver a maior atividade cultural no País.

Quanto ao patrimônio histórico, para não tomar mais tempo vou dar os dados em números. Nós temos o projeto do Nordeste, com os governos do Nordeste, e agora o Projeto Leste, com os Governos do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo. E em recursos para o IFAN, em 1975, 65 milhões de cruzeiros; em 1979, 595 milhões de cruzeiros, sendo que 65 milhões de cruzeiros em 1976 e 185 milhões de cruzeiros, agora, para recuperação, inclusive em Ouro Preto e na Bahia.

Programas Culturais com a universidade. Já temos convênio da FUNARTE com 21 universidades, e estamos aplicando, em 1977, nesses convênios, ainda, 7 milhões de cruzeiros, pois precisamos ampliá-los.

Em relação a cinema, já falei que a EMBRAFILME passou de 6 para 80 milhões de cruzeiros, estamos atendendo 302 entidades culturais e, em 1976, elaboramos 191 projetos.

Faço questão, também, de anotar, para encaminhar à Comissão, quais os filmes que a EMBRAFILME financia, porque há uma certa incompreensão entre a pornochanchada e aquilo que nós financiamos. Temos tido cautela e, daqui para frente cada vez, de financiarmos bons filmes. Realmente, agora conseguimos para a EMBRAFILME, também, 100 milhões de cruzeiros este ano; ela tinha 8 milhões de capital, aumentamos no ano passado para 80 milhões e agora demos mais 100 milhões, para que ela entre e também tenha mercado na televisão, para evitar, de certa forma, que tenhamos na televisão só filmes estrangeiros, o que não é mau, mas é preciso que doseemos, como fizemos, o nacional, no início da Administração Geisel, obrigando a frequência, para criar o hábito de assistirmos a filmes nacionais. Tivemos, agora, dois ou três filmes que ultrapassaram as expectativas, em termos de bilheteria, batendo até os filmes mais afamados do cinema norte-americano. Estamos procurando a melhoria da qualidade de filmes e a participação em festivais internacionais.

O Livro Cultural. Estamos coeditando estudos brasileiros, romance, novela, conto, poesia, teatro, reeditamos, da *Brasiliense*, documentos brasileiros, coleções da Biblioteca Histórica Brasileira; títulos lançados na literatura infantil, também na literatura juvenil, tudo isto distribuirei, porque temos todos estes dados, aqui, que os Srs. receberão, posteriormente.

Criamos vários prêmios na área cultural e fizemos a instalação de bibliotecas, coisa importante, porque é preciso que os Srs. notem que tive a satisfação de receber os escritores do Brasil e a saudação deles ao Ministério foi comovente, pelo esforço reconhecido deles, de que estamos cumprindo o nosso dever. E um cumprimento de dever, mas é lógico que sentimos satisfação quando não vemos só críticas, vemos aquilo que é reconhecimento do que todos nós estamos fazendo, cumprindo leis, e estamos trabalhando em conjunto, Estado, Ministério, etc.

Bibliotecas. Em 1976, distribuímos, cooperamos e ajudamos a criação de 560 bibliotecas novas. Distribuímos 800 mil volumes e formamos, em trinta cursos, 600 auxiliares de biblioteca. Os recursos aplicados na área do livro cultural dobrou, de 1975 para 1976, e também de 1976 para 1977.

Era o que tinha a dizer. Estamos, realmente, procurando desenvolver aquilo que desejávamos. Pode haver deficiências, mas temos que viver a realidade. O que não falta é compreensão e vontade de receber colaboração. Então, estou pronto — com a gratidão de quem faz uma visita e é muito bem recebido — para responder as perguntas que me forem formuladas. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Estão inscritos para o debate, sete Srs. Parlamentares. O primeiro debatedor inscrito é o nobre Sr. Senador Evelásio Vieira, Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado. Em seguida, formularão indagações os Srs. Senadores Henrique de La Rocque, Agenor Maria, Adalberto Sena, Itamar Franco e o Deputado Menandro Minahim.

Com a palavra o nobre Senador Evelásio Vieira.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Ministro Ney Braga, as minhas indagações não têm outro sentido a não ser buscar o esclarecimento.

Medida altamente acertada é o crédito educativo. Evidenciado o seu sucesso, por que não estendê-lo também ao ensino de 2º grau?

O SR. NEY BRAGA — Quero responder o seguinte: iniciamos no ano passado o crédito educativo no ensino superior. Estamos estudando essa sua proposição que já conhecemos, por seus pronunciamentos. Quero, entretanto, lembrar que há, agora, uma lei do incentivo para a formação, no Ministério do Trabalho, para o treinamento de pessoal. Essa lei, possibilita às em-

presas descontar no Imposto de Renda até 10%, o dobro do que gastarem no setor de educação com os seus empregados. Estamos em entendimento com o Ministério do Trabalho para verificar o que se pode trazer disto para o Ministério da Educação. E há, na Fundação Getúlio Vargas, um estudo nosso sobre o programa de financiamento à educação, que se estende também ao 2º grau. Então, creio que temos uma porcentagem muito alta de 2º grau, oficial, muito mais alta do que no ensino superior. Então, o ensino superior foi para nós prioritário, nesse sentido de formação de recursos humanos, e também porque achamos que há necessidade de atendimento primeiro a ele, pelo número de estabelecimentos de 2º grau que estão nas mãos oficiais. Mas, é uma sugestão que nós levamos com muito prazer.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Pouco além de 400 mil brasileiros têm o privilégio de frequentar as nossas faculdades com ensino gratuito. Em contrapartida, mais de 600 mil brasileiros pagam para frequentar as nossas faculdades. O Sr. Ministro acha essa discriminação certa?

O SR. NEY BRAGA — Não é bem uma discriminação, é tradição e é, também, procurando desfazer isto que criamos o crédito educativo. Mas na análise — pois conheço o pensamento de V. Exª em termos de pagamento no ensino — precisamos fazer o seguinte: a frequência da escola superior, hoje, já atinge, em algumas faculdades, 40% de alunos carentes. E, a maioria das escolas não pagas, a maioria não das escolas, mas na proporção estão no Nordeste e no Norte; é onde há mais carência. Então, não vemos por que instituir ensino pago nas escolas oficiais. Não é pensamento nosso isso, e sim, ajudar, pelo crédito educativo, àqueles que estão pagando o ensino, que estão procurando o crédito educativo. Logicamente, V. Exª tem a sua maneira de ver e nós a nossa, mas peço a V. Exª — porque, inclusive hoje, pela manhã, lendo os jornais, li que o Sr. faria esta pergunta e deixei o Dr. Armando Mendes bem trabalhado para esclarecer V. Exª com mais detalhes. Mas, o meu pensamento é permanecer como está, porque nós estamos entre dois sistemas: um é o socialista, o ensino gratuito, que é pago porque é socialista; o outro é o ensino pago totalmente. Estamos no meio termo, no que acho que fazemos bem. E, ainda mais, a preocupação nossa é de que o crescimento oficial seja dentro do estritamente necessário. Hoje, há uma inversão do que era há algum tempo passado. O ensino privado, hoje, já passou — creio — dos 60%. Por isso estamos atendendo gratuitamente, ainda, nas escolas superiores, e vamos proporcionar melhores condições de acesso ao aluno carente, para que ele possa entrar também, porque hoje ele tem dificuldades, por razões econômicas, sociais, etc. no acesso à própria escola não paga.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Temos carência de recursos para o ensino em todos os graus. Se houvesse a cobrança no ensino oficial, no ensino superior, não teríamos possibilidades de alocar, para o ensino fundamental, uma importância expressiva, que pudesse abrandar o problema?

O SR. NEY BRAGA — Creio que poderíamos buscar recursos em outras fontes, até no Imposto de Renda. Porque se o aluno não é carente ele é de uma família ou ele mesmo paga o Imposto de Renda. Então, talvez daí se possa buscar recursos. Esse seu funcionamento do ensino nós estamos estudando, inclusive com a ajuda da Fundação. É realmente, uma posição nítida, sólida, de V. Exª, mas creio que o custo socialista não seja, ainda, válido que se corra para estabelecer o ensino pago, onde por tradição ele não é pago.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Nas Capitais estão, exatamente, as famílias que possuem melhores rendimentos. As nossas universidades gratuitas estão nas Capitais, na sua quase totalidade. No interior, onde estão a maioria dos estudantes das faculdades, eles têm que pagar. O Governo possibilita a empresas estrangeiras financiamentos com juros subsidiados; para construirmos escolas temos, inclusive, que buscar financiamentos com juros e correção monetária. Não é isso uma injustiça, Sr. Ministro?

O SR. NEY BRAGA — Não conheço o financiamento subsidiado na instalação de indústrias. É preciso que analisemos bem o problema da indústria, porque indústria é emprego. Então, se não tivermos indústria não temos emprego. O Governo quando faz energia elétrica, meu caro Senador, e eu por exemplo fiz, e nunca pensei em energia elétrica como quilowatt, nem V. Exª pensa; pensa-se naquilo que ela vai produzir; e o povo quer é emprego e bem-estar, afinal. Então, realmente podemos verificar se a Capital tem, como centro, as famílias mais bem situadas, é também na Capital que o Imposto de Renda entra mais. Então, é preciso que haja uma análise disto. E os estabelecimentos de ensino o que não fazemos com juros e correção monetária? E também há o subsídio. Não é a correção monetária normal, ele é subsidiado, também. Então, essa defesa nós fazemos no Ministério de Educação. Não é verdade que seja correção monetária integral, e o juro não é baixo e a correção monetária subsidiada, também.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Mas, em termos de investimento, a educação não oferece uma maior rentabilidade de que todos os demais empreendimentos?

O SR. NEY BRAGA — Acredito e o Governo também crê nisso; é o melhor investimento que se pode fazer.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — V. Exª, em reunião do Conselho Federal de Educação, em 1975, provavelmente em novembro, afirmou que não era justo que formandos de faculdades não reconhecidas continuassem sendo punidos, e que V. Exª tinha um programa para, dentro em breve, eliminar essa irregularidade. São decorridos quase dois anos, por que o problema continua?

O SR. NEY BRAGA — O problema não continua. Na minha explanação eu disse: reconhecemos, de 1975 para cá, mais de mil cursos nessas condições. E creio que não temos nem 10 dessas turmas, que se formam este ano. Está aqui o Presidente do Conselho. Quantos o Sr. tem lá para reconhecer?

O SR. PE. JOSÉ VASCONCELOS — Em situações irregulares, temos, somente, 12 cursos.

O SR. NEY BRAGA — Doze cursos, e mais de mil em 1975. De modo que estamos fazendo o esforço que V. Exª, naturalmente, quer que se faça.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — O Ministério da Educação e Cultura tem destinado recursos financeiros para a instalação de Centros de Estudos Supletivos, visando a oferecer cursos a nível de 1º grau. Tais centros supletivos não provocarão o esvaziamento na rede de ensino regular? Não estaria aí surgindo um novo MOBRAL?

O SR. NEY BRAGA — Não, porque depende da idade. O problema do ensino supletivo é que a frequência é em função da idade. Não está surgindo um novo MOBRAL, porque, inclusive, o MOBRAL é vinculado e o supletivo segue a orientação do Departamento de Ensino Supletivo; há coordenação do ensino supletivo. Não há esse perigo.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Falando aos membros do Conselho Federal de Educação, V. Exª destacou a necessidade de melhorar a qualidade do ensino de 1º grau; e mais: é preciso que os responsáveis devam especialmente interesse às primeiras séries de 1º grau, de onde muitas crianças estão saindo mal alfabetizadas. O que tem o Ministério da Educação feito para melhorar essas qualidades?

O SR. NEY BRAGA — Primeiro, a formação de professores; segundo, ajudando os Estados na cooperação pro-município; terceiro, orientando em novas metodologias, cooperando com os Estados; é o que estamos fazendo e a lei permite e ajuda a que faça.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — V. Exª falou na carência do crédito educativo, 1, 2 anos. A carência é de um ou de dois anos?

O SR. NEY BRAGA — A carência é de um ano, e estamos estudando, agora, para o médico que tira residência, levar essa carência para dois anos. Por isso que eu disse um ou dois anos.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — A responsabilidade do ensino fundamental é das prefeituras municipais.

O SR. NEY BRAGA — Do Estado e das prefeituras.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Mas, o que está ocorrendo é que os Estados não estão entrando e as prefeituras é que estão assumindo essa responsabilidade pelas pressões locais. Não seria mais justo transferir diretamente às prefeituras o salário-educação?

O SR. NEY BRAGA — Nós confiamos nos governos estaduais e eles estão repassando às prefeituras. Isso é um problema do Estado e um problema de legislação. Nós não acreditamos que se possa passar, porque o Estado tem o seu plano global de atendimento dos municípios. Aos poucos, os Municípios que têm mais recursos podem ir assumindo o ensino do 1º grau; mas, acreditamos que a fórmula atual, ainda, é a válida para que o Estado possa, dentro dos seu plano global, fazer essa distribuição dos recursos.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Duas perguntas, ainda, Sr. Ministro. V. Exª entrou e voltou. Segundo a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, na distribuição dos recursos de 1976, o Ministério da Educação e Cultura teria drenado um bilhão e 300 milhões para o rico Estado do Paraná.

O SR. NEY BRAGA — Graças a Deus;

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — É, graças a Deus, e nós de Santa Catarina, aplaudimos e fazemos votos para que o Estado do Paraná continue crescendo mais.

O SR. NEY BRAGA — Pois o destino nos fez vizinhos e amigos.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Só que nós estamos numa posição...

O SR. NEY BRAGA — Não, não é tanto não. A universidade do Estado de V. Ex^a tem levado mais dinheiro do que a do Paraná.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Não as fundações educacionais do interior, Sr. Ministro.

O SR. NEY BRAGA — Não, só quero responder a V. Ex^a que fundações tem. Tanto que os Deputados têm ido lá e tenho procurado atendê-los da melhor forma possível, inclusive através do FAZ, e o Paraná tem 3 universidades estaduais, e pediria ao Dr. Edson que fizesse esse levantamento para verificar entre os estabelecimentos superiores do Paraná, quais os recursos repassados para as Universidades do Paraná e de Santa Catarina, e as estaduais do Paraná.

E, então, depois, pedirei ao Dr. Edson o obséquio de enviar esses dados, por escrito, porque não há esse desequilíbrio.

Senador Evelásio Vieira, V. Ex^a tem suas posições e eu as respeito, mas há aqui um equívoco. Já telefonei até para o Deputado Álvaro Vale, porque ele diz assim: Ajuda da União; ele coloca: Paraná, 1 bilhão, 319 milhões. Recursos próprios, empregados na educação: 165 milhões. Até nem notei, porque é um número tão gritante, e sou homem normal, racional e não ia fazer isso de forma alguma, porque seria uma irresponsabilidade, e não posso admitir que se pense assim. Acredito que tenha sido um equívoco da datilografia. Então, pensei: primeiro, pode ser um empréstimo do FAS. Ora, se o empréstimo é do FAS não é o Ministério que está repassando; não é empréstimo do FAS. O empréstimo do FAS é feito da Caixa Econômica para o Estado e em função do pedido do Estado e da capacidade de endividamento do Estado. E passa pelo Senado e por ele é aprovado.

E telefonei ao Governador, antes de poder falar com o Deputado Álvaro Vale, porque ele estava viajando, e o Governador me deu os dados do Paraná. Primeiro, é o seguinte: como é que o Paraná pode gastar só 165 milhões, se no meu tempo ele tinha 35 mil professoras, hoje, ele deve ter 50 mil. V. Ex^a põe um mínimo de salário de professor, é mais do que isso, mas vamos pôr só para raciocínio um mil cruzeiros; dá 50 milhões por mês; 50 milhões vezes doze são 600 milhões, e o Ministério não pode estar pagando o funcionalismo do Estado. Isso é óbvio. Então, o Paraná gastou: do Tesouro do Estado, 1 bilhão e 428 milhões; do Fundo de Participação, que é dele, 49; recursos próprios do FUNDEPAR, 35; salário-educação, quota estadual, 120; salário-educação, quota federal, 14. Da União, PRODOPAR, federal — o PRODOPAR é um convênio com o Paraguai e com a OEA, para Itaipu, 12 milhões. Primeiro, convênio assinado antes da minha administração, com vários Estados do Brasil: 20 milhões; outros recursos federais da ordem de 20 milhões. O FAS, que não é meu, é Estado, Caixa Econômica, aprovado por todos os trâmites de Fazenda, Senado, etc., 205. De modo que se nós somarmos ainda o FAS não dá esse número. Vou pedir à Câmara que reveja isso e informe como saiu esse número. Acredito que tenha respondido à pergunta de V. Ex^a; houve algum equívoco.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Na semana em que o Corinthians ganha, a produtividade em São Paulo aumenta.

O SR. NEY BRAGA — E eu sou Corinthians.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — O Sr. é inteligente Ministro, no Rio o Sr. é Flamengo, não é?

O SR. NEY BRAGA — Vasco.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Ah! Vasco. Mas, a maioria do povo é Flamengo.

O SR. NEY BRAGA — Mas eu sempre fui Vasco, não mudo a camisa facilmente.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Em Curitiba V. Ex^a é Atlético e a maioria do povo é Coritiba?

O SR. NEY BRAGA — O povo é Coritiba. Mas, o Vasco surrou o Flamengo muito bem. Aliás, ontem, não sei se viram, o Flamengo também souu para ganhar do Madureira. De modo que o Flamengo não está muito bem. (Risos)

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — O Presidente Mateus, verificando que a sua reeleição estava ameaçada, mudou as regras do jogo. Os elementos, conselheiros do Corinthians, da chapa de oposição, não se conformaram e, segundo a imprensa paulista, teriam feito uma denúncia ao Ministro da Educação; e está uma expectativa em São Paulo em relação à atitude do Ministro, se ele vai intervir no Corinthians? É a indagação que fazemos, já que há esse clima de expectativa em São Paulo.

O SR. NEY BRAGA — Não, não vou fazer isso, vou estudar, pois, não tenho nem essa atribuição. O único caminho é o CND estudar o problema. Lamento é que o Corinthians lute tanto na cúpula e não esqueça que o time dele precisa ser atendido. Mas, vou estudar e depois informa a V. Ex^a

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Então, V. Ex^a me coloca na posição da torcida do Corinthians, para o povão, Ministro.

O SR. NEY BRAGA — O povão é nossa gente.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA — Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Tem a palavra o nobre Senador Henrique de La Rocque.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE — Sr. Presidente, começaria afirmando que grande reunião é esta, que tem a presidência o abnegado, o incansável, o destemido missionário da educação brasileira, que é V. Ex^a, que teve a honra da presença do Presidente do Congresso Nacional, que dela só se afastou por motivos imperiosos; que tem a assisti-la grande número de eminentes figuras do Congresso Nacional; assistindo-a, também, o Magnífico Reitor da Universidade de Brasília e o eminentíssimo Presidente do Conselho Federal de Educação; diretores abnegados do Ministério de Educação e Cultura e, tantas outras figuras que se interessam pela problemática ora debatida nesta Comissão.

Inicou S. Ex^a o Sr. Ministro Ney Braga a sua fala, e no nosso entender, iniciou-a muito bem, quando afirmou que a sua filosofia, dirigindo o seu Ministério, era que a parte técnica acompanhasse *pari passu* a parte humana.

Eu ousaria aditar, Sr. Ministro, que educar não é apenas iluminar a mente, mas, disciplinar também o espírito para que o adestrado receba, no máximo, a messe do saber. Carregamos todos nós — e sabemos, quer queiramos quer não — a sobrecarga de determinada e preferida psicose, e é ela que tantas vezes comanda nossos destinos e nossas ações.

O Senador João Calmon foi, na realidade, no ano que passou, o inspirador e grande incentivador do simpósio que lhe coube presidir, como Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura de então, na ausência de S. Ex^a o notável ex-Ministro Tarso Dutra, que por motivos de saúde a Brasília não podia comparecer, foi o Senador João Calmon, também, que nos incentivou e nos levou a realizar aquele simpósio, que embora simples a ele trouxe conferencistas eminentes como: o Padre José Vasconcelos, o Ministro Jarbas Passarinho e essas notáveis mulheres, Terezinha Saraiva, Ester Figueredo, Anna Bernardes e a Secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro, que aqui estiveram, indiscutivelmente, prestando-nos informes preciosíssimos e valiosos. E, hoje, quis o destino que o Senador João Calmon iniciasse o Simpósio, exatamente, com a fala de V. Ex^a E recordo-me de que foi V. Ex^a que nos deu a grande honra de encerrar o nosso simpósio.

Lembro-me daquele dia em que aqui chegando, com a modéstia que o caracteriza expondo o que tem feito em seu Ministério, não prometendo o que não está ao seu alcance, disse do muito que lá tem feito. E, hoje, renovando as mesmas diretrizes, com o mesmo entusiasmo, na Casa que, como bem disse João Calmon é sua, porque daqui partiu. V. Ex^a tem o privilégio de ter sentido as emoções do Executivo e do Legislativo, passando pelo comando da comuna de Curitiba, passando pelas honras do Comando-Maior do Executivo do Paraná, tendo sido Senador da República depois de ter sido Deputado, e, hoje, com brilho, dirige a Pasta da Educação e Cultura do Governo Geisel.

V. Ex^a aqui está e nos fez uma magnífica preleção. Disse-nos do muito que tem feito e do que ainda pretende realizar, o que é mais importante, ainda, porque demonstra que o entusiasmo não se exauriu.

Eu ousaria dizer, Ministro, com a franqueza que Deus me deu, que em vários departamentos onde o Parlamentar, por esta ou por aquela razão, é obrigado a ir e a frequentar, quando não recebemos a devida acolhida, quando nos consideram impenitente pedinte, aquele que por certo, vai perturbar a serenidade que deve cercar o estudo do técnico, no Ministério da Educação, lá nunca fui para tratar dos interesses da minha terra, que não tivesse sido recebido, por qualquer departamento que passasse, sem a devida consideração e o maior respeito ao pleito que lá me levou.

A sua equipe, Ministro, a ela quero fazer um elogio especial. E porque não posso elogiar a todos e enaltecer a cada um assinalo, apenas, a pessoa fidalga de Carlos Alberto Direito, o Chefe do seu Gabinete. E conto-lhe — e é muito honroso narrar o fato — que lá estando há dias, com determinada pessoa do meu relacionamento, esta pessoa me fazia, ao deixar o Gabinete de Carlos Alberto, o seu retrato, de uma forma muito certa e apropriada. “Senador, o Chefe de Gabinete do Ministro Ney Braga é um homem objetivo, mas educado.” É que se pode dizer não, é que se pode deixar de atender, mas procurando fazê-lo de uma maneira que nós outros compreendamos devidamente as razões da recusa.

E, agora, Ministro, as indagações; elas são poucas mas me interessam. V. Exª declarou que três filmes brasileiro foram feitos, com um recolhimento de bilheteria extraordinário. Indagaria a V. Exª, por curiosidade, quais exatamente esses três filmes, cuja arrecadação superou a dos maiores filmes de origem internacional.

O SR. NEY BRAGA — Chica da Silva, o outro foi Tiradentes e a Independência e o outro foi Dona Flor.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE — Indagaria, também, se V. Exª me permitisse, se a EMBRAFILME teve um dispêndio relativo ao sucesso desses empreendimentos?

O SR. NEY BRAGA — Não posso afirmar, assim, com segurança, mas ela financiou uma parte.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE — À altura das necessidades?

O SR. NEY BRAGA — Dentro de critérios estabelecidos, de editais programados e publicados, não houve nenhum excesso.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE — V. Exª recentemente visitou o Município de Revelação, no meu Estado. Lá foi em companhia de maranhense ilustre, que é Edison Lobão. V. Exª foi convidado e merecidamente para paranimfar uma turma que terminava os seus estudos nesse município que, para honra do nosso Estado, hoje, em determinados meses, arrecada mais do que a nossa Capital. Lá faço política aproximadamente há vinte anos. Conheço bem a tempera do seu povo e sua gente, e ousaria, para satisfação minha, indagar se o padrão educacional do meu querido Município de Imperatriz alegrou e confortou V. Exª, e o que sentiu de um estudo daquele que lá está?

O SR. NEY BRAGA — É lógico que tive excelente impressão; fui parainfo e estive lá na Faculdade de Educação, com professores, e a impressão foi a melhor.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE — Foi exatamente por isto que queria fazer esse apelo a V. Exª e ao Padre Vasconcellos, pois estamos com um problema lá na Faculdade.

O SR. NEY BRAGA — Não sei se é o Padre Vasconcellos ou o Dr. Edson, que estão com “a mão na massa”, como se diz, e talvez possam esclarecer. É a Faculdade de Educação de Imperatriz.

O SR. EDSON — (Fora do microfone) — Está em processo de reconhecimento.

O SR. NEY BRAGA — Sei que a Faculdade está com um processo de reconhecimento, mas houve um problema, baixamos em diligência e não sei se o processo já voltou. Havia, realmente, uma problemática grave, um problema referente a autorização.

O SR. EDSON — Já está sendo sanada a dúvida.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE — Quero expressar a V. Exª e a seus auxiliares, bem como ao Presidente e aos membros do Conselho, o agradecimento do estudante de Imperatriz, pela compreensão que tiveram do problema.

O SR. NEY BRAGA — Inclusive, nós encaminhamos recurso para que ela pudesse se reaparelhar e se colocar dentro das exigências. Creio que até 700 mil cruzeiros, ou coisa assim.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE — Agora, a última pergunta e agradecendo, por antecedência, a fidalguia de V. Exª, a pergunta tem que ser por via oblíqua.

V. Exª talvez desconheça, mas a primeira turma de formandos da Faculdade de Barbacena, que tem a supervisão-lá a Fundação Antônio Carlos, titulouse cerca de duas dezenas de estudantes maranhenses. Esses estudantes obtiveram vaga no referido estabelecimento pela minha mão. Haviam eles percorrido o território nacional, batido a várias portas, e a fidalguia do Líder do

Governo na Câmara dos Deputados, Deputado José Bonifácio — e o Maranhão lhe ficou a dever esse grande favor — permitiu com que não se frustrasse a vocação desses estudantes do nosso Estado. E eles para lá foram, e lhe confidencio que até seis estudantes que estavam fazendo cursos na Bolívia, largaram-se de lá para se matricular em Barbacena. Alguns fizeram esse transcurso a pé, outros em caminhão. Bateram no meu gabinete, eu os levava ao Deputado José Bonifácio e ele os encaminhava à Faculdade.

Terminaram o curso há dois anos e tive a grande ventura e a imensa honra de ser o parainfo da turma, um bacharel parainfando médicos, e a festa se revestiu de grande solenidade e se realizou na sede dos Cadetes da Aeronáutica de Barbacena. E sei também que, apesar dos esforços do Conselho Federal de Educação, havia uma problemática séria no problema de reconhecimento da Faculdade de Barbacena, que integra a Fundação Antônio Carlos. E, para meu sossego, porque fui parainfo, como estou explicando a V. Exª, de cerca de vinte médicos do Maranhão que lá se formaram, ousaria perguntar como última indagação, que V. Exª procurasse saber do Exmº Padre Vasconcellos informes sobre essa situação.

O SR. NEY BRAGA — Já está reconhecida a Faculdade de Barbacena, Senador.

O SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE — É uma notícia que me agrada muito, porque V. Exª sabe que os médicos estavam altamente preocupados com o desfecho desse recurso.

Então, Sr. Ministro, renovando os agradecimentos, desejo dizer apenas que V. Exª continue, no Ministério da Educação, sendo aquilo que foi aqui no Senado: um representante do seu Estado que honrou tanto sua terra.

O SR. NEY BRAGA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Senador Agenor Maria.

O SR. AGENOR MARIA — Sr. Ministro, gostaria de fazer três perguntas. A primeira: os proprietários de minifúndios e os trabalhadores rurais sem terra constituem 90% da população rural na minha Região Nordeste. Oitenta por cento das Prefeituras não dispõem de condições financeiras para arcar com a responsabilidade do ensino primário, na área rural. Assim sendo, e em decorrência desta realidade, estamos perdendo a juventude naquela região; em grande parte devido à falta de ensino público, ocasionando o esvaziamento do campo e a conseqüente inchaço das cidades. Como está o Ministério encarando esse problema, que urge uma providência adequada e urgente? Esta é a primeira pergunta.

O SR. NEY BRAGA — Estamos procurando ajudar os Estados mais carentes para que eles construam e tenham professores na zona rural.

Esse problema que o Sr. aponta, meu caro Senador, não é da Educação, mas sim sócio-econômico, que acompanhamos em vários países do mundo. Mas, essa preocupação sua é nossa, de atender as zonas mais necessitadas, tanto com o auxílio técnico como com o financeiro, somando-nos, assim, ao esforço do Estado, porque sabemos que o ensino fundamental cabe ao Estado.

Assim, já nesse aumento do salário-educação, nesse aumento do fundo de participação, demos mais recursos aos Estados para que eles investissem na Educação, que é realmente o grande investimento. Mas, estamos na operação pró-municípios e, inclusive, em convênios firmados com Prefeitos dessas zonas mais carentes e mais necessitadas, procurando de certa forma amenizar este problema, esta situação que V. Exª tão bem conhece e tão bem dela fala agora.

Quero dizer que nós também pensamos nessa gente, pensamos nesse êxodo, no problema que isso cria nas grandes cidades e, particularmente, nas dificuldades ocasionadas por aquelas famílias que vêm para a periferia, sofrer nas grandes cidades. O Ministério está tendo esse atendimento, tanto que eu enumerei, na Operação Pró-Município, o aumento do volume de recursos que estamos destinando a essas Prefeituras.

Continuarei à disposição de sugestões de V. Exª para, no Ministério, também somarmos esforços, todos nós, nesse problema da educação dessas regiões mais carentes, que é um problema crucial e de todos nós.

O SR. AGENOR MARIA — Muito obrigado. A segunda pergunta: Como está sendo implantado o ensino profissionalizante no setor rural, que sabemos ser, diante da moderna agricultura, hoje, uma necessidade de mão-de-obra especializada, pois sabemos que o importante na implantação da tecnologia é a mão-de-obra capacitada e essa não existe, infelizmente, no Nordeste.

O SR. NEY BRAGA — Primeiro, já focalizei que temos no Nordeste varias escolas do setor. Segundo, temos agora esse treinamento de mão-de-obra — inclusive foi assinado há poucos dias, depois de analisado também pelo Ministro da Educação — entre o Ministro Arnaldo Prieto e o Ministro Allysson Paulinelli, com o setor de formação, de aperfeiçoamento, de treinamento de pessoal. O MOBRAF, inclusive, treina tratoristas e técnicos do setor de agricultura. O Ensino Supletivo também se volta para esse setor agora.

A preocupação nossa no 1º Grau não é tanto a terminalidade agora, nos oito anos, mas é dar terminalidade talvez antes dos oito anos, com iniciação para o trabalho da região, que é, na que V. Exª fala, a atividade rural.

O SR. AGENOR MARIA — Sr. Ministro, uma terceira e última pergunta: soube-se pelos jornais que foi um estudo feito pelo MEC que levou o Governo a vetar a emenda que procrastinaria recursos do Orçamento à Educação. O que diz V. Exª sobre isso?

O SR. NEY BRAGA — O MEC faz parte de um Governo total, global, que tem um País que está em desenvolvimento e que tem necessidades em quase todos os setores. Sabemos, por exemplo, que precisamos investir em energia elétrica para dar empregos. Há pouco, ainda tive o prazer de referir isto ao Senador Evelásio Vieira. Temos necessidade de estradas para transportar a produção do interior do País; temos necessidade de hospitais. E essas necessidades todas são prioritárias. O Governo tem que definir onde vai investir.

Quero focalizar, assim, retrocedendo, quando assumi, por exemplo, o Governo do Paraná. Sem que tenhamos recuos, não podemos investir em lugar nenhum. É preciso que haja equilíbrio, e este equilíbrio o Governo Geisel está tendo. Não podemos amarrar o Governo, porque amanhã, como a Educação pede mais de 12% e tem nos dispêndios da União com Educação, outros setores também podem pedir. Nós já temos muito imposto vinculado. E o Ministério deu o parecer porque, para ele, quanto mais recursos melhor. Cabe ao Governo realmente, como um todo, analisar as suas necessidades e destinar recursos de conformidade com essas necessidades. Muitas vezes elas não são nem a opinião pública, são as necessidades do povo. Por isso, estamos realmente estudando, no conjunto global do Governo, das suas prioridades, das suas necessidades, a quem esses recursos são necessários, para atendê-los. Dentro disso o Governo tomou uma certa posição e temos a emenda do Senador João Calmon.

O SR. AGENOR MARIA — Agradeço a V. Exª podendo, para concluir, afirmar que a maioria das Prefeituras da minha área não dispõem de verba para conservação das estradas vicinais, prejudicando demasiadamente o transporte dos produtos agrícolas, como também não tem condições financeiras de arcar com o pagamento das professoras primárias, pois dizia a V. Exª no ano passado, que há municípios no meu Estado em que a professora primária ganha 40 cruzeiros por mês e continuam, infelizmente, a perceber essa ínfima importância.

Fico grato a V. Exª pela atenção dispensada e espero que o Ministério, ainda na gestão de V. Exª, possa resolver esse problema, que considero o mais grave da atualidade nacional, pois o futuro deste País, que é o nosso País, está na Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Senador Adalberto SENA.

O SR. ADALBERTO SENA — Ouvi com redobrada atenção, mesmo, a exposição de V. Exª, e a ela irei dedicar uma abertura e análise especiais. E teria algumas perguntas a fazer, além das três que me reservei, mas a exposição do nobre Presidente João Calmon, seguida das indagações do nobre Senador Evelásio Vieira, meu companheiro de bancada que, como eu próprio, representamos a Oposição nesta Comissão de Educação e Cultura, dispensaram-me de repisar na matéria porque já foi suficientemente explanada por eles e pelas respostas de V. Exª.

Entretanto, permita-me V. Exª três perguntas. Uma delas, exprimindo uma dúvida que ficou no meu espírito, numa resposta dada por V. Exª a uma das indagações do Senador Evelásio Vieira. O Senador Evelásio Vieira sugeriu que o salário da Educação fosse repassado aos municípios e não somente aos Estados. V. Exª respondeu que os Estados tinham uma política global de maneira que eles mesmos faziam esse repasse de acordo com essa política global.

O SR. NEY BRAGA — A responsabilidade do ensino fundamental é também do Estado.

O SR. ADALBERTO SENA — Sim, mas a minha pergunta é a seguinte: há muitos municípios que se queixam da ação dos Governos estaduais nesse

repasso. Perguntaria a V. Exª se o Ministério da Educação e Cultura tem algum meio de controlar a regularidade desses repasses?

O SR. NEY BRAGA — Não tem porque o Ministério respeita a autonomia do Estado, de modo que o Ministério repassa o conjunto e o Estado aplica como houver por bem fazê-lo. Não há meio de controlar. Realmente, o Ministério pode, analisando os planos do Estado, dar dos seus recursos mais para aqueles municípios que são menos aquinhoados pelo Estado. Isso ele pode fazer e está fazendo, mas não há essa hipótese de o Ministério interferir no planejamento do setor de construções, do Estado etc.

O SR. ADALBERTO SENA — A segunda pergunta: V. Exª abordou exaustivamente a questão da ação do Ministério no domínio da cultura. Perguntaria a V. Exª como o Ministério está vendo esse problema dos músicos brasileiros e também das músicas brasileiras. Estou me baseando, aliás, nas palavras do próprio Presidente-diretor da FUNART, Maestro Mário Nobre, de que muitos desses músicos estão recorrendo a atividades secundárias para subsistirem. Assim também a música brasileira, que vem sofrendo uma concorrência muito grande da música estrangeira. Quais as providências que o Ministério tem em vista para resolver esses dois problemas?

O SR. NEY BRAGA — Pedimos ao Sindicato dos Músicos, depois da criação do instituto e, inclusive, à presidência da Ordem dos Músicos, que apresentassem sugestões, porque com a fita, realmente, as casas noturnas das maiores cidades dispensaram aqueles conjuntos de músicos e eles ficaram desempregados.

Assim, nossa preocupação é, de certa forma, buscar empregos para eles. Propusemos ao Ministério da Fazenda, e ele convocou, convidou os Secretários dos Estados para verificar a possibilidade de que fosse descontado do ICM o recurso que fosse pago à música ao vivo por estabelecimentos de diversões, hotéis, etc. Mas, não houve unanimidade e há um convênio entre os Estados que só quando houver unanimidade há modificação do selo. Não houve unanimidade e estamos continuando a insistir nisso.

Certos tipos de hotéis, etc., ao invés de terem a fita, de terem discos, poderiam ter um conjunto e isto seria descontado do ICM. O ICM é do Estado e, então, o Estado poderia nos dar esta ajuda.

Estamos criando, agora, inclusive buscando no Sindicato dos Músicos um certo apoio, para dar recursos a eles, que sustentem esses músicos que no fim da vida não têm mais condições — não vou citar nomes, mas recebi outro dia, para satisfação minha, um memorial enorme dizendo que sou amigo deles e pedindo uma ajuda para Araci Cortes, que é realmente uma grande figura da música popular e está no fim da vida quase sem amparo. Estamos estudando uma forma de ampará-la, bem como a outros que têm nos procurado. Mas, não é a maneira de resolver o problema deles. O problema deles é de mercado.

Assim, estamos querendo incentivar festivais de música, grupos de música, orquestras de câmara, para percorrerem o Brasil procurando, pelo Ministério, dar emprego a eles.

O SR. ADALBERTO SENA — Festivais de música popular brasileira.

O SR. NEY BRAGA — Música popular brasileira. Há inclusive uma proposta, que estamos analisando, de cobrarmos, para obrigar que as emissoras tenham uma percentagem. Como nós elevamos de 84 para 112 as exibições de cinema nacional, para que essa percentagem seja mais alta da música popular brasileira, porque hoje estamos inclusive dizendo dos autores e intérpretes e vamos daqui a pouco anunciar que batemos todos os recordes, agora, na arrecadação do direito autoral.

Acreditamos que este trimestre superou a arrecadação total do ano passado nos direitos autorais, pelas condições que nós, agora, cumprindo a lei já existente, tratamos o problema do direito autoral. E o próprio Conselho do Direito Autoral está estudando a maneira de como amparar mais o músico brasileiro, além daquilo que já estamos fazendo.

O SR. ADALBERTO SENA — Muito obrigado a V. Exª.

A terceira pergunta já não é mais uma indagação, mas sim um apelo a V. Exª. Aliás, este apelo eu iria fazer da tribuna do Senado, mas vou aproveitar esta oportunidade, mesmo porque V. Exª, na sua exposição, teve algumas incidências sobre a matéria.

O nobre Senador Vasconcelos Torres apresentou um projeto que foi estudado, ontem, na Comissão de Educação e Cultura, mandando incluir o curso de Artes Gráficas entre os ministrados pelas escolas técnicas federais. Coube a mim relatar este projeto. Mas, antes disso, tive o cuidado de procurar o Diretor de Ensino Médio no Ministério da Educação e Cultura para que ele me orientasse sobre o que havia a respeito do assunto na área naquele Minis-

tério. E a resposta do Departamento de Ensino Médio foi a seguinte: a habilitação proposta de Artes Gráficas já está prevista no Ensino de 2º Grau, tendo sido inclusive definido o respectivo currículo mínimo pelo Conselho Federal de Educação, segundo Parecer nº 4.572. Pois bem, em virtude desse embasamento legal, informado pelo Ministério, dei o parecer pelo arquivamento do processo. Mas, verifiquei que o problema não ficava solucionado com isto, porque se o Ministério tem embasamento legal não há indício na resposta dada pelo Departamento de Ensino Médio de que o Ministério tivesse cuidando ou cogitando de instalar esses cursos, muito embora as escolas técnicas pudessem fazê-lo. Então, a própria Comissão de Educação fez uma indicação, nesse sentido, ao Presidente do Senado, e eu gostaria de repetir, nessa oportunidade, que me privará por fazê-lo perante o Plenário do Senado, mesmo como uma homenagem à imprensa que está aqui assistindo aos nossos trabalhos. Então, gostaria que V. Exª, se possível, cuidasse disso: instalasse esse curso e outros correlatos, conforme informação do próprio Ministério, que disse que muitas dessas escolas já possuem oficinas gráficas. Então, queríamos que, não digo em todas as escolas técnicas, pelo menos em algumas ocorresse isso.

O SR. NEY BRAGA — Pois não. V. Exª pode deixar a indicação que eu recebo com o maior prazer.

No início, o Sr. Presidente disse que eu teria que me retirar ao meio-dia e eu lhe disse que poderia permanecer por mais algum tempo. Mas, como tinha esse compromisso então vou dar um telefonema e já volto; é só pra transferir esse compromisso para outro horário. Com licença.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — O Sr. Ministro voltará dentro de poucos minutos. Suspendo, assim, a reunião, por cinco minutos. (Suspende-se a reunião por 5 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Estão reabertos os nossos trabalhos.

Com a palavra o nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Vou me resumir a apenas duas ou três perguntas, e as outras encaminharei por escrito, se V. Exª permitir.

O SR. NEY BRAGA — Pois não.

O SR. ITAMAR FRANCO — A primeira delas é a seguinte: se V. Exª acha necessário, já, a criação do Ministério da Cultura. E vai me permitir o seguinte: V. Exª, na sua brilhante palestra, falou praticamente 2/3 sobre educação. Quando entrou no aspecto cultural, olhou o relógio, evidentemente preocupado com o seu tempo, e desenvolveu maior velocidade na explanação.

O SR. NEY BRAGA — Explicarei. É que o Senador João Calmon me avisou, logo no início, que ele está interessado num projeto de educação. Quando houver um projeto para a cultura, eu tomarei 2/3 do tempo, porque eu asseguro a V. Exª que 2/3 do meu tempo, no Ministério, talvez seja para a cultura.

O SR. ITAMAR FRANCO — Mas, V. Exª já acha necessário a criação do Ministério da Cultura?

O SR. NEY BRAGA — Não, não acho, creio que seria criar muitos Ministérios e talvez os contactos, assim, com o próprio despacho do Presidente. Não vejo razão. Quando estudei Administração do meu Estado pensei até em diminuir o número de secretarias e criar secretarias de maior amplitude. Nós temos um projeto, agora, que estamos estudando, de reforma administrativa do Ministério, a criação de grandes Secretarias. Uma seria a Secretaria da Cultura, outra a Secretaria do Esporte, outra do Ensino Superior e outras do 1º e 2º Graus. Em termos gerais, esta é a estrutura que nós damos. Mas, não creio, no momento, que se possa dissociar o entrelaçamento que há entre Universidade e setor cultural, e não creio que haja necessidade de se criar mais um Ministério. No início estudamos isso, inclusive o Ministério de Cultura e Turismo. Há outros países que têm tecnologia. Em São Paulo há a Secretaria de Tecnologia e Cultura. Mas nós não achamos que o momento seja da necessidade de se fazer isso, agora.

O SR. ITAMAR FRANCO — A segunda pergunta Exª.

V. Exª é um homem de espírito liberal, não acha necessário já agora, também, a modificação da legislação para o estudante?

O SR. NEY BRAGA — Não, não acho, porque nem ela não foi ainda exatamente implantada. Não foi ainda testada. E pra toda essa legislação nós chamamos os Srs. Reitores e conversamos com eles no sentido de que fossem

criados diretórios, etc. Então ela ainda não foi testada, como está. E creio que enquanto isso não for feito ela deve ficar como está.

O SR. ITAMAR FRANCO — Na minha universidade em Juiz de Fora, Sr. Ministro, já há uma experiência, nos cursos de Direito, do ensino dos direitos fundamentais do homem. Como V. Exª encararia a obrigatoriedade desse ensino em todos os cursos superiores?

O SR. NEY BRAGA — Creio que o Estudo dos Problemas Brasileiros poderia cuidar desse assunto porque temos condições, já está na nossa legislação e é uma coisa que nós podemos tomar como sugestão, essa sua pergunta, para que no Estudo de Problemas Brasileiros nós coloquemos também essa cadeira.

O SR. ITAMAR FRANCO — A última pergunta, Sr. Ministro. Apesar do esforço do setor do desporto de massa e de alto nível, o Brasil não tem feito boa figura nas Olimpíadas. Perguntaria eu: falha estrutural ou falta de atletas?

O SR. NEY BRAGA — Creio que poderíamos somar os dois. Nós estamos procurando agrupar isso e estudar através do Conselho Nacional de Desportos, dos setores de confederações etc. V. Exª pode observar que até agora, ainda, a CBD, que trata primordialmente de futebol, tem dentro de si o atletismo e a natação. Estamos procurando tirar essas duas e criar a Confederação de Atletismo e a de Natação. Então, tenho a impressão de que estamos procurando a estrutura válida e a busca de técnicos que orientem em todos os setores esses nossos jovens que estão surgindo. Já focalizei, nobre Senador, o problema do Madrugá, que está nos Estados Unidos, já focalizei o problema do nosso convênio com a Alemanha Ocidental, para que venha o técnico nosso de lá para nos ajudar. Estamos procurando formar o atleta e despertar o desporto de massa também, para que a oferta, isto é, a base da pirâmide de oferta do atleta, seja maior, começando na escola de 1º Grau. Os países não têm o desenvolvimento necessário nesse setor. Nos Estados Unidos, por exemplo, não surge o futebol porque não é hábito da massa jogar esse tipo de jogo. Eles jogam basquete, rugby e outros jogos. Aqui, no Brasil, temos o futebol. Na hora em que pudermos dar mais cancha, e estamos dando, e que a massa estudantil, desde o 1º Grau, jogue mais basquete, mais vôlei; não há pista, é muito raro. Até pouco tempo não havia uma pista de atletismo e creio que em 95% das cidades do Paraná, como em quase todos os outros Estados. Então, se a criança não pratica o atletismo como vai surgir o atleta do futuro? Nós estamos dando infra-estrutura, nessa estruturação geral, para que haja treino nas escolas de 1º e 2º Graus, nos jogos universitários. Vamos disputar, agora, vários campeonatos, e inclusive estamos com um projeto pedindo às TVs que despertem na juventude, na adolescência, inclusive nos pais, o sentimento de que há necessidade de se fazer educação física. Estamos tendo bons resultados e acredito que com essas reformulações que estamos fazendo nas estruturas gerais de análise de clubes, de confederações, de escolas, de esportes mais no sentido olímpico, vamos ter bons resultados.

O SR. ITAMAR FRANCO — Gostaria apenas que V. Exª desse um complemento à pergunta, para eu terminar. Essa reformulação da CBD seria a curto ou a médio prazo?

O SR. NEY BRAGA — Já pedi, inclusive, ao Coronel Eusy que fizessemos essa semana. Não sei se vai sair agora.

E quero dizer, também, que um dos problemas que o homem que todas as federações de natação elegem, para presidente dessa federação — é um consenso geral — ele pensa em trazer a confederação para Brasília. Acho mesmo útil que se venha trazendo esses órgãos para Brasília, mas não há uma infra-estrutura, ainda, de suporte. Mas, acredito que no próximo mês nós criemos a Confederação de Atletismo, porque há necessidade de que os recursos sejam voltados para esse setor, porque a CBD fica realmente assobrada com o futebol.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado.

O SR. NEY BRAGA — Sempre às ordens, Senador. Tenho muito prazer e o Ministério tem lá as suas portas abertas para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Deputado Menandro Minahim.

O SR. MENANDRO MINAHIM — Antes de formular a minha pergunta, quero felicitá-lo pela brilhante e objetiva palestra com que brindou esse Plenário, dando assim, a todos nós, uma visão ecumênica do muito que vem realizando o seu Ministério.

A minha pergunta, Sr. Ministro, versa sobre o seguinte: Todos sabemos que a demanda em busca das universidades é muito maior que o poder de oferta. Qual a razão, Sr. Ministro de o Governo não haver, até a presente data, autorizado o funcionamento, à noite, das mantidas pelo mesmo, a fim de que possam oferecer um maior número de matrículas?

O SR. NEY BRAGA — Nosso problema é a criação de novos cursos. Estamos analisando bem esse problema de quantidade e qualidade de ensino. O corpo docente é realmente um problema a ser analisado profundamente. Então, como o crescimento foi válido, até há pouco tempo, houve uma corrida de oferta de número de vagas. Agora há necessidade de que analisemos este crescimento, com profundidade. Há muitas escolas que têm vagas ociosas. Eu mesmo entreguei o diploma para um cidadão que terminou um curso. Imagine o custo desse cidadão, durante 4 anos de curso. Então, estamos hoje analisando, já que temos, hoje, os distritos geoeeducacionais divididos, estamos analisando com uma Comissão do Conselho Federal de Educação e o próprio DAU, do MEC, as necessidades sociais regionais e nacionais, para depois disso aprovarmos os cursos que nos estão sendo pedidos. Há um ou dois cursos noturnos que vamos analisar porque, realmente, há o que é empregado de dia e busca o curso noturno. Se não me engano uma no Espírito Santo, outra em Sergipe e não sei se a Bahia tem essa reivindicação. A Paraíba também.

O SR. MENANDRO MINAHIM — Na Bahia, há bem pouco tempo, funcionava apenas a Faculdade de Direito, à noite.

O SR. NEY BRAGA — Agora, suspendemos qualquer autorização até que venha essa análise do Conselho Federal de Educação, porque não é possível estarmos autorizando cursos, um ao lado do outro, e que amanhã têm vagas ociosas encarecendo o curso e, particularmente, certos cursos com professores que lecionam em vários municípios e que, realmente, não podem prestar um serviço como é o de se desejar, de um bom professor. Então, essa análise está sendo feita, profundamente, e esperamos que até o segundo semestre deste ano tenhamos já análise e vamos dizer quais os cursos que serão necessários ao desenvolvimento econômico e social do País. Vamos dizer isto e as instituições melhores, por certo, virão e o Conselho aprovará novos cursos. Até lá nós sustamos qualquer autorização.

O SR. MENANDRO MINAHIM — Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o penúltimo debatedor inscrito, nobre Senador Heitor Dias.

O SR. HEITOR DIAS — Sr. Presidente, digno Ministro, não vou formular nenhuma pergunta; deixei propositadamente para me inscrever por último, para que as minhas palavras fossem de aplauso e de saudação ao ilustre Ministro Ney Braga, pela magnífica exposição que fez nesta Casa, no dia de hoje, E, tenho certeza, este meu pensamento já foi traduzido antes das minhas palavras.

Câmara Cascudo acaba de publicar um livro dizendo que os gestos precedem a palavra. E não foi por outra razão que antes mesmo que V. Ex^a terminasse sua exposição visse e ouvisse o julgamento traduzido nos aplausos de todo este Plenário.

V. Ex^a alinha ao cidadão o homem público, na lhanza do trato, no espírito de compreensão e no cumprimento do seu dever. V. Ex^a faz questão de ser sempre presente — é uma maneira de educar — em grandes congressos que se realizam nos vários cantos deste País. E me recordo que, na Bahia — se gravei bem as suas palavras — V. Ex^a teve oportunidade de dizer, presidindo a solenidade, que não devíamos pensar apenas no futuro da educação, mas também na educação do futuro. E se V. Ex^a quisesse fundamentar mais ainda este seu conceito, poderia fazê-lo, valendo-se das respostas que tão apropriadamente deu a perguntas que se fizeram no que tange a investimentos maiores para este ou aquele setor. É que V. Ex^a deu o verdadeiro sentido de quando o Governo cuida da indústria, cuida dos transportes, está cuidando de uma infra-estrutura para garantir um Brasil de amanhã.

Somos na vida, Sr. Ministro, eternos caminhadores. A vida é, por si, uma jornada constante, não apenas uma caminhada física do berço à sepultura, mas uma jornada maior, que é do ser fiel ao seu destino. O caminhar para o bem, para o melhor, para a perfeição, para Deus. E cada um de nós, sobretudo aqueles que tenham exercício na vida pública, é um viajar permanente. Sabemos, quantos temos ocupado cargos executivos, que depois de tanto trabalho, de tanto sacrifício e tanto suor, não conseguimos realizar tudo que pretendíamos. Isto pouco importa. O que vale é olhar para trás e ver o muito que se percorreu. E eu poderia até dizer que cada um de nós, quando ocupa uma atividade pública, ocupa um executivo ao fim do seu mandato, ao fim do seu exercício, bem poderia dizer, patrioticamente, graças a Deus, não pude fazer

tudo, porque quando o homem fizer tudo é porque o homem parou, a sociedade estagnou e, ao contrário, a sociedade está sempre em evolução, sempre ambicionando querer mais e a querer melhor. Não fosse isso, o progresso não se contaria pelo modo que se conta hoje.

De modo que, meu caro Ministro, tenho a certeza de que falo em nome de quantos aqui se encontram, companheiros de partido e companheiros de Congresso, integrantes da Oposição. Quantos aqui estão são testemunhas da elevação, do critério do seu espírito público na direção de uma Pasta tão importante como a da Educação. V. Ex^a não vai fazer tudo, mas ao fim do seu mandato pode olhar para trás. Há uma grande distância percorrida. Os seus olhos poderão não alcançá-la, nas alcançará apenas o seu espírito de homem público, a serviço do Brasil. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Concedo a palavra ao último debatedor inscrito, nobre Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Sr. Ministro, em nome de todos nós, saudou V. Ex^a e manifestou o nosso reconhecimento, reconhecimento do Plenário, pelas luzes que V. Ex^a traz ao Senado e a todos aqueles colegas da Câmara dos Deputados e demais assistentes que tiveram o privilégio de aqui estar.

Mas, a minha questão, Sr. Ministro, já foi como que levantada pelo nobre Deputado Menandro Minahim, quando S. Ex^a faz indagação quanto à ociosidade dos equipamentos dos edifícios. Enfim, de toda estrutura das Universidades Federais, e no que diz respeito a não funcionarem no horário noturno. V. Ex^a deu como resposta a preocupação do Ministério, que é, talvez, a mais válida possível quanto à qualidade. Preocupa-se, hoje, o Ministério mais com possíveis excedentes da universidade, da faculdade, porque realmente é mais válido com eles preocupar-se do que com o famoso excedente dos vestibulares. Preocupa-se com a qualidade do aprendizado, que ali vem recolhendo os nossos jovens.

Mas tenho, Sr. Ministro, reiteradamente, manifestado-me contrário ao ensino superior gratuito, vez que ainda hoje constata-se que ele atende a um segmento da população que não é o menos favorecida. Isto porque sabe V. Ex^a que, na realidade, aqueles que freqüentam os cursos noturnos são exatamente os que trabalham para custear-se e também o seu aprendizado. De outro lado — e este talvez seja o fundamento maior da minha posição contrária ao ensino gratuito — é que constatamos, por exemplo, como resíduo desse ensino gratuito como que a irresponsabilidade daqueles que desfrutam desse privilégio às custas do contribuinte brasileiro, e depois não exercem a sua profissão. Daria a V. Ex^a uma indicação da gravidade dessa constatação, feita por mim; aliás, num diagnóstico elaborado pelo próprio Ministério da Educação. É que na Guanabara, com 1.140 km² e nenhum agricultável — porque todos transformados em loteamentos — existem ali residentes mais agrônomos do que em 2/3 do território brasileiro; isto é, Brasília, Centro-Oeste e Amazônia legal.

O SR. NEY BRAGA — Para sanar isto criamos vários cursos no setor de Ciências Agrárias e destinamos, especialmente, recursos altos para esses cursos que estão sendo criados. E aparelhamos os novos cursos e os antigos e estamos fazendo com que os cursos melhores recebam os professores daqueles centros que são mais fracos para um aperfeiçoamento. Este é o que chamamos e dissemos aqui, no início, o Programa de Desenvolvimento de Ciências Agrárias, que se chama PRODECA e o PEAS, que é um programa que vem há mais tempo. Há uma preocupação nossa para evitar isso. Entretanto, é geralmente na liberdade de ir e vir que esses homens tiram o curso e moram onde quiserem.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Sr. Ministro, realmente, é doloroso, porque o próprio diagnóstico do Ministério dá a V. Ex^a um embasamento para essa preocupação quanto à qualidade. Constatamos que, apesar de ser o Brasil, ainda, um País que tem suas divisas, na sua grande maioria, extraídas do setor primário e, particularmente, da agropecuária, constatamos que é, talvez, um dos setores bem aquinhoados, em termos de mestrado e doutoramento, no seu corpo docente, e no entanto isso talvez se verifique face a pequena demanda de estudantes para esse setor do aprendizado.

Ora, Sr. Ministro, insisto com V. Ex^a para que, a par desses estudos, que sejam eles agilizados, para propiciarmos o aproveitamento dessa enorme de capital, que hoje representam as nossas universidades, custeadas pelo erário, e que possam os menos aquinhoados pela sorte, aqueles que trabalham de dia e que, conseqüentemente, custeiam seus estudos, porque freqüentam cursos de escolas particulares, possam também desfrutar desse privilégio, que sei, pelas palavras de V. Ex^a, que já é preocupação do Ministério. Mas V. Ex^a, que tantos serviços tem prestado ao Brasil, prestaria, inegavelmente,

com sua equipe, mais esse serviço se agilizado fosse esse estudo que já vem sendo elaborado. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. NEY BRAGA — Recebo a sugestão e agradeço. É lógico que aquilo que for possível nós faremos. Falamos sempre no menos aquinhado. É uma preocupação de todos nós. Sou político e sensível a esses anseios. Tanto que depois de tantos anos o falado Crédito de Educação saiu no Governo Geisel, exatamente para ajudar aqueles duzentos e oitenta mil estudantes que, hoje, estão nele inscritos.

Acredito que é válida a nossa preocupação com a qualidade do ensino, e é válido a preocupação dos senhores, também, em discutir os termos da gratuidade do ensino. Temos uma posição, os senhores têm outra. Já tive ocasião de responder ao Senador Evelásio Vieira sobre nosso pensamento. Agora, como V. Ex^a é o último debatedor, quero terminar agradecendo a oportunidade que o Sr. Presidente me deu de vir a esta Casa que é real e espiritualmente nossa. Muito haveremos de fazer juntos. Se tirarmos o formalismo da reunião, creio que mais ainda poderemos realizar.

Tenho o pensamento de que os próprios partidos políticos deveriam ter departamentos voltados para certos setores da vida. Então, o partido tal teria o setor da educação, e teria, assim, o seu programa. O outro partido também teria outro, assim como qualquer um. Então se estudaria dentro do partido e a comissão seria como um repositório das idéias que os partidos teriam para o setor da educação, para a política nacional de transportes e para tantas outras. Dessa forma nós nos ajudariamos mutuamente, e estou à disposição, fora do formal, para debater esses assuntos que os senhores acham cruciantes e que são, e que estamos lá para resolvê-los.

Então, agradeço esta oportunidade, e me coloco à disposição dos senhores, dizendo ao Sr. Presidente que, no seu projeto, o Ministério está às ordens para colaborar. Mas, o que afirmamos com segurança é que temos certeza de que estamos preparando, como disse o Senador Heitor Dias, o Brasil de amanhã e preparando, também, homens que possam, afinal, não só serem preparados para o futuro mas, também, preparar o futuro. Queremos brasileiros que saibam viver esta Nação, respeitando os fundamentos da sua vida espiritual. Por isso acreditamos que educação e cultura estejam muito unidas e muito entrosadas e não acreditamos que a separação dos dois Ministérios fosse agora necessária. Muito obrigado por me terem feito sentir como se estivesse em casa, e os senhores, no Ministério, também se sentirão da mesma forma. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Renovo, em nome da Comissão de Educação e Cultura, os nossos agradecimentos ao Ministro Ney Braga, pela sua primorosa e magistral exposição, confirmando que S. Ex^a é, acima de tudo, um homem do diálogo.

Está encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 50 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 1979

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e um de junho do ano de mil novecentos e setenta e nove, na Sala de Reuniões do Anexo "B", presentes os Senhores Senadores João Calmon — Presidente, Adalberto Sena, Aloysio Chaves, Franco Montoro, Jutahy Magalhães, Aderbal Jurema, Marcos Freire, Jorge Kalume e a Sra. Senadora Eunice Michiles.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Tarso Dutra e Evelásio Vieira.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra aos Srs. Senadores Adalberto Sena e Aloysio Chaves, para em nome do Movimento Democrático Brasileiro e Aliança Renovadora, respectivamente, homenagearem a Sra. Senadora Eunice Michiles, por sua participação como membro deste órgão técnico.

Com a palavra o Sr. Senador João Calmon, Presidente, também manifesta a sua satisfação pela integração, na Comissão de Educação e Cultura, da nobre Senadora.

Em seguida, a Senhora Senadora Eunice Michiles agradece a amabilidade e o carinho com que foi recebida na Comissão.

Dando prosseguimento, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador Franco Montoro para que possa relatar favoravelmente ao Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1978, que "dá nova redação ao item IV do art. 117 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973".

Em discussão, o Sr. Presidente concede vista ao Senhor Senador Jutahy Magalhães.

Finalizando, o Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO À ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 1979, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador João Calmon

Vice-Presidente: Senador Jutahy Magalhães

Íntegra do apanhamento Taquigráfico da Reunião

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão de Educação e Cultura. Hoje em pauta apenas um projeto de lei, cujo Relator, Senador Franco Montoro, prometeu comparecer mas foi chamado para atender outro compromisso.

Aproveitaremos a oportunidade da reunião de hoje para dar as boas vindas à nobre colega Senadora Eunice Michiles, por sinal, como tem sido destacado, é a primeira mulher a ter assento no Senado da República. Para saudá-la, em nome do Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao nobre Senador Adalberto Sena. Em seguida, outro amazonida, igualmente ilustre, o nobre colega Senador Aloysio Chaves irá saudá-la em nome da Aliança Renovadora Nacional.

Com a palavra o nobre Senador Adalberto Sena.

O SR. ADALBERTO SENA — Sr. Presidente, caros colegas integrantes da Comissão de Educação e Cultura, é para mim, pessoalmente, motivo de grande satisfação saudar a Senadora Eunice Michiles neste instante em que S. Ex^a se integra nesta nossa querida Comissão.

Além do fato de se tratar de uma honra para nós termos aqui a primeira Senadora do Brasil no período considerando na totalidade — no período monárquico e no período republicano, como também por se tratar de uma representante do Amazonas, Estado vizinho do Acre que eu modestamente represento neste Senado. Essa nossa relação de vizinhança é motivo de estímulo porque, certamente, por esta Comissão passarão problemas que interessam a nossa região, e tenho a certeza que terei nela uma colaboradora sincera todas as vezes em que o interesse do Acre, aliado ao interesse da Amazônia, estiver integrado aos nossos trabalhos.

Queira, pois, receber, ilustre Senadora, a saudação não só minha, pessoalmente do Acre, como também do Movimento Democrático Brasileiro, do qual sou um dos integrantes deste sodalício. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra o nobre Senador Aloysio Chaves.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Sr. Presidente e Srs. Senadores, honrou-me V. Ex^a, eminente Presidente, com a incumbência que me desvanee de manifestar em nome da Aliança Renovadora Nacional a nossa satisfação por ver se integrar a esta Comissão a ilustre Senadora pelo Amazonas Sra. Eunice Michiles.

Realmente, este é um fato histórico que já foi assinalado no Plenário do Senado por eminentes colegas, mas também não poderia ficar sem o registro especial no seio desta Comissão, na ocasião em que nossa eminente colega aqui, pela primeira vez, comparece.

Há algumas coincidências que devemos assinalar e realçar nesse acontecimento. Em primeiro lugar, o fato de ser a nossa eminente colega, por sua formação profissional, uma mestra. Professora, exerceu esta profissão dignificando-a, num nível do magistério onde é mais difícil, mais árdua essa tarefa, e não menos nobre, no magistério do primeiro grau. Reuniu, depois, uma larga experiência na Amazônia, por último prestando serviços ao Governo na área da assistência social. Conhece a Amazônia, os seus problemas, e traz, portanto, para o Senado, uma contribuição que é valiosa para esta Casa, para o País, mas que será, sobretudo, fecunda para a nossa área.

No momento em que há um interesse nacional em torno da Amazônia, na ocasião em que todos nós mobilizamos recursos, selecionamos homens de idéias, e procuramos de fato programar a integração completa da Amazônia à economia e à civilização brasileira, é muito feliz que para o Senado, marcando um acontecimento histórico, chegue uma ilustre mulher brasileira, mas oriunda da Amazônia, onde viveu, onde sentiu seus problemas, suas angústias, a sua pobreza, a complexidade desses problemas que precisam ser minuciosamente estudados, perquiridos e analisados para que a eles se dê uma solução correta, uma solução adequada.

Este, portanto, Sr. Presidente, é um acontecimento também muito feliz e devemos realçar, nesta oportunidade, a incumbência que V. Ex^a me deu e extremamente agradável. Goethe falava das cortesias do coração; esta não é apenas uma cortesia do coração, é também o ensejo de prestar o tributo da nossa homenagem, de manifestar a confiança com que o Senado vê incorporar-se ao seu quadro a nossa eminente colega, Senadora Eunice Michiles. Estamos certos de que a Amazônia, que não é mais a raiz do mistério, mas uma terra cujos problemas estão sendo dia a dia examinados, equacionados, precisa do esforço, da ajuda, da cooperação, da contribuição de todos os brasileiros para o seu rápido desenvolvimento. Estamos persuadidos porque já se criou uma consciência nacional em torno desse problema, que maior investimento que este País possa fazer é, realmente, a Amazônia, esta área que tem mais de 5 milhões de quilômetros quadrados, representa mais da metade do Brasil, é indispensável não só à nossa integração econômica, como também a que o Brasil possa se alçar a uma posição de uma Nação desenvolvida, destacada no concerto dos outros países pelo seu desenvolvimento material, mas também pela sua cultura, pela contribuição que pode trazer ao desenvolvimento das ciências, das letras e das artes.

E, no seio desta Comissão, que cuida sobretudo desses problemas, a presença da ilustre Senadora é a certeza de que também, e em particular, a Comissão de Educação e Cultura acaba de se enriquecer com essa extraordinária aquisição.

Apresento, em nome da Aliança Renovadora Nacional, uma saudação bastante cordial à nossa colega, atendendo à recomendação de V. Ex^a, Sr. Presidente, que para mim foi uma alta deferência. Estamos certos de que, nesta Comissão, juntos poderemos prosseguir na missão extraordinária que está sendo realizada, sob a direção eficiente e lúcida de V. Ex^a como um dos grandes mestres da Educação nacional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Com a palavra a nobre Senadora Eunice Michiles.

A SRA. EUNICE MICHILES — Exmo. Sr. Presidente, nobres membros desta Comissão, gostaria, na oportunidade, de agradecer a amabilidade, o carinho com que estou sendo recebida nesta Comissão. Confesso a V. Ex^{as} que conviver com tão ilustres parlamentares, além de ser uma honra para mim, sem dúvida alguma, me inibe, de certa forma.

No entanto, gostaria de trazer para esta Casa, para esta Comissão, minha experiência de professora primária nas barrancas do Amazonas. Gostaria de ao vosso lado poder, de uma maneira ou de outra, contribuir de qualquer forma para que seja valorizada aquela mulher, predominantemente mulher, professora primária, que nas barrancas dos rios, nas zonas rurais, enfrentando todo o tipo de dificuldades, estabelece a base para os futuros cidadãos brasileiros. Sem nenhuma dúvida, essa mulher relegada, ainda, a um plano inferior em termos de salários, em termos inclusive de *status*, precisa ter um outro tratamento por parte da Nação, de nossa parte, parlamentares que somos.

De maneira que quero me integrar ao esforço desta Comissão. Não sei bem como, na minha humildade, poderia contribuir, mas acredito que possa trazer o olhar clínico da mulher, a maneira de enxergar da mulher e, sobretudo, da professora que conviveu talvez no Estado mais difícil, nas situações mais difíceis na Educação deste País.

Meu muito obrigada à maneira gentil, cavalheira, a maneira carinhosa com que tenho sido recebida, e que a todo momento V. Ex^{as} têm manifestado no meu convívio nesta Casa. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Antes de dar a palavra ao nobre Senador Franco Montoro para relatar o seu projeto, esta Presidência deseja, também, manifestar a sua satisfação pela integração na Comissão de Educação e Cultura da nobre Senadora Eunice Michiles.

Realmente, nobre colega, é da maior importância a sua participação porque, pela primeira vez, integra os quadros do Senado da República uma mulher e, no caso especial de V. Ex^a, uma professora — e professora primária — do interior do Amazonas.

Realmente, a professora primária, é o segmento mais desprezado, mais injustiçado do magistério brasileiro. Nas minhas andanças pelo Brasil todo, desde a sua amada Amazônia, até o Rio Grande do Sul, tenho visto casos realmente estupefacentes. Na Amazônia, no Ceará, no Piauí, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, só para citar alguns estados, há alguns anos constatei a existência de professoras ganhando apenas 80 cruzeiros por mês. E, num determinado caso, apenas 40 cruzeiros por mês.

Trata-se, entretanto de um problema nacional e não apenas nordestino ou nortista. No meu estado natal que eu represento no Senado Federal, o Espírito Santo, encontrei num dos municípios vizinhos ao Estado de Minas

Gerais, o Baixo Guandú, onde professoras primárias ganham 81 cruzeiros e 20 centavos.

Na realidade, no passado, a situação foi melhor. Pertencemos a uma geração que viu de perto um fenômeno que desapareceu do Brasil: no interior do Espírito Santo, costumava-se apontar o cidadão casado com a professora da escola primária, como o "marido da professora". Era tão importante o papel desempenhado pela professora — e o seu salário não era esse atual salário de fome — que o marido era sempre chamado de "marido da professora". Já no interior do Ceará constatei um outro fenômeno, aqui confirmado pelo nobre colega José Lins, na cidade de Sobral, quando fui convidado para falar no centenário da fundação daquele município, um presidiário, condenado por crime de morte ou de roubo, que havia sido condenado há alguns anos de prisão, ganhava exatamente o dobro do que recebia uma professora primária. E mais do que o dobro porque o presidiário recebia do Estado, de graça, casa, que era a cadeia, comida, roupa e roupa lavada. Então esse quadro realmente tem preocupado a Comissão de Educação e Cultura. E, felizmente, graças à dedicação de todos os seus integrantes estamos ultimando a elaboração de um projeto de educação que representa, creio eu, uma das mais valiosas contribuições do Congresso brasileiro ao Poder Executivo, nestas últimas décadas. Não sei se em toda a História do Brasil. Estes dois primeiros volumes têm 1010 páginas e condensam os depoimentos prestados pelo Ministro da Educação em exercício e por ex-Ministros da Educação, pelo Presidente do Conselho Federal de Educação e por ex-Presidente do Conselho Federal de Educação. Posteriormente, através de um convênio celebrado entre o Senado Federal e a Universidade de Brasília, foi encomendado um amplo estudo com a participação de 19 expoentes em educação no nosso País. Essas contribuições estão reunidas em 2 volumes com 850 páginas, que deverão estar concluídos, na Gráfica do Senado, até o próximo dia 29. Serão, portanto, quase 2 000 páginas de estudos de análise do problema educação. Antes mesmo da conclusão do trabalho da Gráfica tivemos oportunidade de oferecer os dois primeiros volumes do projeto de educação ao General João Baptista Figueiredo, antes mesmo de sua posse a Presidente da República. E logo que a Universidade de Brasília entregou ao então Presidente do Senado, Senador Petrônio Portella, os trabalhos desses 19 expoentes da educação, nós o encaminhamos ao atual titular da pasta da Educação. Creio que deva ser creditado ao Senado Federal uma excelente contribuição para o planejamento educacional do atual Governo.

Os jornais têm divulgado, amplamente, declarações do Ministro da Educação, Professor Eduardo Portella, declarando que no decorrer do Governo do Sr. Figueiredo será dada alta prioridade ao ensino de 1º grau. Realmente, nos últimos anos, o Brasil se enquadrou no diagnóstico da UNESCO, segundo o qual o superdimensionamento do ensino superior no Brasil, no Mundo, é um fenômeno típico dos países subdesenvolvidos. O Brasil está rigorosamente enquadrado dentro deste diagnóstico. Nós passamos de 128 mil alunos nas escolas superiores, antes da Revolução, para 1 milhão e 400 mil alunos, embora a qualidade do ensino tenha sofrido uma queda deplorável. Entretanto, na área do ensino fundamental o panorama é sombrio. Dentro desse projeto de educação há uma revelação estupefaciente que eu já comentei em uma das nossas reuniões anteriores. Certa vez, lendo uma História da Educação do Brasil, do Professor Pascoal Leme, um veterano educador que ainda vive no Rio de Janeiro, fiz um cálculo — para usar a expressão da gíria — em cima da perna, e, considerando o ritmo de crescimento do alunado na escola primária, nas últimas 4 décadas, cheguei à conclusão de que só no ano 2070 ou 2100 todas as crianças brasileiras estariam concluindo a escola fundamental. Entretanto, o Padre José Vasconcelos, no seu estudo destinado ao projeto de educação, obteve dados ainda mais completos, recorreu aos cálculos do computador eletrônico e chegou a esta traumatizante conclusão: mantido o ritmo de crescimento do alunado da escola primária, nas últimas 5 décadas, somente no ano 2270 todas as crianças brasileiras estarão terminando a escola de 1º grau. E o Padre José Vasconcelos indaga: Todas? E ele responde: — Não. Apenas aquelas que tiverem o privilégio de entrar na 1ª série porque, segundo enfatizou o atual Ministro da Educação, em entrevista há duas semanas, que foi publicada no 2º caderno do *Jornal do Brasil*, há 7 milhões de crianças, no Brasil, fora da escola de 1º grau.

Portanto a integração em nossa comissão de uma ex-professora primária representa motivo de júbilo para todos nós. Só lamento que em nenhuma outra parte do Brasil seja seguido o exemplo do meu torrão natal, o Espírito Santo. Num passado remoto, depois da morte do donatário da Capitania do Espírito Santo, o filho de Vasco Fernando Coutinho, herdou a capitania que era hereditária. E, meses depois, o filho de Vasco Fernando Coutinho veio a falecer, assumindo então a Capitania do Espírito Santo, uma mulher — Luísa

Grinalda — que realizou uma extraordinária administração à frente da Capitania do Espírito Santo.

Espero que, um dia, o Brasil tenha a chance, já que hoje conta com o privilégio de ter uma Senadora na Câmara Alta, de ter também à frente dos destinos de um dos Estados da Federação e, quem sabe, até à frente dos destinos, dos destinos da República Federativa do Brasil uma mulher, uma admirável mulher, uma batalhadora como a nossa nobre colega Eunice Michiles.

Com a palavra o nobre Senador Franco Montoro para relatar o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados, nº 106/78.

O SR. FRANCO MONTORO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de um Projeto de Lei da Câmara de iniciativa do Deputado Jorge Paulo.

Na sua justificativa, diz o Deputado:

“Muitas sociedades arrecadadoras de direitos autorais referentes a reprodução e exercício de obras musicais, ao distribuírem o numerário arrecadado fazem a distinção do respectivo *quantum*, tendo em vista o gênero musical ou o ritmo composto pelo autor. Assim, o compositor de samba, por exemplo, recebe mais do que um autor de baião ou de valsa ou de outro ritmo. Essa discriminação é totalmente descabida, prejudicando sensivelmente — diz o autor — os direitos de muitos compositores populares.”

A matéria foi discutida na Câmara dos Deputados e, através de emendas, que melhoraram a técnica legislativa, terminou por ser aprovada por unanimidade por todas as comissões e pelo plenário daquela Casa.

A modificação que se pretende introduzir é a seguinte: na atual lei que regula os Direitos Autorais, o art. 117 estabelece:

“Ao Conselho Nacional do Direito Autoral, além de outras atribuições, mediante decretos que poderão ser outorgados, incumba:

IV — fixar normas para a unificação dos preços e sistemas de cobrança e distribuição dos Direitos Autorais.”

O texto aprovado pela Câmara acrescenta a isto a seguinte expressão:

“Vedada, quanto às composições musicais, a discriminação valorativa, em decorrência do gênero respectivo”.

A modificação, portanto, consiste, essencialmente, em estabelecer que não se poderá fixar uma discriminação de remuneração, tendo em conta o gênero, se erudito, popular, o que me parece de rigorosa justiça.

O nosso parecer é pela aprovação da medida, até com louvor pela defesa que faz da música popular brasileira.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Em discussão o parecer do nobre Relator.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, levando-se em consideração a relevância da matéria, e por sê-la polêmica, também por não ter tido a oportunidade de ler o parecer do Senador Franco Montoro, por antecipação, — e aliás renovo aqui o meu pedido à Comissão, no sentido de remeter aos nossos gabinetes, pelo menos com 24 horas de antecedência, os pareceres que serão discutidos, no dia seguinte, nesta Comissão, e pedindo desculpas ao nobre Relator — solicito vista da matéria, a fim de poder examiná-la com mais atenção.

O SR. FRANCO MONTORO (Relator) — Aliás, é uma homenagem que se presta ao mérito da Casa.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) — Realmente, o nobre Senador Jutahy Magalhães fez essa solicitação, em sessão anterior, que foi deferida por esta Presidência. Entretanto, o parecer somente foi encaminhado à Comissão ontem, à tarde.

Assim sendo, logo que o parecer for encaminhado, às vésperas das reuniões, vamos incluí-lo na pauta da reunião da semana seguinte, e não da reunião imediatamente posterior.

Antes de encerrar esta reunião, a Presidência destaca que hoje batemos um recorde de presença dos membros da Comissão de Educação e Cultura. Jamais, ao longo dos anos que permaneço neste Senado Federal, vi tantos Senadores comparecerem à nossa reunião. E registro, com especial prazer, a presença, pela primeira vez, do nobre Senador Marcos Freire, que, apesar de ser suplente desta Comissão, fez questão de comparecer hoje, a fim de prestar a homenagem do Nordeste, do glorioso Estado de Pernambuco, à posse da Senadora Eunice Michiles.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrados os nossos trabalhos.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 50 minutos.)

MESA**Presidente**

Luiz Viana (ARENA — BA)

1º-Vice-Presidente

Nilo Coelho (ARENA — PE)

2º-Vice-Presidente

Dinarte Mariz (ARENA — RN)

1º-Secretário

Alexandre Costa (ARENA — MA)

2º-Secretário

Gabriel Hermes (ARENA — PA)

3º-Secretário

Lourival Baptista (ARENA — SE)

4º-Secretário

Gastão Müller (ARENA — MT)

Suplentes de Secretários

Jorge Kalume (ARENA — AC)

Benedito Canelas (ARENA — MT)

Passos Pôrto (ARENA — SE)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA**Líder**

Jarbas Passarinho

Vice-Líderes

Aloysio Chaves

José Lins

Aderbal Jurema

Lomanto Junior

Moacyr Dalla

Murilo Badaro

Saldanha Derzi

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA**Líder**

Paulo Brossard

Vice-Líderes

Henrique Santillo

Humberto Lucena

Marcos Freire

Mauro Benevides

Orestes Quêrcia

Pedro Simon

Roberto Saturnino

COMISSÕES

Diretor: Antônio Carlos de Nogueira

Local: Anexo II — Terreo

Telefones: 223-6244 e 225-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cândido Hippert

Local: Anexo II — Terreo

Telefone: 225-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evelasio Vieira

Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares

1. Passos Pôrto
2. Benedito Canelas
3. Pedro Pedrossian
4. José Lins

Suplentes**ARENA**

1. Jutahy Magalhães
2. Affonso Camargo
3. João Calmon

MDB

1. Evelasio Vieira
2. Leite Chaves
3. José Richa

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Mendes Canale

Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares

1. Mendes Canale
2. José Lins
3. Eunice Michiles
4. Vicente Vuolo

Suplentes**ARENA**

1. Raimundo Parente
2. Alberto Silva
3. Almir Pinto

MDB

1. Evandro Carreira
2. Agenor Maria
3. Mauro Benevides

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Henrique de La Rocque

1º-Vice-Presidente: Aloysio Chaves

2º-Vice-Presidente: Hugo Ramos

Titulares

1. Henrique de La Rocque
2. Helvidio Nunes
3. José Sarney
4. Aloysio Chaves
5. Aderbal Jurema
6. Murilo Badaro
7. Moacyr Dalla
8. Amaral Furlan
9. Raimundo Parente

Suplentes**ARENA**

1. Lenair Vargas
2. João Calmon
3. Almir Pinto
4. Milton Cabral
5. Bernardino Viana
6. Arnon de Mello

MDB

1. Hugo Ramos
2. Leite Chaves
3. Lazaro Barboza
4. Nelson Carneiro
5. Paulo Brossard
6. Franco Montoro

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jessé Freire

Vice-Presidente: Lazaro Barboza

Titulares

1. Jesse Freire
2. José Sarney
3. Passos Pôrto
4. Saldanha Derzi
5. Affonso Camargo
6. Murilo Badaro
7. Benedito Ferreira

Suplentes**ARENA**

1. José Guimard
2. Tarso Dutra
3. Benedito Canelas
4. Moacyr Dalla

MDB

1. Itamar Franco
2. Lazaro Barboza
3. Adalberto Sena
4. Mauro Benevides

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Itamar Franco

Vice-Presidente: Roberto Saturnino

Titulares

1. Arnon de Mello
2. Bernardino Viana
3. José Lins
4. Jesse Freire
5. Milton Cabral
6. Benedito Canelas
7. Luiz Cavalcante

Suplentes**ARENA**

1. Helvidio Nunes
2. Alberto Silva
3. Benedito Ferreira
4. Vicente Vuolo

MDB

1. Roberto Saturnino
2. Itamar Franco
3. Marcos Freire
4. Pedro Simon

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)
(9 membros)**COMPOSIÇÃO**Presidente: João Calmon
Vice-Presidente: Jutahy Magalhães

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. João Calmon	1. José Lins
2. Tarso Dutra	2. Arnon de Mello
3. Jutahy Magalhães	3. Jorge Kalume
4. Aloysio Chaves	4. Pedro Pedrossian
5. Aderbal Jurema	
6. Eunice Michiles	

MDB

1. Adalberto Sena	1. Marcos Freire
2. Evelasio Vieira	2. Gilvan Rocha
3. Franco Montoro	

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)
(17 membros)**COMPOSIÇÃO**Presidente: Cunha Lima
Vice-Presidente: Tancredo Neves

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Raimundo Parente	1. Saldanha Derzi
2. Arnon de Mello	2. Henrique de La Rocque
3. Lomanto Júnior	3. Jessé Freire
4. Affonso Camargo	4. José Sarney
5. Vicente Vuolo	5. Milton Cabral
6. Alberto Silva	6. José Guimard
7. Amaral Furlan	
8. Jorge Kalume	
9. Jutahy Magalhães	
10. Mendes Canale	

MDB

1. Cunha Lima	1. Paulo Brossard
2. Tancredo Neves	2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino	3. Lázaro Barbosa
4. Amaral Peixoto	4. José Richa
5. Pedro Simon	
6. Mauro Benevides	
7. Teotônio Vilela	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
(9 membros)**COMPOSIÇÃO**Presidente: Helvídio Nunes
Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Lenoir Vargas	1. Jutahy Magalhães
2. Helvídio Nunes	2. Raimundo Parente
3. Jessé Freire	3. Eunice Michiles
4. Moacyr Dalla	4. Benedito Canelas
5. Henrique de La Rocque	
6. Aloysio Chaves	

MDB

1. Franco Montoro
2. Humberto Lucena
3. Jaison Barreto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 membros)**COMPOSIÇÃO**Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Alberto Silva

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Luiz Cavalcante	1. Affonso Camargo
2. Milton Cabral	2. João Calmon
3. Alberto Silva	3. Jutahy Magalhães
4. Arnon de Mello	

MDB

1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Roberto Saturnino
3. Henrique Santillo	

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Anexo "B" — Sala ao lado do Gab. do Sr. Senador João Bosco — Ramal 484

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 membros)**COMPOSIÇÃO**Presidente: Dirceu Cardoso
Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Tarso Dutra	1. João Calmon
2. Saldanha Derzi	2. Murilo Badaro
3. Mendes Canale	3. José Sarney
	MDB
1. Dirceu Cardoso	1. Hugo Ramos
2. Adalberto Sena	

Assistente: Maria Thereza Magalhães Motta — Ramal 134

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 membros)**COMPOSIÇÃO**Presidente: Tarso Dutra
1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi
2º-Vice-Presidente: Lomanto Júnior

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Tarso Dutra	1. Aloysio Chaves
2. Bernardino Viana	2. Pedro Pedrossian
3. Saldanha Derzi	3. Henrique de La Rocque
4. Lomanto Júnior	4. José Guimard
5. Mendes Canale	5. Luiz Cavalcante
6. Aderbal Jurema	6.
7. Almir Pinto	
8. Lenoir Vargas	
9. José Sarney	

MDB

- | | |
|--------------------|--------------------|
| 1. Paulo Brossard | 1. Marcos Freire |
| 2. Nelson Carneiro | 2. Mauro Benevides |
| 3. Itamar Franco | 3. Leite Chaves |
| 4. José Richa | |
| 5. Amaral Peixoto | |
| 6. Tancredo Neves | |

Assistente: Cândido Hipertt — Ramais 301-313

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)
(7 membros)**COMPOSIÇÃO**Presidente: Gilvan Rocha
Vice-Presidente: Henrique Santillo

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Lomanto Júnior	1. Saldanha Derzi
2. Almir Pinto	2. Jorge Kalume
3. Alberto Silva	3. Benedito Canelas
4. José Guimard	

MDB

1. Gilvan Rocha	1. José Richa
2. Henrique Santillo	2. Adalberto Sena
3. Jaison Barreto	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 membros)**COMPOSIÇÃO**Presidente: Jorge Kalume
Vice-Presidente: Mauro Benevides

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Jorge Kalume	1. Raimundo Parente
2. Luiz Cavalcante	2. Amaral Furlan
3. Murilo Badaro	3. José Guimard
4. Benedito Ferreira	

MDB

1. Mauro Benevides	1. Cunha Lima
2. Agenor Maria	2. Jaison Barreto
3. Hugo Ramos	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
(7 membros)**COMPOSIÇÃO**Presidente: Evandro Carneiro
Vice-Presidente: Humberto Lucena

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Raimundo Parente	1. Affonso Camargo
2. Henrique de La Rocque	2. Pedro Pedrossian
3. Bernardino Viana	3. Aderbal Jurema
4. Alberto Silva	

MDB
 1. Evandro Carreira
 2. Humberto Lucena
 3. Lazaro Barbosa

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307
 Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas
 Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
 E OBRAS PÚBLICAS — (CT)
 (7 membros)**

COMPOSICAO

Presidente: Benedito Ferreira
 Vice-Presidente: Vicente Vuolo

Titulares
 1. Benedito Ferreira
 2. Vicente Vuolo
 3. Pedro Pedrossian
 4. Afonso Camargo

Suplentes
ARENA
 1. Passos Pôrto
 2. Lamanto Junior
 3. Alberto Silva

MDB
 1. Evandro Carreira
 2. Lazaro Barbosa
 3. Orestes Quercia

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306
 Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
 Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS
 E DE INQUÉRITO**

Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro
 Local: Anexo II — Terreo
 Telefone: 225-8505 — Ramal 303
 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos
 3) Comissões Especiais e de Inquerito, e
 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentaria (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598; Mauro Lopes da Sa — Ramal 310; Leila Leivas Ferro Costa — Ramal 314.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

PARA O ANO DE 1979

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	RONALDO	09:30	C.F.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	GUILHERME
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	GUILHERME		C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	SÔNIA
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	10:00	C.E.C	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	SÔNIA
09:30	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	GUILHERME		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	RONALDO
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	10:30	C.S.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	GUILHERME
	C.A.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	SÔNIA	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	DANIEL
10:30	C.E.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	DANIEL	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	MARIA THEREZA
11:00	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	CANDIDO				
	C.M.E.	ANEXO "B" Ramal - 484	RONALDO				